

em Linguagem Discurso

ISSN 1982-4017

volume 15, número 2, maio/ago. 2015

ISSN 1518-7632 (impressa)
ISSN 1982-4017 (eletrônica)

em Linguagem (Dis)curso

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem
Universidade do Sul de Santa Catarina



Editora Unisul
Tubarão – SC

v. 15, n. 2, p. 197-335, maio/ago. 2015

Dados Postais/Mailing Address

Revista Linguagem em (Dis)curso

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem – Unisul

A/C: Comissão Editorial

Avenida José Acácio Moreira, 787

88.704-900 – Tubarão, Santa Catarina, Brasil

Fone: (55) (48) 3621-3000 - Fax: (55) (48) 3621-3036

E-mail: lemd@unisul.br

Site: <http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/linguagem-em-discurso/index.htm>

Ficha Catalográfica

Linguagem em (Dis)curso/Universidade do Sul de Santa Catarina. -
v. 1, n. 1 (2000) - Palhoça: Ed. Unisul, 2000 -

Quadrimestral

ISSN 1518-7632; 1982-4017

1. Linguagem - Periódicos. I. Universidade do Sul de
Santa Catarina.

CDD 405

Elaborada pela Biblioteca Universitária da Unisul

Indexação/Indexation

Os textos publicados na revista são indexados em: SciElo Brasil; EBSCO Publishing; LLBA - Linguistics & Language Behavior Abstracts (Cambridge Scientific Abstracts); MLA International Bibliography (Modern Language Association); Linguistics Abstracts (Blackwell Publishing); Ulrich's Periodicals Directory; Directory of Open Access Journals (DOAJ); Clase (Universidad Nacional Autónoma de México); Latindex; Journalseek (Germanics); Dialnet (Universidad de La Rioja); Social and Human Sciences Online Periodicals (Unesco); GeoDados (Universidade Estadual de Maringá); OASIS (Ibict); Portal de Periódicos (CAPES); Portal para Periódicos de Livre Acesso na Internet (Ministério da Ciência e Tecnologia, Brasil).

The journal and its contents are indexed in: SciElo Brasil; EBSCO Publishing; LLBA - Linguistics & Language Behavior Abstracts (Cambridge Scientific Abstracts); MLA International Bibliography (Modern Language Association); Linguistics Abstracts (Blackwell Publishing); Ulrich's Periodicals Directory; Directory of Open Access Journals (DOAJ); Clase (Universidad Nacional Autónoma de México); Latindex; Journalseek (Germanics); Dialnet (Universidad de La Rioja); Social and Human Sciences Online Periodicals (Unesco); GeoDados (Universidade Estadual de Maringá); OASIS (Ibict); Portal de Periódicos (CAPES, Brazil); and Portal para Periódicos de Livre Acesso na Internet (Ministry of Science and Technology, Brazil).



Reitor

Sebastião Salésio Herdt

Vice-Reitor

Mauri Luiz Heerd

Chefe de Gabinete

Willian Corrêa Máximo

Secretária Geral da Unisul

Mirian Maria de Medeiros

Pró-Reitor de Ensino, Pesquisa e Extensão

Mauri Luiz Heerd

Pró-Reitor de Operações e Serviços Acadêmicos

Valter Alves Schmitz Neto

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Luciano Rodrigues Marcelino

Assessor de Promoção e Inteligência Competitiva

Ildo Silva

Assessor Jurídico

Lester Marcantonio Camargo

Diretor do Campus Universitário de Tubarão

Heitor Wensing Júnior

Diretor do Campus Universitário da Grande Florianópolis

Hércules Nunes de Araújo

Diretor do Campus Universitário Unisul Virtual

Fabiano Ceretta

Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem

Fábio José Rauen (Coordenador)

Dilma Beatriz Rocha Juliano (Coordenadora Adjunta)

Av. José Acácio Moreira, 787

88704-900 – Tubarão - SC

Fone: (55) (48) 3621-3000 – Fax: (55) (48) 3621-3036

Sítio: www.unisul.br

Editores/Editors

Fábio José Rauhen (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)

Maria Marta Furlanetto (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)

Secretárias Executivas/Executive Secretaries

Suelen Francez Machado Luciano (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)

Patrícia de Souza de Amorim Silveira (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)

Comitê Editorial/Editorial Committee

Adair Bonini (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)

Andréia da Silva Daltoé (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)

Carmen Rosa Caldas-Coulthard (University of Birmingham, Birmingham, Inglaterra)

Débora de Carvalho Figueiredo (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)

Freda Indursky (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil)

Maurício Eugênio Maliska (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)

Sandro Braga (Universidade Federal de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)

Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva (Univ. Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)

Conselho Consultivo/Advisory Board

Alba Maria Perfeito (Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil)

Aleksandra Piasecka-Till (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil)

Alessandra Baldo (Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil)

Ana Cristina Ostermann (Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Brasil)

Ana Cristina Pelosi (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)

Ana Elisa Ribeiro (Centro Federal de Educação Tecnológica, Belo Horizonte, Brasil)

Ana Zandwais (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil)

Anna Christina Bentes da Silva (Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil)

Anna Flora Brunelli (Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, Brasil)

Angela Paiva Dionísio (Universidade Federal do Pernambuco, Recife, Brasil)

Antônio Carlos Soares Martins (Instituto Fed. do Norte de Minas Gerais, Montes Claros, Brasil)

Aparecida Feola Sella (Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, Brasil)

Belmira Rita da Costa Magalhães (Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Brasil)

Bethania Sampaio Corrêa Mariani (Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil)

Cleide Inês Wittke (Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil)

Conceição Aparecida Kindermann (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)

Cristina Teixeira Vieira de Melo (Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil)

Dânie Marcelo de Jesus (Universidade Federal do Mato Grosso, Rondonópolis, Brasil)

Danielle Barbosa Lins de Almeida (Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil)

Désirée Motta-Roth (Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Brasil)

Elisa Guimarães Pinto (Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, Brasil)

Eric Duarte Ferreira (Universidade Federal Fronteira Sul, Chapecó, Brasil)

Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)

Fernanda Mussalim (Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Brasil)

Gisele de Carvalho (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)

Heloísa Pedroso de Moraes Feltes (Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, Brasil)

Heronides Maurílio de Melo Moura (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)

João Carlos Cattelan (Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, Brasil)

José Luiz Vila Real Gonçalves (Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, Brasil)

Júlio César Araújo (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)

Leila Barbara (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil)

Lilian Cristine Hübner (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, p. Alegre, Brasil)

Lucília Maria Abrahão e Sousa (Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil)
Luiz Paulo da Moita Lopes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Manoel Luiz Gonçalves Corrêa (Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil)
Marci Fileti Martins (Universidade Federal de Rondônia, Guajará-Mirim, Brasil)
Maria Antônia Coutinho (Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal)
Maria Cecília de Miranda Nogueira Coelho (Univ. Federal de Minas Gerais, B. Horizonte, Brasil)
Maria da Conceição Fonseca-Silva (Univ. Est. do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Brasil)
Maria de Fátima Silva Amarante (Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, Brasil)
Maria Elias Soares (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
Maria Ester Moritz (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Maria Inês Ghilardi Lucena (Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, Brasil)
Maria Izabel Santos Magalhães (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
Maria Otilia Ninin (Universidade Paulista, Santana de Parnaíba, Brasil)
Mariléia Silva dos Reis (Universidade Federal de Sergipe, Itabaiana, Brasil)
Marly de Bari Matos (Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil)
Maurício Eugênio Maliska (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Mônica Magalhães Cavalcante (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
Mônica Santos de Souza Melo (Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Brasil)
Nicolás Bermúdez (Universidad de Buenos Aires/Universidad Nacional del Arte, Buenos Aires, Argentina)
Nívea Rohling (Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, Brasil)
Nukácia Meyre Silva Araújo (Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Brasil)
Onici Claro Flôres (Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Brasil)
Orlando Vian Jr. (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil)
Patrícia da Silva Meneghel (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Pedro de Moraes Garcez (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil)
Pedro de Souza (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Renilson Menegassi (Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Brasil)
Roberto Leiser Baronas (Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil)
Rossana de Felipe Böhlke (Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande, Brasil)
Sandro Braga (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Sebastião Lourenço dos Santos (Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, Brasil)
Sílvia Ines C. C. de Vasconcelos (Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Silvânia Siebert (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Simone Padilha (Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, Brasil)
Solange Leda Gallo (Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, Brasil)
Sônia Maria de Oliveira Pimenta (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)
Susana Borneo Funck (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Telma Nunes Gimenez (Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil)
Vanessa Wendhausen Lima (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Vera Lúcia Lopes Cristovão (Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil)
Wilson José Leffa (Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, Brasil)
Wander Emediato (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)

Equipe Técnica/Technical Team

Tradução e revisão/Translation and Revision

Editores (português); Elita de Medeiros (inglês e espanhol)

Bolsistas/Trainees

Israel Vieira Pereira; Ricardo Ribeiro Elias; Rosane Lemos Barreto

Diagramação/Layout

Fábio José Rauen

SUMÁRIO/CONTENTS

Apresentação/Presentation	205
Artigos de Pesquisa/Research Articles	
A telenovela das 23h: uma descrição do gênero a partir da Teoria Semiolingüística <i>The telenovela of 23h: a description of the genre from the perspective of Semiolinguistics theory</i> <i>La telenovela de las 23h: una descripción del género desde la Teoría Semiolingüística</i>	
Leonardo Coelho Corrêa-Rosado Mônica Santos de Souza Melo	207
La construcción <i>kirchnerista</i> de la memoria <i>Kirchnerist construction of memory</i> <i>A construção kirchnerista da memória</i>	
Nicolás Bermúdez	229
Os elementos constitutivos do enunciado em suas relações dialógicas: um exemplo de análise <i>Constitutive elements of utterance in its dialogic relationships: an example of analysis</i> <i>Los elementos constitutivos del enunciado en sus relaciones dialógicas: un ejemplo de análisis</i>	
Lucas Vinício de Carvalho Maciel	249
Humor, humoristas e problemas de <i>topia</i> discursiva <i>Humor, comedians and discursive topia problems</i> <i>Humor, humoristas y problemas de topia discursiva</i>	
Rony Petterson Gomes do Vale	267

Avaliação e argumentação: uma análise da produção textual no Ensino Médio

Attitude and argumentation:

an analysis of secondary school writing production

Evaluación y argumentación:

un análisis de la producción textual en el Enseñanza Media

Adriana Rodrigues de Abreu

Adriana Nogueira Accioly Nóbrega

285

Ensaaios/Essays

Ler e escrever na Universidade: um fazer sócio-histórico-cultural

Reading and learning in the University: a social, historical and cultural practice

Leer y escribir en la universidad: un hacer socio-histórico-cultural

Rodrigo Acosta Pereira

Sandro Braga

303

Dialogismo e Análise do Discurso –

alguns efeitos do pensamento bakhtiniano nos estudos do discurso

Dialogism and Discourse Analysis –

some effects of bakhtinian thought in the discourse studies

Dialogismo y Análise del Discurso –

algunos efectos del pensamiento bakhtiniano en los estudios del discurso

Nelson Barros da Costa

321

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-1502AP-0000>

APRESENTAÇÃO/PRESENTATION

Esta edição reúne cinco artigos de pesquisa que privilegiam: o estudo de gênero discursivo (no caso, a telenovela); o discurso político em seu papel de construção da memória coletiva; as relações dialógicas que constituem os enunciados; o estudo relativo à formação de um campo específico para o humor; um tópico que atenta para a produção textual no Ensino Médio com respeito ao posicionamento autoral; e dois ensaios: um reflete sobre leitura e escrita na Universidade como um fazer complexo que envolve história e cultura, desenvolvendo-se no campo da Linguística Aplicada, que tem priorizado os vários tipos de letramento – no caso presente, o letramento acadêmico; o outro prima pelo refinamento de óticas discursivas, repensando o dialogismo da obra de Bakhtin e seus efeitos nos estudos discursivos.

Embora o periódico tenha, em sua política, estabelecido o escopo de trabalhar com questões textuais e discursivas, acolhendo muito comumente textos de pesquisa e reflexão centrados em tópicos de ensino e aprendizagem (de língua portuguesa ou línguas estrangeiras, especialmente a inglesa), sua cobertura tende a se expandir. É grande a influência das mídias e das Ciências Sociais, em função da extensão que os textos, em sua abrangência discursiva, trazem de fundamentos históricos, sociológicos, antropológicos, culturais e filosóficos, e das materialidades de linguagem (meios semióticos em geral) que se associam ao campo linguístico, ampliando os resultados que as lentes teóricas permitem canalizar, por um lado, e abrir, por outro, envolvendo suportes diferentes.

Assim, olhando em retrospectiva, alguns desses investimentos podem ser delineados:

- a) o relacionamento humano nas várias esferas, em situações simétricas ou assimétricas;
- b) a afetação do campo político relativamente a indivíduos ou grupos em termos de relações de poder;
- c) a avaliação pedagógica de produção textual/discursiva em vários níveis de ensino e suas relações política, jurídica e de poder em função do lugar institucional (educação linguística e humanística com seus conflitos);
- d) os processos discursivos e dialógicos em sujeitos iniciantes;
- e) os aspectos relevantes do trabalho científico em linguagens;
- f) o funcionamento dos discursos detectáveis nas várias esferas sociais: político, jurídico, religioso, pedagógico, e seus atravessamentos em documentos de arquivo ou experimentais;
- g) a memória e o imaginário social marcados/não marcados nos textos;
- h) os percursos de leitura dos clássicos, a construção de verdades, as genealogias, a vontade de saber.

Enfim, em todas essas manifestações, tenta-se fazer com que as linguagens funcionem bem, façam um pouco de *rumor*. “O rumor é o barulho daquilo que está funcionando bem.”, diz Barthes*. E, apesar de que a escrita vote ao silêncio o autor, e o rumor seja, antes, uma utopia, as vozes querem produzir um horizonte de sentido.

A equipe de Linguagem em (Dis)curso deseja que os textos desta edição tragam boas reflexões a seus leitores!

Fábio José Rauén

Maria Marta Furlanetto

Editores

* BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. In: _____. *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 93-97.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-150201-2314>

A TELENVELA DAS 23H: UMA DESCRIÇÃO DO GÊNERO A PARTIR DA TEORIA SEMIOLINGÜÍSTICA

Leonardo Coelho Corrêa-Rosado*

Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Letras

Belo Horizonte, MG, Brasil

Mônica Santos de Souza Melo**

Universidade Federal de Viçosa

Departamento de Letras

Viçosa, MG, Brasil

Resumo: Desde 2011, a Rede Globo exibe, geralmente no segundo semestre e na faixa de horário das 23 horas, um remake de uma novela de grande repercussão de décadas anteriores. Além de ser um horário diferenciado para o padrão da emissora, as referidas telenovelas possuem outras características, como uma menor extensão. O presente trabalho objetiva descrever o gênero situacional telenovela a partir de um de seus formatos: a telenovela das 23h. Para essa descrição, consideramos os exemplares exibidos até então: O Astro, exibida em 2011; Gabriela, exibida em 2012; e Saramandaia, exibida em 2013. A perspectiva teórico-metodológica deste trabalho é baseada nos postulados da Teoria Semiolingüística de Patrick Charaudeau (1983, 1992, 2004) e no conceito de formato, delimitado por Aronchi de Souza (2004).

Palavras-chave: Semiolingüística. Gênero discursivo. Telenovela.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, não é difícil observar como a telenovela está presente na vida de vários brasileiros através de diversas práticas linguageiras, como nas conversas no café da manhã, nas conversas nos intervalos da hora do trabalho, nas revistas que discorrem sobre elas, ou ainda nos bolões lotéricos que são realizados para se descobrir quem matou quem em tal telenovela (TN). Enfim, a TN é um objeto cultural importante no âmbito da sociedade brasileira e sua influência se mostra nas várias práticas discursivas que a tomam como tema ou que são geradas a partir dela.

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. Bolsista CAPES/DS. Email: tintimcorre@hotmail.com.

** Professora Associada II. Doutora em Estudos Linguísticos pela UFMG. Email: monicassmelo@yahoo.com.br.

Como um objeto cultural, a telenovela materializa-se no meio social como uma prática discursiva recorrente, o que nos faz considerá-la como um gênero discursivo ou situacional, tal como quer Charaudeau (2004).

Outro aspecto que nos chama a atenção é o fato de que, desde 2011, a Rede Globo exhibe, geralmente no segundo semestre e na faixa de horário das 23 horas, um *remake* de uma novela de grande repercussão de décadas anteriores. Além de ser um horário diferenciado para o padrão da emissora, as referidas telenovelas possuem outras características, como uma menor extensão, que as diferem das demais telenovelas exibidas nos horários das 18, 19 e 21 horas

Assim, o presente trabalho objetiva descrever o gênero situacional *telenovela* a partir de um de seus formatos: *a telenovela das 23h*. Para essa descrição, consideramos os exemplares exibidos até então: *O Astro*, exibida em 2011, entre 12 de julho e 28 de outubro; *Gabriela*, exibida em 2012, entre 18 de junho e 26 de outubro; e *Saramandaia*, exibida em 2013, entre 24 de junho e 27 de setembro. Nossa perspectiva teórico-metodológica baseia-se nos postulados da Teoria Semiociológica de Patrick Charaudeau (1983, 1992, 2004) e no conceito de *formato* delimitado por Aronchi de Souza (2004).

Este trabalho está dividido em duas grandes partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte, apresentamos a proposta teórico-metodológica de Charaudeau (2004) para a descrição dos gêneros discursivos, denominados no âmbito da Teoria Semiociológica *gêneros situacionais*. Na segunda parte do trabalho, apresentamos a descrição do gênero em estudo em termos de suas restrições situacionais, discursivas e formais.

2 UMA ABORDAGEM SEMIOLINGÜÍSTICA DOS GÊNEROS DISCURSIVOS

No âmbito da Teoria Semiociológica, a descrição de um gênero discursivo se faz a partir da articulação entre três níveis: a) o *situacional*, que determina a expectativa (*enjeu*) da troca linguageira, uma vez que as restrições desse nível são instituídas pelo contrato comunicacional que configura a situação de comunicação; b) o *discursivo*, que determina o quadro do tratamento linguageiro ou construção discursiva do gênero; e c) o *formal*, que corresponde aos aspectos formais configurados nos textos. Nesse sentido, são os componentes dos três níveis de restrições que constituem os critérios para caracterizar os gêneros do discurso. Entretanto, pelo fato de as características do discurso dependerem essencialmente de suas condições situacionais de produção e interpretação, Charaudeau (2004) prefere denominá-los “gêneros situacionais”.

Essa articulação deve ser entendida ainda como uma correlação e não como uma implicação sucessiva entre os diversos níveis, pois todos os níveis possuem categorias que permitem apreender um determinado gênero, não restringindo a questão dos gêneros a somente um dos níveis.

O **nível das restrições situacionais** é responsável por determinar a expectativa da troca linguageira, uma vez que elas são instituídas a partir da situação de comunicação. Essa situação de comunicação determina, por meio de seus componentes, as condições

de produção e de interpretação dos atos de comunicação. Logo, as restrições situacionais correspondem aos componentes do contrato comunicacional que, de modo geral, pode ser compreendido como o conjunto de restrições que regularizam a prática sociolinguageira e que resultam nas condições de produção e interpretação dos atos de linguagem (CHARAUDEAU, 1983, p. 54). Esse contrato, segundo Charaudeau (1995, p. 102), possui os seguintes componentes: a) *finalidade* (estamos aqui para dizer o quê?), b) *propósito* (de que se trata?), c) *identidade* dos sujeitos envolvidos (quem fala com quem?), e d) *circunstâncias materiais* em que a troca se realiza (qual o quadro físico e mental da troca?).

O **nível das restrições discursivas**, de acordo com Charaudeau (2004), mantém com o primeiro, o das restrições situacionais, uma relação de causalidade, uma vez que o contrato comunicacional determina o quadro do tratamento linguageiro do ato de linguagem; esse quadro constitui-se como a configuração do nível das restrições discursivas de que estamos falando.

Nesse sentido, podemos compreender os componentes do nível das restrições situacionais como dados externos que, respondendo a questão do “estamos aqui para dizer o quê?”, produzem instruções para um “como dizer?”. Logo, o nível das restrições discursivas é o nível das atividades de ordenamento do discurso, no qual os dados externos são ordenados no quadro do tratamento linguageiro através de uma correspondência entre eles e as restrições discursivas (CHARAUDEAU, 2004).

Nesse nível de restrições, encontramos os seguintes componentes: a) os *modos enoncivos*, ou os modos de organização do discurso (descritivo, narrativo e argumentativo) utilizados como procedimento de racionalização e construção de um mundo significado; b) os *modos enunciativos*, correspondentes às modalidades enunciativas apontadas por Charaudeau (1992): alocutivo, elocutivo e delocutivo; c) os *modos de tematização*, a organização dos temas e subtemas do gênero; e d) os *modos de semiologização*, correspondentes ao modo de uso das substâncias linguageiras ou *mise en scène* material, verbal ou visual, do gênero.

O **nível das restrições formais** corresponde ao nível do texto. Dessa forma, as categorias que configuram esse nível são categorias de ordem linguística que permitem descrever as constantes do gênero em termos formais. Nesse nível, encontramos os seguintes elementos: a) *mise en scène textual*, que se refere à disposição do paratexto; b) *composição textual interna*, que corresponde à organização do texto em partes; e c) *construção gramatical*, que diz respeito à recorrência dos tipos de construção (ativa, passiva, impessoal, imperativa), das marcas lógicas, da pronominalização, da anaforização, da modalidade, etc.

3 DAS RESTRIÇÕES SITUACIONAIS ÀS RESTRIÇÕES FORMAIS: O GÊNERO TELENOVELA DAS 23H

Para descrevermos a configuração do gênero *telenovela das 23h*, valer-nos-emos da metodologia desenvolvida por Charaudeau (2004): partiremos das restrições situacionais do gênero, ou seja, das constantes que definem o contrato comunicacional da situação em questão, depois descreveremos as restrições discursivas até chegarmos às definições formais.

3.1 AS RESTRIÇÕES SITUACIONAIS

No que concerne às restrições situacionais do gênero que descrevemos neste trabalho, a *telenovela das 23h*, estas se configuram da seguinte maneira.

Como as demais telenovelas e outros gêneros ficcionais televisivos (minisséries, seriados, unitários¹), a telenovela das 23h tem como **finalidade contar uma história, por meio de diálogos e imagens, para os telespectadores, com vistas a entretê-los**. Nesse sentido, a finalidade do gênero situacional em questão define-se fundamentalmente por propor ao telespectador uma *satisfação hedônica*, ou seja, a finalidade é *faire-plaisir* (fazer-agradar) em função da história que é contada por meio das imagens e dos diálogos.

Considerando essa finalidade, Calza (1996) faz uma consideração interessante sobre as telenovelas que pode ser bem aplicada à telenovela das 23h:

uma TN (telenovela) é entretenimento. Tem como *mainstream* (sua linha mestra) narrar a crônica do cotidiano. Engendra-se a partir de seres de papel, saídos do reino da ficção, que de repente saltam para a vida real e, por seu alto poder de influência, invadem a privacidade do telespectador, na situação mais desprotegida: relaxada, no recesso do seu lar. O processo chega a ser catártico, terapêutico: o telespectador quer se envolver, quer se deixar seduzir, quer ver reconhecida sua própria existência e experiência do dia-a-dia, ali, na tela da televisão. Ele quer se exaurir em emoções e sobressaltos. (CALZA, 1996, p. 14, grifos nossos).

Esse *fazer-agradar* permite atualizar uma visada emocional. Charaudeau (2004, p. 23) define **visada** como sendo uma intencionalidade psico-sócio-discursiva que determina a expectativa do ato de linguagem, correspondendo, com isso, a uma atitude enunciativa de base definida tanto pela intenção comunicativa do sujeito comunicante, quanto pela identidade que ele atribui ao sujeito interpretante. Assim, a visada emocional, que configura a finalidade do contrato comunicacional do gênero telenovela das 23h, diz respeito a uma intencionalidade psico-sócio-discursiva que se define por um projeto de fala que procura suscitar no destinatário um conjunto de emoções e afeições, fazendo dele um sujeito “que sente” e não um sujeito racionalizante, como o fazem as visadas informativa e explicativa, por exemplo. Tal visada pode ser compreendida da seguinte forma: eu quer “agradar” (fazer-agradar) e tem condições para tal, já que possui meios de suscitar emoções e afeições; tu se encontra em posição de “ser agradado” e de “sentir” as emoções suscitadas.

As palavras de Calza (1996) apresentadas anteriormente sugerem, efetivamente, a existência dessa visada emocional na finalidade do gênero quando ela afirma que o telespectador quer se *exaurir em emoções e sobressaltos* pelo fato de desejar ver reconhecida a sua existência e experiência do cotidiano na “telinha”.

¹ Para uma melhor compreensão dos gêneros ficcionais televisivos, sugerimos a leitura dos trabalhos de Balogh (2002) e Pallottini (1998).

Além da visada emocional, observamos que a telenovela das 23h pode engendrar mais duas outras visadas: uma visada de informação² e uma visada de incitação³. Essas visadas se apresentam em sequências do texto audiovisual bastante específicas e nem sempre estão presentes. Em outras palavras, elas são elementos acessórios do gênero, mas sendo obrigatória sua presença na configuração da finalidade geral.

De um modo geral, observamos que a visada de informação é engendrada quando alguma personagem informa sobre algum fenômeno social que tem correspondência com a realidade “fora da tela” (ou seja, com a realidade vivida e experienciada pelo telespectador enquanto sujeito social vinculado a um momento e espaço histórico-sociais). É o caso, por exemplo, de quando Lili (personagem de *O Astro*) alerta a um de seus passageiros sobre a necessidade de se usar o cinto de segurança, informando ao telespectador sobre os perigos e os cuidados no trânsito e na direção de veículos.

Já a visada de incitação é engendrada quando se realiza um *merchandising* no âmbito da exibição. O *merchandising* designa, para nós, a veiculação, em mídia, de menções ou aparições de um produto, serviço ou marca, de forma não ostensiva e aparentemente casual, em programa de TV (RABAÇA; BARBOSA, 1995, p. 396). Desse modo, quando em uma sequência do texto telenovélico é mostrado e/ou anunciado por um personagem o uso de um determinado produto ou marca, observamos que há, de maneira implícita, a incitação, por meio de uma estratégia discursiva de sedução, ao uso e, conseqüentemente, à compra do produto/marca anunciado/mostrado. Ou seja, o sujeito enunciador (disfarçado atrás das personagens e do mundo diegético que ele cria⁴) faz acreditar ao sujeito destinatário que ele será o beneficiário do uso/compra do produto anunciado. Trata-se, então, da mesma visada suscitada pelo contrato publicitário; no entanto, no caso da telenovela, ela se insere no âmbito da história, fazendo passar a impressão ao telespectador de que se trata de um evento e de um objeto presente no cotidiano das personagens.

Em termos de **propósito**, a telenovela das 23h propõe uma história de ficção que pode tocar em temas variados: amor, morte, família, sociedade, entre outros. Compreendemos *história* da maneira como o termo é definido por Genette (2007, p. 298): “o significado ou o conteúdo narrativo, ou seja, a sucessão de fatos, reais ou ficcionais, que são objeto do discurso ou enunciado narrativo”. Assim, a *história* é o conteúdo do enunciado narrativo da telenovela, isto é, a sucessão de fatos ficcionais proposta ao telespectador por meio da *mise en scène* narrativa.

Diferentemente das *histórias* das telenovelas exibidas às 18h, 19h e 21h, a telenovela das 23h apresenta uma história que não é original, no sentido de ser exibida pela primeira vez na televisão; na verdade, as histórias propostas pelas telenovelas da

² Segundo Charaudeau (2004), a *visada de informação* designa: “eu quer ‘fazer saber’, e ele está legitimado em sua posição de saber; tu se encontra na posição de ‘dever saber’ alguma sobre a existência dos fatos, ou sobre o porquê ou como de seu surgimento.” (p. 23).

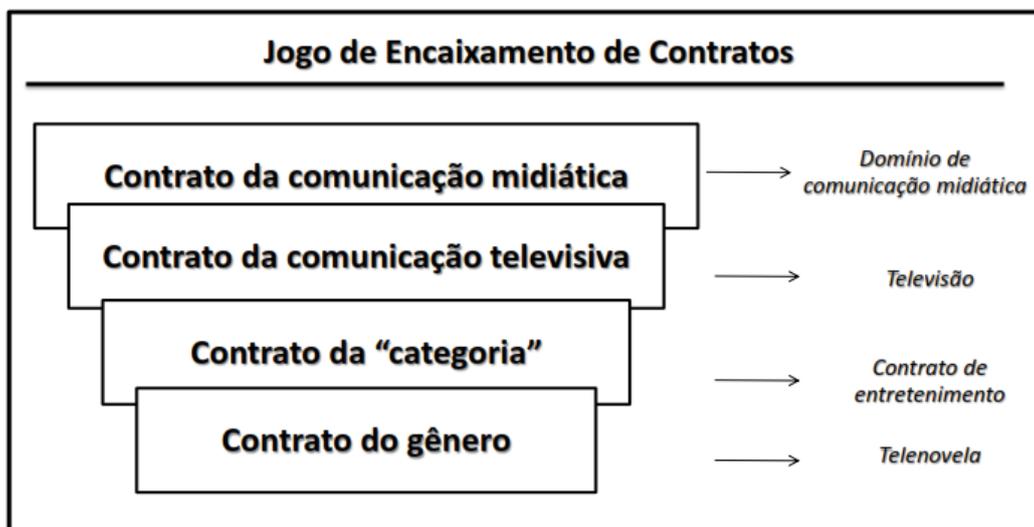
³ Segundo Charaudeau (2004), a visada de incitação designa: “eu quer ‘mandar fazer’ (*faire faire*), mas não estando em posição de autoridade, como no caso da prescrição, não pode senão incitar a fazer; ele deve, então, ‘fazer acreditar’ (por persuasão ou sedução) ao tu que ele será o beneficiário de seu próprio ato; tu está, então em posição de ‘dever acreditar’ que, se ele age, é para o seu bem.” (p. 23).

⁴ Ao tratarmos das identidades dos sujeitos envolvidos nesse ato de linguagem, retornaremos a essa questão.

23h são *remakes* de sucessos de décadas anteriores. *Remakes*, nas palavras de Xavier (2007), são regravações de novelas de sucesso que podem sofrer mudanças de forma a atualizar e ajustar a obra ao novo contexto sócio-histórico. Isso ocorreu com as três telenovelas exibidas até então: *O Astro*, a primeira novela desse gênero, é um *remake* da telenovela exibida em 1977/1978; *Gabriela* é um *remake* da telenovela exibida em 1975; e *Saramandaia* é *remake* da telenovela exibida em 1976.

No que concerne às **identidades** dos sujeitos, essas atualizam as identidades do contrato de comunicação midiática televisiva. Em nossa perspectiva, o contrato do gênero telenovela está vinculado, por meio do que denominamos em trabalho anterior⁵ *jogo de encaixamento de contratos*, ao contrato da comunicação midiática geral e ao contrato da comunicação midiática televisiva. Essa estrutura pode ser observada na figura 1:

Figura 1 – Jogo de encaixamento de contratos proposta por Corrêa-Rosado (2013)



A figura 1 permite-nos observar que o gênero situacional (no caso, o gênero telenovela das 23h) é uma forma de contratualização de nível inferior. Além do mais, a figura 1 coloca em evidência o fato de que o processo comunicativo que consideramos neste trabalho se opera sob a forma de um *jogo de encaixamento progressivo de diversos contratos*, impondo de modo articulado e gradual, cada um, as suas próprias restrições e condições. Assim, o contrato da comunicação midiática oferece as condições gerais para que a telenovela seja considerada uma situação de comunicação midiática, enquanto o contrato da comunicação televisiva refina o contrato anterior segundo o dispositivo material em que a troca se realiza – no caso a mídia televisiva e tudo o que ela pressupõe em termos de suas *restrições organizacionais*, de suas *materialidades significantes*, de sua *tecnologia* e de seu *suporte*. Portanto, o contrato do gênero retira várias de suas características desses macrocontratos e os engendra em sua discursivização.

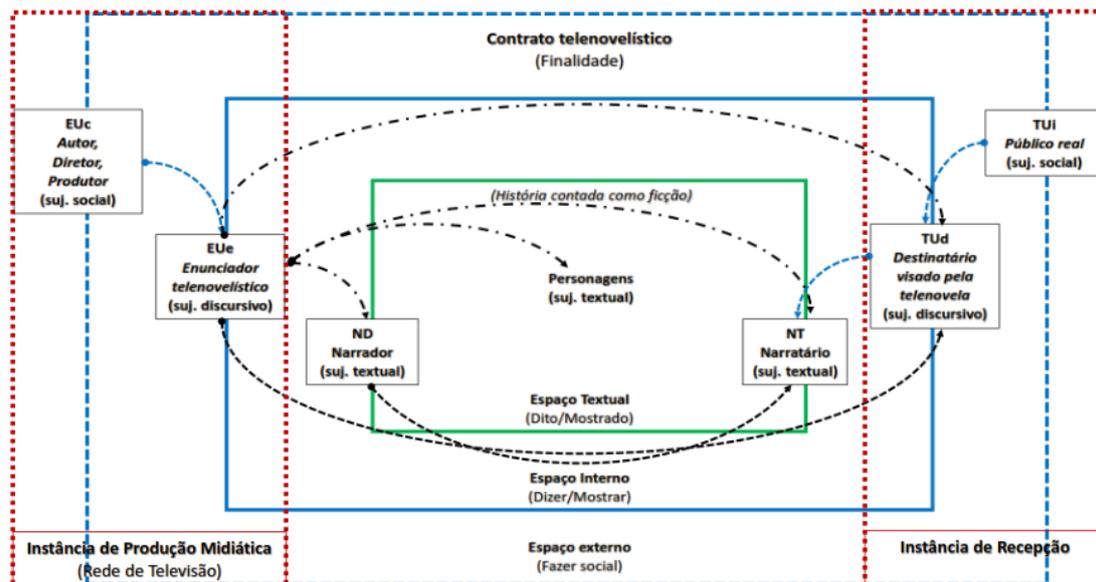
⁵ Referimo-nos aqui ao trabalho de mestrado intitulado *Sorrir ou chorar? A patemização na telenovela brasileira, um estudo de O Astro* (CORRÊA-ROSADO, 2013).

Nessa perspectiva, se pensarmos que a comunicação midiática (e, por conseguinte, a comunicação midiática televisiva) realiza-se na tensão entre um *fazer saber/compreender/agradar* (visada de informação/explicação/emocional) e um *fazer fazer* (visada de incitação) – uma vez que tal contrato produz um determinado objeto de informação, explicação ou entretenimento dentro de uma lógica cívica: informar/explicar/entretêr o cidadão; e produz um objeto de consumo segundo uma lógica comercial: captar as massas para sobreviver à concorrência, tal como propõe Charaudeau (2006a) e Lochard e Soulages (1998) – relacionando duas instâncias, uma *instância de produção midiática* e uma *instância de recepção midiática*, por meio de um produto, o texto midiático, as **identidades** que configuram o gênero telenovela vão ao encontro dessas condições gerais apresentadas por esses macrocontratos.

Então, no gênero telenovela das 23h há, de um lado, uma *instância de produção* ou *instância midiática*, e do outro lado, a *instância de recepção* ou *público*, relacionadas pelo próprio texto telenovelistico, o resultado material de um ato de linguagem produzido pela primeira instância para a segunda. No que concerne à instância midiática, esta é formada por todos os sujeitos que produzem a telenovela (operadores de câmera, figurinistas, cenógrafos, diretores, iluminadores, atores, etc.) e a enunciam (os autores que assinam a outra), representando no seu conjunto a emissora. Já a instância de recepção é formada pelos sujeitos imaginados como sendo os destinatários ideais da telenovela e pelo próprio público, real consumidor do produto.

Podemos representar o ato de linguagem telenovelistico a partir do seguinte esquema apresentado na figura 2.

Figura 2 – O quadro enunciativo do gênero telenovela das 23h⁶



⁶ Gostaríamos de agradecer pelos apontamentos da professora Emília Mendes (UFMG) que nos ajudou a representar melhor o quadro proposto.

O quadro enunciativo da figura 2 foi constituído a partir do quadro dos sujeitos da linguagem proposto por Charaudeau (2008)⁷. Nele observamos que a enunciação da telenovela se realiza a partir da articulação de um *espaço externo*, de um *espaço interno* e de um terceiro espaço, a que denominamos *espaço textual*. O espaço externo corresponde à dimensão situacional do ato de linguagem telenovelístico sendo, portanto, o *espaço do fazer social*. Nele estão inscritos os parceiros da comunicação, nossos sujeitos sociais: o *sujeito comunicante* (EUC), os atores midiáticos responsáveis pela produção da telenovela (autor, atores, diretor, etc), e o *sujeito interpretante* (TUI), o público real que assiste à telenovela das 23h. O espaço interno diz respeito à dimensão discursiva do ato de linguagem, sendo, portanto, o espaço do dizer/mostrar. Nesse espaço encontram-se os seres de fala, os protagonistas da encenação languageira: o *sujeito enunciador* (EUE), responsável por mobilizar os elementos languageiros dos diversos estratos semiológicos para materializar o projeto de fala do sujeito comunicante, e o *sujeito destinatário* (TUD), o sujeito alvo imaginado pelo EUC.

Já o espaço textual corresponde ao resultado material do ato de linguagem, sendo, portanto, o *espaço do dito/mostrado*. Nesse espaço estão materializados, por meio de elementos formais disponibilizados pelos sistemas semiológicos da encenação telenovelística, o ponto de vista do enunciador e as estratégias que ele utiliza para encená-lo. Esse espaço corresponde àquele onde o mundo ficcional toma forma e se materializa em uma história, isto é, em uma sucessão de fatos ficcionais que é objeto de um discurso narrativo e resultado de um ato de narração, tal como postula Genette (2007).

No texto telenovelístico, encontramos as instâncias textuais, para usarmos o termo de Peytard (2007[1983]): as *personagens*, “seres visuais e falantes”⁸ constituídos, como menciona Peytard (2007 [1983]), não somente pelo perfil, ações e falas, mas também pela relação entre os perfis e as falas e entre as falas e as ações, visto que tais seres dialogam entre si e realizam ações narrativas variadas; o *narrador*, a instância textual responsável por contar a história apresentada pela telenovela; e o *narratário*, alocutário do narrador.

Logo, esse espaço é o espaço das *instâncias textuais ficcionais*, ou seja, das instâncias ficcionais inscritas e observáveis somente no interior do texto ao nível dos papéis que elas assumem nesse espaço e na história contada. Não são seres sociais e

⁷ O quadro dos sujeitos da linguagem de Charaudeau (1983) sofreu, ao longo dos anos, inúmeras adaptações e revisões por parte dos pesquisadores do *Centre de Analyse du Discours* (CAD) de Paris XIII, do *Núcleo de Análise do Discurso* (NAD) da FALE/UFMG e também do *Núcleo de Estudos sobre Transgressão, Imagens e Imaginários* (NETII) da FALE/UFMG. A versão que tomamos por base para representar o ato de linguagem telenovelístico é a aquela apresentada no livro *Linguagem e Discurso – Modos de organização* (tradução em português para os pesquisadores brasileiros a partir de parte do *Langage et Discours* e da *Grammaire du sens et de l'expression* de Patrick Charaudeau), sendo, desse modo, a versão mais atual do quadro apresentado em 1983. Entretanto, nossa convivência com os pesquisadores e nosso contato e leitura de trabalhos realizados no âmbito desses centros/núcleos de estudos supracitados influenciaram-nos na confecção do quadro que apresentamos neste trabalho. Desse modo, além do quadro base de 2008/1983, também dialogamos com os quadros de Machado e Mendes (2013) e de Lochard e Soulages (1998).

⁸ Utilizamos a expressão “seres visuais e falantes” por aproximação de “seres de papel” como comumente são denominados personagens e narrador. Devido às especificidades de nosso corpus, achamos essa expressão mais adequada.

nem seres de fala, como o são os sujeitos do espaço externo e interno do ato de linguagem, respectivamente. São seres do texto, que “vivem” no texto, e só podem ser compreendidos no interior da realidade ficcional que o texto materializa, já que cada um assume um determinado papel nessa realidade.

Ao considerarmos as personagens como “seres falantes e visuais”, compreendemos, por um lado, que elas são sujeitos que falam, sem serem os fiadores do ato de linguagem, pois não são responsáveis pelo ponto de vista que enunciam⁹. Por outro lado, elas são visuais pelo fato de se materializarem no texto, sobretudo, por meio dos signos icônicos, ou seja, um tipo de signo visual que possui uma similitude de configuração com o objeto que representa.

As instâncias textuais que mencionamos anteriormente são instauradas no texto telenovelistico por meio de uma “operação de terceirização” utilizada pelo sujeito enunciador, integrante da instância midiática. A operação de terceirização, conforme Soulages (1999), corresponde a uma estratégia de encenação discursiva de que se vale o sujeito enunciador telenovelistico para criar o mundo ficcional e encenar a história contada pela telenovela. Por meio dessa operação, o enunciador se “apaga” da encenação discursiva e instaura a figura de um narrador que conta a história. Além disso, há o “apagamento” do destinatário e a criação de personagens que, representadas por atores midiáticos, passam a agir e a interagir no interior do mundo diegético e a representar o papel de “enunciadores” desse universo ficcional. Nesse sentido, a história parece existir por si mesma e o enunciador se endereça ao telespectador *se disfarçando atrás do mundo que ele propõe*. Com efeito, o espectador é colocado em uma posição de exterioridade em relação a esse mundo diegético proposto pela história. Em outras palavras, ele é apenas uma espécie de testemunha das ações que se desenrolam, sem ser interpelado diretamente, não sendo, portanto, identificado como o interlocutor.

Diante dessa “operação de terceirização”, podemos dizer que, embora aparentemente autônomas, as instâncias textuais (personagens, narrador e narratário), na verdade, são criadas pelo EUE (sujeito enunciador) com o intuito de apagar a si próprio e apagar o destinatário. Com isso, a história parece ter uma certa autonomia e o mundo ficcional parece existir verdadeiramente (um *efeito de real*). Trata-se de um efeito de sentido que toca o plano da captação: o enunciador quer fazer-criar ao telespectador que tudo o que está ocorrendo no interior da história ocorre “naturalmente”, sem a intervenção dele. Entretanto, todo o mundo diegético, com seus eventos ficcionais, é construído e planejado por esse sujeito enunciador. Além do mais, o destinatário é colocado numa posição de testemunha, observando o desenrolar das ações narrativas realizadas no âmbito da história. Esta posição, garantida pela operação de terceirização, viabiliza o acionamento de uma atitude de *identificação-projeção* por parte desse telespectador, isto é, o sujeito enunciador utiliza-se de uma mecânica discursiva (ou um dispositivo) que permite aos telespectadores se identificarem com certos personagens e se projetarem no que está sendo apresentado pela história

Assim, a encenação discursiva, colocando o telespectador em posição de terceiro, excluído do interior do discurso (daí o nome “operação de terceirização”), propõe a ele

⁹ Essa questão é melhor compreendida em Corrêa-Rosado (2013).

um discurso baseado no *fazer-ser*; na verdade, o efeito pretendido por esse arranjo enunciativo é que o TUi se identifique com as personagens (ou com alguma delas), de forma a poder ressentir o que tais personagens vivenciam no interior do mundo diegético. Logo, esse arranjo discursivo vai ao encontro dos apontamentos de Calza (1996) sobre a finalidade do gênero telenovela que apontamos anteriormente: *o telespectador se envolve e deseja ver reconhecida sua própria existência e experiência cotidiana na tela da televisão, exaurindo-se em emoções e sobressaltos*.

Em relação às **circunstâncias materiais** do gênero situacional em estudo, a telenovela das 23h apresenta um *formato* diferente do das demais telenovelas da Rede Globo, as telenovelas das 18h, 19h e 21h. O *formato* é um conceito definido por Aronchi de Souza (2004) para se referir à nomenclatura própria do meio televisivo que serve para identificar a *forma* e o *tipo* da produção de um gênero de programa de televisão.

As telenovelas das 23h exibidas até então (*O Astro*, *Gabriela* e *Saramandaia*) possuem o formato de capítulos, cuja duração é de aproximadamente 40 minutos, com exceção dos capítulos exibidos às quartas-feiras que possuem uma duração de aproximadamente 25 minutos. Esses capítulos são exibidos no período de terça a sexta-feira e estão enganchados uns nos outros, já que recorrem ao *gancho*. Essa periodicidade de terça a sexta-feira é bem característica da telenovela das 23h, já que as demais são apresentadas de segunda a sábado. Isso sugere que o gancho do capítulo de sexta-feira deve ser forte o suficiente para garantir a atenção dos telespectadores no capítulo de terça-feira.

Além do mais, as telenovelas desse horário não têm a extensão das demais, que geralmente se estendem entre 150 e 180 capítulos: *O Astro* teve uma extensão de 64 capítulos, enquanto *Gabriela* uma extensão de 77 capítulos. Já *Saramandaia* estendeu-se até o 57º capítulo.

Outro ponto importante é que, até agora, as telenovelas das 23h não são subsequentes, isto é, não há o término de uma telenovela quando se inicia outra, como ocorre com as telenovelas das 18h, 19h e 21h. Podemos dizer que elas são *anuais* e *esporádicas*: são exibidas somente uma vez por ano, geralmente, no segundo semestre, e não ocorre a sucessão presente nas demais.

A telenovela das 23h se utiliza de várias *materialidades significantes* extraídas do sistema icônico-filmico, do sistema musical e do sistema verbal. Logo, há uma interação entre diversos tipos de signos, signos visuais-filmicos, signos verbais e signos musicais, o que faz dos produtos desse ato de linguagem, os textos, serem plurissemióticos ou sincréticos. Nesse sentido, as circunstâncias materiais da troca fazem com que a significação discursiva seja obtida no conjunto dessas materialidades significantes.

Pelo fato de a telenovela das 23h ser um gênero televisivo, isto é, pelo fato de o contrato do gênero em questão estar vinculado ao contrato da comunicação midiática televisiva e, por sua vez, ao contrato da comunicação midiática em geral, o *suporte* do gênero é o mesmo da comunicação televisiva. Nesse sentido, o suporte é a própria tela da televisão que materializa, por meio da tecnologia de que ela se vale, as matérias linguageiras que estão em jogo na produção de sentido de um produto televisivo.

Essa tecnologia é ainda responsável pela organização da topologia dessa comunicação, já que ela posiciona a *instância midiática* e a *instância de recepção*, que se encontram ligadas uma a outra pela tela da TV, bem como regula a relação entre elas. Dessa forma, a interação entre essas duas instâncias é assimétrica, visto que “um dos parceiros permanece estruturalmente ausente, o público que se encontra na outra extremidade da cadeia, privado de toda possibilidade de resposta [...]” (SOULAGES, 1999, p. 46). Devido a essa assimetria, os locutores não podem modificar seu discurso segundo as reações dos interlocutores a que eles se endereçam, uma vez que os primeiros não dispõem de tais índices; na verdade, os locutores só podem endereçar seu discurso às reações que eles supõem que os interlocutores poderão ter, obrigando-os a imaginar o que se poderia esperar do público.

3.2 AS RESTRIÇÕES DISCURSIVAS

Seguindo a correspondência que as restrições discursivas mantêm com as restrições situacionais, temos que, para o gênero telenovela das 23h, a finalidade de *contar uma história* para os telespectadores com o intuito de entretê-los (*visada emocional*) determina a escolha dos modos de organização narrativo e descritivo como os **modos enuncivos** predominantes. Como a telenovela das 23h pode selecionar uma *visada de incitação*, o modo argumentativo pode se fazer presente, sobretudo nas sequências de *merchandising*.

O propósito do gênero determina que os **modos de tematização** organizem a história em *plots* e *subplots*. Esses *plots* e *subplots* podem se associar a temas variados (daí que os inserimos como partes dos modos de tematização), como o amor, o destino do homem, a família, o poder, que, de modo geral, configuram cada *plot*. No caso de *O Astro*, por exemplo, os *plots* “a saga de Herculano Quintanilha”, “quem matou Salomão Hayalla”, “o romance de Herculano e Amanda”, estão associados aos temas do destino do homem, morte/assassinato/suspense e romance e amor, respectivamente.

As identidades determinam que se escolha o *modo delocutivo* como **modo enunciativo**. Isso ocorre pelo fato de a enunciação da telenovela das 23h utilizar-se de uma “operação de terceirização” como uma estratégia de encenação discursiva. Essa estratégia pressupõe que os diálogos ocorridos no interior da telenovela participem de uma *duplicidade enunciativa* (MAINGUENEAU, 1996, p.159), uma vez que tais diálogos funcionam em duas situações de enunciação ao mesmo tempo: a) a situação na qual a telenovela em si constitui o ato de enunciação; b) a situação na qual as personagens trocam frases num contexto enunciativo supostamente autônomo com relação à primeira. Essa duplicidade enunciativa configura a enunciação de modo que o que acontece na segunda situação tenha um efeito na primeira. Assim, como o gênero está vinculado à primeira situação, os diálogos realizados pelas personagens se endereçam ao telespectador como constituindo um enunciado delocutivo, isto, um enunciado no qual nem o sujeito enunciativo, nem o sujeito destinatário estão implicados (CHARAUDEAU, 1992, p. 619).

Por último, as circunstâncias materiais, sobretudo o suporte e as materialidades significantes que são utilizadas na troca, determinam que se opere uma *mise en scène* verbal, visual e musical em termos de **modos de semiologização**. Dessa forma, tanto os signos verbais, quanto os visuais-filmicos e musicais jogam para a significação do ato de linguagem. Essa multiplicidade de modos de semiologização faz com que a produção do enunciado telenovélico não leve em conta escolhas só de ordem paradigmática e sintagmática, mas também da ordem da simultaneidade, isto é, escolhas da ordem dos elementos que serão percebidos simultaneamente. Assim, a *simultaneidade* corresponde a uma escolha de ordem sintagmática, mas que, por sua vez, visa à simultaneidade das matérias de expressão e não a sucessão, como quer a ordem sintagmática propriamente dita (GARDIES, 1993, p. 17).

3.3 AS RESTRIÇÕES FORMAIS

As restrições formais dizem respeito às regularidades de ordem linguageira apresentadas na superfície do texto enquanto resultado material do ato de linguagem telenovélico. Nesse sentido, é importante não perdermos de vista o fato de que consideramos como texto telenovélico a *exibição da telenovela na tela de TV, desde o momento em que se encerra a exibição do programa anterior e se inicia a exibição da telenovela propriamente dita, até o momento em que ela finaliza e outro programa inicia-se, considerando a grade horária*. Logo, nosso parâmetro é o posicionamento da telenovela na grade horária, parâmetro este que nos oferece o início e o fim do texto telenovélico e as restrições que ele apresenta em termos de gênero situacional.

Diante dessa perspectiva, os dados referentes à *composição textual*, à *construção formal* e à *mise en scène textual* (especialmente essa última) consideram o parâmetro apresentado. Em outras palavras, descreveremos as regularidades formais do gênero considerando o que é exibido na tela de TV no momento em que a emissora anuncia o início da telenovela, até o momento em que a novela finaliza e outro programa é anunciado¹⁰.

Assim, no que concerne à *mise en scène textual* do gênero em estudo, esta se organiza a partir de elementos paratextuais recorrentes como as *vinhetas de abertura e fechamento*, as *passagens de break*, o *resumo do capítulo anterior*, a *classificação indicativa*, os *créditos comerciais* e os *intervalos comerciais*.

As *vinhetas de abertura e fechamento* são, segundo Rabaça e Barbosa (1995), uma breve identificação do programa apresentada no início (vinheta de abertura) ou no final (vinheta de fechamento). Elas são constituídas pelo logotipo do programa e de outros elementos como os nomes dos atores, diretores e escritores e/ou a ficha técnica da produção. Balogh (2002) aponta que as vinhetas, além de separar o programa do seu precedente e subsequente, determinam o clima, a época, o gênero, orientando a leitura

¹⁰ Inclusive esse é o parâmetro que consideramos durante a coleta das telenovelas em estudo: gravamos os capítulos a partir do momento em que a emissora anuncia seu início, até o momento em que eles finalizam e outro programa é anunciado.

do telespectador. Dessa forma, a vinheta de abertura funciona como um cartão de visita da telenovela, servindo para ambientar a história.

As vinhetas de abertura da telenovela das 23h têm, em média, a duração de 1 minuto, enquanto as vinhetas de fechamento têm em média 1 minuto de duração na primeira semana de exibição, e 20 segundos de duração a partir da segunda semana. O quadro 1 evidencia o que comentamos:

Quadro 1 – *Mise en scène* textual interna: vinhetas de abertura e fechamento

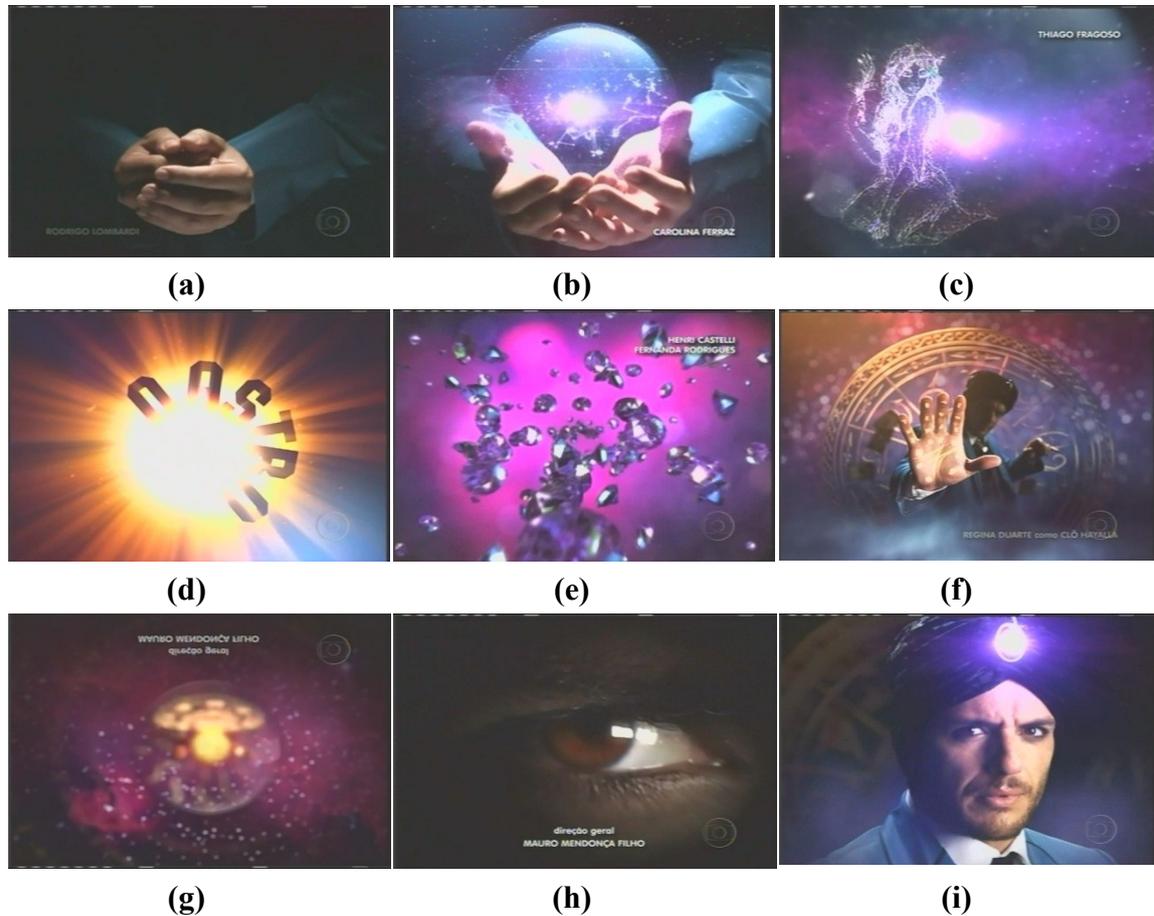
Telenovela	Vinheta de abertura	Vinheta de fechamento	
		1ª Semana	A partir da 2ª semana
<i>O Astro</i>	58”	58”	22”
<i>Gabriela</i>	1’12”	1’12”	22”
<i>Saramandaia</i>	58”	58”	22”

Não nos parece aleatória essa mudança da duração da vinheta de fechamento a partir da segunda semana. Pelo que observamos, na primeira semana, a vinheta de fechamento apresenta de forma lenta toda a ficha técnica de produção da telenovela, enquanto a partir da segunda semana essa ficha técnica é exibida rapidamente no intervalo de tempo demonstrado. A nosso ver, trata-se de uma estratégia da emissora para garantir os direitos autorais de cada sujeito da equipe técnica e aumentar o espaço para a publicidade.

No caso de *O Astro*, a vinheta de abertura, que tem uma duração de 58 segundos, é acompanhada pela canção “Bijuterias”, composta e interpretada por João Bosco, e nela são apresentados diversos elementos de caráter esotérico, como os signos do zodíaco, as constelações que configuram os signos, a ametista, entre outros. Além disso, a personagem principal, Herculano Quintanilha, aparece em vários momentos da vinheta, vestindo um paletó azul e um turbante preto brilhante com uma pedra ametista no meio, conforme apresentamos na figura 3, na página seguinte.

A vinheta de abertura de *O Astro* constitui-se de uma pequena narrativa que se inicia com um *close-up* das mãos da personagem Herculano Quintanilha (figura 3 a) e termina com um primeiro plano da personagem (figura 3 i). Das mãos surge o cosmos (figura 3 b) e todos os demais elementos esotéricos que citamos (figura 3 c, e, f); eles vão sendo “lançados” em direção ao telespectador (figura 3 e) e, à medida que eles se aproximam do limite da moldura, outro símbolo esotérico surge. Ao final, uma bola de fogo que representa o sol torna-se o globo ocular de Herculano (figura 3 g, h) que, por meio de um *zoom-out*, vai sendo enquadrado até o primeiro plano (figura 3 i). Essa transformação do sol e outros elementos esotéricos no globo ocular de Herculano parecem sugerir que ele possui o dom da vidência e consegue interpretar a simbologia oculta dos astros. Assim, a abertura já orienta a leitura do telespectador no tocante à história que será apresentada pela telenovela, jogando um papel importante para a expectativa (*enjeu*) da troca. Além do mais, as cores utilizadas (matizes que vão do violeta ao preto, passando pelo anil) e os símbolos apresentados sugerem uma ligação com o oculto, dando uma conotação de mistério à vinheta de abertura e, por conseguinte, à história como um todo.

Figura 3 – Vinheta de abertura: logotipo de *O Astro* e alguns símbolos esotéricos



As *passagens de break* são, conforme descrevem Rabaça e Barbosa (1995), um tipo de vinheta apresentada no início e no fim de cada intervalo de um programa de TV. Observamos que elas possuem uma duração de em média 6 segundos em cada uma das telenovelas.

A *classificação indicativa* e os *créditos comerciais* são elementos paratextuais que antecedem o programa propriamente dito, constituindo-se, dessa forma, em *prefixos*¹¹. Em *O Astro*, *Gabriela* e *Saramandaia* percebemos que esses dois prefixos juntos possuem uma duração de aproximadamente 21 segundos, dos quais, 7 segundos são para a *classificação indicativa* e 7 segundos para cada um dos dois créditos comerciais. Vejamos o quadro 2 que apresenta imagens desses prefixos referentes a *O Astro* e a *Gabriela*.

¹¹ De acordo com Rabaça e Barbosa (1995, p. 472), o *prefixo* corresponde a um “trecho musical, texto e/ou imagens de breve duração, que servem como sinais característicos de um programa.”

Quadro 2 – *Mise en scène* textual interna: prefixos

Telenovela	Classificação indicativa	Créditos comerciais	
		Clear	Intel Core
	7"	7"	7"
<i>O Astro</i>			
<i>Gabriela</i>		Clear	Veja
			

É interessante constatar que a *classificação indicativa* das três telenovelas em questão sofreu alterações no decorrer da exibição. *O Astro*, por exemplo, mudou sua classificação de 16 anos para 14 anos a partir do capítulo 37, exibido na terça-feira 13 de setembro de 2011. *Gabriela*, que até o capítulo 63 trazia uma classificação de 14 anos, passou, a partir do capítulo 64, para 16 anos. O mesmo ocorrera com *Saramandaia*: em meados de agosto de 2013, a classificação de 16 anos passa para 14 anos. Essas alterações mostram, por um lado, uma certa fluidez do gênero quanto ao conteúdo dos *plots* e *subplots* da história; por outro lado, vão ao encontro das mudanças que os conteúdos da história sofrem ao longo da exibição em função das necessidades do público e da busca por maiores índices de audiência.

Um outro elemento paratextual recorrente é o *resumo do capítulo anterior*. Esse resumo constitui um elemento de reiteração da telenovela e sempre antecede o capítulo propriamente dito. Nos exemplares do gênero que estamos descrevendo neste trabalho, observamos que o *resumo* possui variações em sua configuração. Tais variações podem estar relacionadas tanto ao tipo/forma em que ele se apresenta na tela, quanto à própria duração. No que diz respeito aos tipos de resumos, observamos que eles podem ser de três tipos: a) *integrado à sequência do capítulo corrente*; b) *resumo da cena final do capítulo anterior*; e c) *resumo das cenas mais importantes do capítulo anterior*. Os resumos sempre antecedem a vinheta de abertura da telenovela, porém, no caso do primeiro tipo, a vinheta não separa o que aconteceu no capítulo anterior com o que está ocorrendo no capítulo corrente, sendo, desse modo, parte da sequência inicial do capítulo corrente; já no segundo e terceiro tipos, a vinheta é o limite entre o que foi apresentado e o que será apresentado. Quanto à duração, esta é variável, podendo ir de 30 segundos a 2 minutos, sendo que o terceiro tipo exige uma maior duração do que os dois primeiros.

Balogh (2002) aponta que os resumos são utilizados pelas emissoras como uma forma de reiterar os principais fatos do capítulo anterior para os telespectadores, possibilitando que esses últimos resgatem informações esquecidas ou mesmo apreendam informações perdidas. Trata-se, então, de um importante elemento estratégico ao qual as emissoras recorrem em momentos de baixa de audiência. Esse uso estratégico dos *resumos* foi muito utilizado, por exemplo, em *O Astro*: com as baixas audiências registradas a partir do capítulo 30 (em torno dos 16 pontos), a emissora aumenta a duração dos resumos (eles passam a ter em média 2 minutos), bem como utiliza resumos do terceiro tipo e não mais do segundo tipo, como estava ocorrendo até então.

No que concerne à **composição textual interna**, que se refere à organização do texto em partes (CHARAUDEAU, 2004, p. 30), observamos que o texto do gênero telenovela das 23h está dividido em várias partes, denominadas *capítulos*. Podemos definir *capítulo* como correspondente a cada uma das partes sucessivas de uma telenovela, apresentada geralmente a cada dia, em um horário determinado, possuindo uma determinada duração (RABAÇA; BARBOSA, 1995, p. 105). Cada capítulo corresponde, metaforicamente, a uma “fatia” do “bolo” telenovelistico, sendo a telenovela, então, a soma e a organização dessas fatias/partes em um todo coerente e coeso.

Os capítulos da telenovela das 23h têm uma duração aproximada de 40 minutos, excetuando os capítulos exibidos às quartas-feiras que duram aproximadamente 25 minutos. Além do mais, como já mencionamos, a exibição desses capítulos faz-se de terça a sexta-feira, numa periodicidade diferente da das consagradas telenovelas das 18h, 19h e 21h.

O número de capítulos, no entanto, pode variar de novela a novela, conforme visualizamos no quadro 3.

Quadro 3 - Composição textual interna: divisão em capítulos

Telenovela	Extensão	Duração dos capítulos
<i>O Astro</i>	64 capítulos	40 minutos, salvo ressalvas
<i>Gabriela</i>	77 capítulos	40 minutos, salvo ressalvas
<i>Saramandaia</i>	57 capítulos	40 minutos, salvo ressalvas

Essa divisão em capítulos corresponde, por um lado, à influência que o formato, um elemento das restrições situacionais, exerce nas restrições formais; por outro lado, esse aspecto da composição textual permite serializar a história, oferecendo-a em “doses homeopáticas” ao telespectador, tal como menciona Balogh (2002). Assim, a divisão em capítulos atualiza a *serialidade*, muito comum na comunicação midiática televisiva.

Sobre a questão da serialidade, é interessante considerarmos que todo programa televisivo, seja ele ficcional ou não, é um produto cativo de uma programação e de uma audiência. Em outras palavras, o produto gerado pela instância midiática é também

determinado pelo fato de estar inserido em uma *grade horária semanal*¹², bem como pelo seu posicionamento nessa grade¹³, sendo que tal grade é o resultado direto de um planejamento prévio de horários – uma programação – que leva em conta a preferência do público, a partir dos índices de audiência e de pesquisas de mercado¹⁴. Essa predefinição da programação gera algumas consequências, sobretudo, para o telespectador que não tem a possibilidade de escolher o horário de sua preferência para assistir a seu programa predileto: ele tem que se submeter ao que é exibido na tela, podendo somente escolher que canal assistir.

Além do mais, a grade horária gera uma horizontalidade na programação fazendo com que um determinado programa seja exibido num mesmo horário durante os dias da semana. Para Aronchi de Souza (2004), esse tipo de programação é uma estratégia das emissoras para criar no telespectador o hábito de assistir ao mesmo programa nesse horário, diferindo da *programação diagonal* – geralmente utilizada pelos canais pagos – na qual os programas mudam de horário durante a semana e são reprisados para se ter uma audiência em vários horários.

A consequência mais direta dessa programação horizontal é a *serialidade* dos produtos televisivos, de que estamos tratando. Essa serialidade, de acordo com Balogh (2002), implica a reiteração de gêneros consagrados, de fórmulas e esquemas que foram sedimentados pela aceitação do público. Além do mais, ela se manifesta claramente nos gêneros ficcionais televisivos, uma vez que, como apontam Lochard e Soulages (1998), a inserção dos gêneros ficcionais no fluxo temporal da programação influi sobre sua organização narrativa, que passa a ser, então, serializada e fragmentada. Essa organização narrativa constitui, para os autores em questão, um *novo regime ficcional*, diferente dos regimes tradicionais delineados pela literatura e também pelo cinema.

Outro aspecto importante da *composição textual interna* do gênero telenovela das 23h é que cada capítulo possui uma divisão interna em *blocos*. Como os capítulos possuem em média 40 minutos de duração (salvo os das quartas-feiras, com apenas um bloco), há uma divisão em três blocos, separados por dois intervalos comerciais. No caso de *O Astro* é interessante observar que essa divisão em blocos não foi homogênea ao longo da exibição da telenovela. Excetuando os capítulos exibidos às quartas-feiras, houve uma variação na divisão de blocos conforme podemos visualizar no quadro 4.

¹² Compreendemos *grade horária semanal* à maneira de Aronchi de Souza (2004): “[a] distribuição dos programas em horários planejados e previamente divulgados pela emissora, desde o início de sua programação até o encerramento das transmissões [...]” (ARONCHI DE SOUZA, 2004, p. 58).

¹³ Todas as considerações que fazemos aqui a respeito da *programação* de uma emissora de TV referem-se às emissoras brasileiras abertas, tais como as redes Cultura, SBT, Globo, Record, Rede TV!, CNT/Gazeta e Bandeirantes. Essas emissoras, por serem comerciais, planejam a distribuição dos horários e dos gêneros a partir de dados mercadológicos, já que têm uma programação dirigida para toda a população brasileira, tentando aproximar-se de todo tipo de público.

¹⁴ O trabalho de Hamburger (2005) discorre detalhadamente sobre a maneira como as emissoras televisivas brasileiras (em especial a Rede Globo) conduzem suas pesquisas de mercado para a construção do perfil do telespectador em um determinado horário. Esse perfil é elemento que, segundo a autora, orienta a escolha do gênero televisivo a ser apresentado no horário, bem como o formato e o tom (dramático, cômico, etc.) que o gênero deve assumir nesse mesmo horário.

Quadro 4 – Construção textual interna: divisão em blocos

Telenovela	Divisão em blocos	
<i>O Astro</i>	<i>Capítulos 1 ao 14</i>	<i>Capítulos 15 ao 64</i>
	2 blocos	3 blocos
<i>Gabriela</i>	<i>Capítulos 1 ao 77</i>	
	3 blocos	
<i>Saramandaia</i>	<i>Capítulos 1 ao 57</i>	
	3 blocos	

A consequência direta dos intervalos para a transmissão de um programa é a interrupção, o que faz com que seu sentido seja veiculado de modo fragmentário. Sob o ponto de vista estético, Balogh (2002) denomina essa interrupção de sentido dos programas televisivos “estética da interrupção” e afirma que:

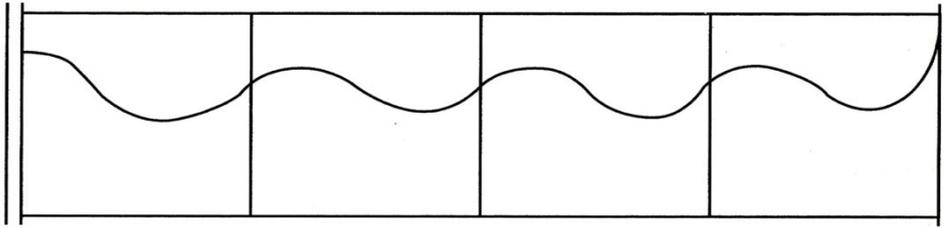
[a] televisão [...] radicaliza e escancara a descontinuidade: cada programa é periodicamente interrompido para abrir espaço para os comerciais e, conseqüentemente, o sentido tem que ser veiculado em blocos, de modo fragmentário. Nesse sentido, a TV está muito mais inserida no mundo contemporâneo, que se caracteriza pelo discurso descontínuo e pela prevalência do fragmento em detrimento da unidade [...]. (BALOGH, 2002, p. 94-95).

Assim, há uma descontinuidade na transmissão/exibição dos programas televisivos que faz com que as emissoras criem e gerenciem estratégias para manter a atenção do público ao longo de toda a transmissão, sem que este perca o interesse pelo programa durante a exibição dos comerciais.

Essas estratégias são bastante visíveis no gênero telenovela e dizem respeito ao controle (intencional) dos momentos de tensão e expectativa das ações narrativas apresentadas pelo capítulo corrente, bem como pela telenovela como um todo. No primeiro caso, o bloco é interrompido por um intervalo comercial num momento em que a ação narrativa gera uma tensão sobre o que vai acontecer; no segundo caso – similar ao precedente, porém mais intenso – nos momentos finais do capítulo, gerencia-se a tensão e a expectativa deixando estabelecida uma promessa de revelação, o fim de uma dúvida, a resolução de um dilema, enfim, uma novidade que será apresentada somente no capítulo seguinte. Assim, há uma estratégia da emissora em despertar a curiosidade do telespectador para que este continue assistindo a telenovela após os comerciais e também pelos próximos dias. Essa estratégia é denominada *gancho* e, conforme Pallottini (1998), ela supõe a proposição de uma pergunta que será respondida no capítulo seguinte (gancho de maior grau) ou no bloco subsequente (gancho de menor grau). Desse modo, o gênero telenovela das 23h é marcado por pelo menos três ganchos: dois de menor grau ao final do primeiro e do segundo blocos; um de maior grau ao final do último bloco.

Pallottini (1998) apresenta uma boa ilustração para representar a divisão em blocos das telenovelas e o uso dos ganchos:

Figura 4 – Relação entre divisão em blocos e tensão/expectativa da telenovela



Fonte: Pallottini, 1998, p.99.

A figura 4 é uma representação da modulação de um capítulo padrão de uma telenovela. As linhas duplas verticais representam, da esquerda para a direita, o início e o fim do capítulo. As linhas soltas representam a separação em bloco do capítulo. Já a linha horizontal que atravessa todas as linhas verticais corresponde à modulação, em termos de expectativas, do capítulo. Observe-se que o capítulo começa com uma modulação alta, que, em pouco tempo, desce, para depois dar uma leve subida ao fim do primeiro bloco, havendo nesse ponto um *gancho de menor grau*. Isso ocorre ao longo dos demais blocos. Ao fim do último bloco, vê-se que a linha horizontal sobe, representando, assim, a tensão e o gancho finais do capítulo.

Além do mais, o gancho é responsável pela sucessividade da história, já que ele amarra os capítulos e os blocos por meio do par pergunta/resposta proposto, gerando com isso a coerência e a coesão do texto telenovelístico, bem como garante o dinamismo da história, uma vez que ele implica novidade, acrescentando detalhes novos ao enredo, que cresce, atrai e prende.

Com relação à **construção formal** em nosso gênero percebemos que os diálogos são os elementos formais mais recorrentes. Os diálogos têm uma influência na organização narrativa do gênero, na medida em que eles “apagam” o narrador da enunciação, fazendo este se localizar em outros níveis. Além disso, há um predomínio da linguagem informal e todos os elementos que a caracterizam, conforme podemos visualizar no exemplo abaixo extraído de nosso corpus.

Exemplo 1 – Construção gramatical: linguagem coloquial (sequência de O Astro)

00:00:00	00:00:00	00:00:01	00:00:03
((música instrumental de suspense))			
Ubiraci: Que:: é i:::isso...	Ubiraci:...meu patrão?!	Ubiraci:_Tu tá elegante...	Ubiraci:...pra caceta!

O uso da linguagem informal, além de caracterizar as personagens no nível da segunda enunciação, permite uma maior proximidade com os telespectadores, na medida em que a telenovela “fala” sua linguagem cotidiana. Uma linguagem completamente rebuscada e formal ao longo de toda a telenovela poderia enfadar o telespectador e afastá-lo da TV ou fazê-lo mudar de canal.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho apresentou uma descrição do gênero situacional telenovela a partir do formato *telenovela das 23h*. Vimos que tal gênero tem a finalidade de contar uma história ao telespectador com o intuito de entreter este último, atualizando, com isso, uma visada emocional (fazer-agradar). Como encaixado no contrato da comunicação televisiva, o gênero telenovela relaciona duas instâncias: a instância de produção televisual ou instância midiática e a instância de recepção.

Além da finalidade, do propósito, das identidades e das circunstâncias materiais, que dizem respeito às restrições situacionais dos gêneros situacionais tal como aponta Charaudeau (2004), incluímos, como um dos elementos das circunstâncias materiais, o formato, já que este, como postula Aronchi de Souza (2004), diz respeito à forma e ao tipo de produção de um gênero de programa de televisão, sendo, portanto, um elemento que configura o dispositivo material em que se realiza o gênero.

A descrição do formato mostrou-nos que a *telenovela das 23h* possui uma periodicidade diferente dos formatos das 18h, 19h e 21h, uma vez que naquela a periodicidade é de quatro vezes por semana (de terça a sexta-feira). Ademais, a extensão é menor que a dos formatos tradicionais – que possuem uma média de 160 capítulos –, bem como a duração por capítulos é menor que a dos formatos tradicionais.

Diante de nossos resultados, esperamos que este trabalho possa contribuir com outros estudos que tomem a telenovela como tema ou mesmo com trabalhos que procurem estudar os gêneros ficcionais televisivos – como a minissérie, o seriado, o unitário – no âmbito do campo das ciências da linguagem e de áreas afins.

REFERÊNCIAS

ARONCHI DE SOUZA, J. C. *Gêneros e formatos na televisão brasileira*. São Paulo: Summus Editorial, 2004.

BALOGH, A. M. *O discurso ficcional na TV: sedução e sonho em doses homeopáticas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

CALZA, R. *O que é telenovela*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CHARAUDEAU, P. *Langage et discours – éléments de sémiolinguistique (théorie et pratique)*. Paris: Hachette, 1983.

_____. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.

_____. Une analyse sémiolinguistique du discours. *Langages*, Paris, v. 29, n. 117, p. 96-111, 1995.

_____. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. Tradução de Renato de Melo. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. (Org.). *Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004. p. 13-41.

CORRÊA-ROSADO, Leonardo Coelho; MELO, Mônica Santos de Souza. A telenovela das 23h: uma descrição do gênero a partir da Teoria Semiolinguística. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, SC, v. 15, n. 2, p. 207-227, maio/ago. 2015.

- _____. *Discurso das mídias*. Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. *Linguagem e discurso – modos de organização*. Coordenação da equipe de tradução Ângela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2008.
- CORRÊA-ROSADO, L. C. *Sorrir ou chorar? A patemização na telenovela brasileira, um estudo de O Astro*. 260f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Departamento de Letras, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2013.
- GARDIES, A. *Le récit filmique*. Paris: Hachette, 1993.
- GENETTE, G. *Discours du récit*. Paris: Éditions du Seuil, 2007.
- HAMBURGUER, E. *O Brasil antenado*. A sociedade da novela. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- LOCHARD, G.; SOULAGES, J. *La communication télévisuelle*. Paris : Armand Colin, 1998.
- MACHADO, I. L.; MENDES, E. A análise Semiolinguística: seu percurso e sua efetiva tropicalização. *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*, v. 13, p. 07-20, 2013.
- MAINGUENEAU, D. *Pragmática para o discurso literário*. Tradução Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- PALLOTTINI, R. *Dramaturgia de televisão*. São Paulo: Editora Moderna, 1998.
- PEYTARD, J. La place et le statut du “lecteur” dans l’ensemble “public”. *Semen* [online], 1, 2007[1983]. Disponível em: <<http://semen.reveus.org/4231>>. Acesso em: 29 dez. 2011.
- RABAÇA, C. A.; BARBOSA, G. *Dicionário de comunicação*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- SOULAGES, J. *Les mises en scène visuelles de l’information: étude comparée France, Espagne, États-Unis*. Paris: Nathan, 1999.

Recebido em: 03/09/14. Aprovado em: 13/04/15.

Title: *The telenovela of 23h: a description of the genre from the perspective of semiolinguistics theory*

Auhors: *Leonardo Coelho Corrêa-Rosado; Mônica Santos de Souza Melo*

Abstract: *Since 2011, Globo presents, usually in the second term and in the time range of 23 hours, a remake of a telenovela of great repercussion on previous decades. Besides being played on different time in comparison with the default of the station, those telenovelas have other features, such as a lesser extent. This study aims to describe the situational genre telenovela from one of its formats: telenovela of 23h. For this description, we consider the examples shown so far: O Astro, displayed in 2011; Gabriela, displayed in 2012; and Saramandaia, displayed in 2013. Our theoretical-methodological approach is based on the assumptions of the Semiolinguistics by Patrick Charaudeau (1983, 1992, 2004) and on the concept of format presented by Aronchi de Souza (2004).*

Keywords: *Semiolinguistics. Discursive Genre. Telenovela.*

Título: *La telenovela de las 23h: una descripción del género desde la teoría semiolingüística*

Autores: *Leonardo Coelho Corrêa-Rosado; Mônica Santos de Souza Melo*

Resumen: *Desde 2011, la Red Globo exhibe, generalmente en el segundo semestre y en la banda de horario de las 23 horas, un remake de una telenovela de grande repercusión de décadas anteriores. Además de ser un horario diferenciado para el patrón de la emisora, las referidas telenovelas poseen otras características, como extensión más pequeña. El presente trabajo tiene por objetivo describir el género situacional telenovela desde de uno de sus formatos: la telenovela de las 23h. Para esa descripción, consideramos los ejemplares exhibidos hasta el año de 2013: O Astro, exhibida en 2011; Gabriela, exhibida en 2012; y Saramandaia, exhibida en 2013. La perspectiva teórico-metodológica de este trabajo es basada en los postulados de la Teoría Semiolingüística de Patrick Charaudeau (1983, 1992, 2004) y en el concepto de formato, delimitado por Aronchi de Souza (2004).*

Palabras-clave: *Semiolingüística. Género discursivo. Telenovela.*

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-150202-0315>

LA CONSTRUCCIÓN KIRCHNERISTA DE LA MEMORIA

Nicolás Bermúdez*

Universidad de Buenos Aires

Facultad de Filosofía y Letras

Universidad Nacional del Arte

Buenos Aires, Argentina

Resumen: *Los efectos sobre la construcción de la memoria colectiva que produjo la irrupción del kirchnerismo en el campo político han sido ampliamente estudiados. Menos investigadas han sido las transformaciones que sufrió esa construcción con el cambio de presidente. Así pues, el objetivo del presente trabajo es exponer un análisis de las operaciones discursivas de construcción de la memoria puestas en obra por Cristina Fernández de Kirchner durante su primer gobierno. La investigación se inscribe en el marco de los estudios del discurso, más precisamente, de la teoría de los discursos sociales. Para el análisis, se ha constituido un corpus de mensajes producidos en eventos de conmemoración. Se ha seguido un procedimiento contrastivo, cotejando los discursos de Cristina Fernández con los de su antecesor, a fin de detectar la especificidad de sus operaciones de rememoración.*

Palabras-clave: *Argentina. Discurso político. Kirchnerismo. Historia. Memoria.*

1 INTRODUCCIÓN

Una de las novedades que trae el kirchnerismo a la escena política argentina es su particular vocación rememorativa, que tiene como momento predilecto, aunque no excluyente, la década del 70. La resemantización pertinaz del pasado reciente se tornó política de su gobierno y el objetivo de sus palabras. ¿Primicia absoluta para el caso argentino? No estoy en posición de afirmarlo: no sólo porque la verificación de ese dato escapa a los límites de esta reducida investigación, sino porque la palabra que se estudia aquí –la del presidente de la República– obliga, aunque sea para solventar menesteres ceremoniales, a referirse de manera permanente a la historia. Pero sí se puede sostener que el caudal evocador del kirchnerismo es algo inusitado para un gobierno peronista y para el período postdictatorial que se abre en 1983. Para ese lugar de enunciación, el *vaciamiento de la historicidad* había sido hasta ese entonces condición necesaria para ponerle fin a los clivajes que destapan las crisis. Baste recordar como S. Sigal y E. Verón (1988, p. 37-39) deducen el despojamiento de la historicidad operado por el dispositivo enunciativo que monta Perón en el momento de su arribo a la arena política, por el cual escamotea, a favor de significar su irrupción como acontecimiento, hechos claves para explicar la crisis social de ese período y las relaciones entre el estamento civil y el ejército. Por ejemplo, el golpe de 1930. Así, no sería desacertado sostener que el kirchnerismo introduce una heterología en el corazón del peronismo, dado que no

* Docente e investigador. Doctor de la Universidad de Buenos Aires. Email: nicolasberm@filo.uba.ar.

recurre a la licuefacción del pasado. Si bien esta fruición evocativa parece quebrar una tradición discursiva local, el efecto no es el mismo cuando se pondera la actualidad del mundo occidental: el cambio de escala muestra que se trata de un fenómeno casi global y ampliamente estudiado.¹

Ahora bien, el objetivo concreto que se plantea este artículo es exponer los resultados de un análisis de la palabra kirchnerista producida por sus figuras presidenciales en lo que hace a la construcción de la memoria. Para ser más preciso, me interesa observar las transformaciones que en este sentido tienen lugar cuando se produce el cambio de locutor, de Néstor Kirchner a Cristina Fernández de Kirchner.

2 ASPECTOS TEÓRICOS Y METODOLÓGICOS

2.1 EL CORPUS

El trabajo se centra en el período 2007-2010, año en el cual, como afirman varios analistas (e.g. NOVARO, 2011, p. 139), se produce un cambio en el funcionamiento de este discurso. Asimismo, el corpus construido para esta indagación responde a recortes que pueden suponerse aventajados, como ser la palabra proferida en eventos de conmemoración y en una época –la que rodea a la celebración del Bicentenario argentino– vivificante para la gimnasia rememorativa. En concreto, se han observado una veintena de discursos que cabe llamar “de conmemoración”, pues se producen en eventos en los que se conmemora oficialmente un acontecimiento significativo para la Historia nacional. Vale decir, la variable genérica es la principal organizadora del corpus.²

2.2 MEMORIA Y ESTUDIOS DEL DISCURSO

En los estudios del discurso, la reflexión sobre el pasado y sobre la persistencia o recuperación de sus elementos se organizó en dos tipos de problemáticas bien diferentes, aunque en determinadas investigaciones se complementan o implican. Llamemos a estas problemáticas *interdiscursivas* e *históricas*, para distinguir entre dos intereses: por la historia de los enunciados, en un caso, y por los enunciados en la elaboración de la historia y la memoria, en el otro. Las primeras, de matriz bajtiniana, conciernen al examen de los vínculos entre ciertos enunciados y sus predecesores, sea en los límites de un texto, sea entre textos, sea en el marco de una interacción, sea, finalmente, en el ámbito específico de una *formación discursiva*³, donde adquiere importancia indagar la existencia histórica de un enunciado. Las segundas

¹ Para explicar esta vigorización de la rememoración y de los discursos sobre la memoria en el mundo occidental, A. Huyssen (cf. 2007) propone un entramado de factores políticos, culturales y experienciales que se ha venido urdiendo durante los últimas tres décadas, anudando, con una singularidad diferencial en cada caso, desarrollos globales y locales.

² No se excluyen, sin embargo, algunos pocos fragmentos fuertemente conmemorativos que aparecen en discursos que no son producidos en eventos conmemorativos (e.g. inauguraciones).

³ Se hace aquí un uso restrictivo de *formación discursiva*: conjunto de enunciados sociohistóricamente determinados y adjudicables a una identidad política (MAINGUENEAU, 1984, p. 5).

problemáticas atañen a los estudios del discurso preocupados por: a) Los acontecimientos históricos y los enunciados que se conservan de ellos; b) Los mecanismos por los cuales los distintos tipos de discurso, entre ellos el político, construyen la memoria colectiva. Obviamente, esta última es la problemática que interesa aquí y, por ende, merece un par de puntualizaciones.

En primer lugar, conviene recordar que, para la *Teoría de los Discursos Sociales* (VERÓN, 1998), lo discursivo no es reflejo de la realidad externa y preexistente, sino que es constitutivo de lo real. No es posible reponer aquí los frondosos debates originados en las ciencias humanas y sociales en torno al estatus de lo real. Por lo tanto me limito a recordar que, pensando la configuración del sentido desde la semiótica peirceana, Verón propone un dispositivo explicativo que conjuga lo discursivo, la construcción de lo real y el funcionamiento de la sociedad (cf. 1998, p. 119): lo real no es algo que esté afuera de la semiosis, sino que es construido en su interior, y esta construcción no es individual, sino social.⁴ Así, el sentido socialmente producido, el discurso, es el fundamento de lo que se denominan representaciones sociales y el organizador de los comportamientos de los actores y grupos. Entre otros, dos corolarios vale retener de lo anterior. Uno: analizar los discursos sociales permite entender la construcción social de lo real. Dos: la organización de los campos sociales (lo económico, lo político, lo cultural, etc.) depende de la semiosis, lo cual no implica – afirma Verón – que esta semiosis que atraviesa la sociedad en su conjunto, responda a un principio de coherencia interna; de aquí se sigue que el campo político está estructurado por un funcionamiento específico de la dimensión significante.

En segundo lugar, la construcción colectiva del pasado se inscribe en los anteriores fundamentos. El pasado no es una entidad presemiótica. Ni es un *retorno*. Se trata de una “elaboración secundaria” efectuada desde las posibilidades y límites del presente. Una reformulación gobernada por una perspectiva, como afirma Halbwachs (2011 [1950]). Desde hace tiempo que la historiografía enseña que las historias nacionales son el relato a través del cual una nación se auto-constituye y legitima. La interpretación de esa elaboración semiótica se desprende de las estrategias conceptuales, lingüísticas y estructurales que los actores ponen en obra.⁵ Como sea que se los conceptualice, los principios de la elaboración del pasado son un dato central del discurso de la política. Sobre las representaciones e imaginarios de los acontecimientos que integran el pasado de la comunidad y siguiendo las restricciones de su *archivo*,⁶ los distintos posicionamientos políticos construyen y organizan su propia *memoria*. O sea: estudiar la memoria de un posicionamiento político implica explorar el trabajo de los discursos sobre la relación imaginaria que un colectivo establece con su pasado.

⁴ Esta lectura de Verón es posible porque, a diferencia del inmanentismo saussureano, la definición de signo de Peirce incluye la representación del objeto.

⁵ Aunque resulte sugerente para pensar la semiotización del pasado, hay que moverse con cautela ante esta tesis: reconocer que la historia no puede elucidarse y escribirse sino bajo el orden del discurso, no puede hacernos olvidar que el acontecimiento pretérito ejerce coerción sobre el relato histórico.

⁶ Por su circunscripción al terreno de la memoria, este uso se aparta un poco del de la categoría propuesta por M. Foucault (1996), toda vez que este define el *archivo* como el *sistema general* de formación y transformación de los enunciados. Tampoco coincide del todo con el alcance que le da Maingueneau (1993), para quien el término designa el conglomerado de enunciados correspondientes a un mismo posicionamiento, inseparables de una memoria y de las instituciones que legitiman la toma de la palabra por parte de un grupo.

2.3 MEMORIA Y DISCURSO DE LA POLÍTICA: USOS Y ABUSOS

No interesa considerar aquí sistemáticamente la datación y apropiación oficial de la Historia, sino tan sólo la intervención, por parte de la instancia política argentina, sobre la memoria de la comunidad y las representaciones del pasado. Ahora bien, el análisis debe tener en cuenta que esta intervención se encuentra, por lógica, sujeta a restricciones. Ya me referí a las que impone el mismo acontecimiento pasado. Otra de las más importantes es la conflictividad del campo. La memoria es el resultado de conflictos y alianzas entre los discursos que compiten por una situación hegemónica. Cada grupo hace una selección y combinación de acontecimientos –y consecuentemente incurre en una serie de olvidos– en función del lugar que ocupa en la órbita de las controversias políticas; los delimita, nombra, evalúa, etc., es decir, les asigna un sentido particular creando y estabilizando así una serie de recuerdos orientados a configurar el imaginario colectivo con el objetivo de legitimar posicionamientos y activar estrategias de acción política y social. Esta adjudicación de sentido no responde sólo a funciones instrumentales: interviene, correlativamente, en las modulaciones identitarias y es en este plano donde se vuelve pertinente la ponderación de los usos y abusos de esa inflexión. La capacidad de los distintos grupos para generar su memoria responde a su posición en la dinámica de los antagonismos: aquellos que logran una posición dominante pueden oficializar su memoria, o sea, convertirla en *Historia* –y, como correlato, condicionar o directamente despojar a otros grupos de la posibilidad de narrarse a sí mismos–. Pensar y estructurar estos fenómenos desde los estudios del discurso permite observar, a partir de su persistencia o ausencia en los enunciados, los idearios y políticas que administran los esfuerzos de rememoración, los recuerdos, los lugares de memoria, la narración de la historia colectiva (con sus traumas, imposturas y paramnesias), las prácticas conmemorativas, la construcción de los acontecimientos, etc.

Otro aspecto para tener en cuenta es la manipulación de la memoria y del olvido por parte de aquellos que detentan el poder en una comunidad. El aspecto decisivo en este punto es, de acuerdo con P. Ricœur (cf. 2000, p. 114), que esta manipulación es posibilitada por la fragilidad de la identidad. El planteo de este autor es, dicho sea de paso, interesante, porque parece entrever los límites de la idea de comunidad como consagración de un compañerismo profundo y horizontal.⁷ Menciono las causas de esta fragilidad cuya consideración es pertinente para lo que sigue: la significación equívoca que lleva adherida la idea de lo idéntico, la alteridad mal tolerada (i.e. una trama del vivir juntos donde el otro es percibido como amenaza) y la herencia de la violencia fundadora propia de toda comunidad (i.e. la herida que no se puede olvidar del todo). O sea: la fragilidad de la identidad permite la manipulación de la memoria, la cual, a su vez, retunde sobre la arquitectura identitaria.⁸

⁷ Como la que, por ejemplo, sostiene B. Anderson (1993, p. 25) para definir la *nación*.

⁸ Cuando juzga los usos y abusos de la memoria, T. Todorov (2000) es menos terminante que Ricœur, dado que, sobre este tema, admite que la verdad puede subordinarse al bien común. Todorov afirma que el rol de los historiadores es seleccionar y combinar aquellos acontecimientos traumáticos cuyo valor ejemplar pueda ser incorporado a un proyecto de construcción del futuro.

3 RESULTADOS

3.1 LA CONSTRUCCIÓN DE LA MEMORIA EN LOS MENSAJES DE NÉSTOR KIRCHNER

Sintetizo ahora buena parte de lo que se ha dicho con respecto a la construcción de la memoria por parte del discurso kirchnerista institucional hasta la llegada a la presidencia de Cristina Fernández de Kirchner:

- Para el dispositivo enunciativo kirchnerista, el pasado reciente queda escindido de su arribo al campo político por la construcción discursiva de lo que J. Zelaznik (2011) denomina “narrativa fundacional” y G. Aboy Carlés llama un “efecto de frontera” entre dos tiempos históricos. Se procura de esta manera instaurar en el imaginario colectivo el relato de una situación caótica – propiciado por el ritmo regular de las crisis socio-económicas y de vacío de poder en Argentina– y del posterior resurgimiento, del origen de la recuperación, etc. que se iniciaría con el nuevo gobierno. Es una operación típica del discurso político argentino. Se sabe, además, que una situación descrita como caótica funciona como legitimación de medidas gubernamentales excepcionales, al hacerlas aparecer como inevitables. En otros términos, se trataría de una forma de estabilizar la percepción de un proceso para los destinatarios, de organizar una “mitología” que intenta fijar, en un pasado cercano, el tiempo del caos, como un momento previo al ciclo de gobierno kirchnerista, aunque sin instaurar necesariamente la culpa colectiva.
- La década del 70 va a ser, sin dudas, el momento histórico de mayor peso y productividad en la economía funcional de este discurso. Como bien señala A. Montero (2012, p. 91), el enunciador opera su inscripción en la generación de militantes de la década del 70, reivindicando sus valores, ideales y creencias –lo que, por otra parte, les ha permitido a los analistas y comentaristas de este discurso usar voces como “militancia setentista” o “setentismo”⁹–. Esta configuración apela, asimismo, a elementos enunciativos, retóricos y temáticos propios del género *testimonio* –particularmente del testimonio de los sobrevivientes de acontecimientos traumáticos– como ser la implicación del narrador en los hechos –según Ricœur (2000, p. 211), la frase que condensa esta posición es “yo estaba allí”–; la incorporación de detalles para favorecer el efecto de sentido de que se trata del relato de la “verdad íntima”; y el otorgamiento de prioridad al aspecto afectivo por sobre el político-ideológico. En otras palabras, la memoria de los sucesos políticos de la década del 70 va a ser recuperada discursivamente, por parte de la palabra presidencial, bajo la forma del *testimonio personal de la militancia*, fusionando, de alguna manera, tres universos: el de la *historia*, el de la *memoria colectiva* y el de la memoria personal.

⁹ Por ejemplo, E. Laclau ha afirmado públicamente que “El Gobierno tiene todos los ideales del setentismo, menos el militarismo. Esa renuncia al militarismo es muy importante” (*La Nación*, 20.11.2011).

Ahora bien, esta visión de la figura del militante de los 70 no parece alejarse demasiado de la que la mayoría de las organizaciones de derechos humanos, agrupaciones de familiares y voces intelectuales habían logrado cimentar a lo largo del período postdictatorial. En efecto, el gobierno kirchnerista introduce una novedad sustancial en la gestión oficial de la memoria. Sus palabras y silencios apuntan a consolidar desde el Estado el deslizamiento en el imaginario socio-discursivo que habían puesto en marcha esos sectores: trasladar la figura del militante desde el lugar de la *víctima* rasa al del *combatiente*, *héroe* y *mártir*¹⁰ –haciéndolo a menudo –como, entre otros, lo sostienen A. Longoni (cf. 2007, p. 27) y H. Vezzetti (2009)– de manera acrítica y mitificada–. Lo que, en definitiva, el kirchnerismo y las organizaciones que finalmente lo acompañaron produjeron fue el reflujo de una memoria fundada en el homenaje a las víctimas, articulada en torno a la figura “igualitaria” del *desaparecido*, a favor de una memoria inspirada en la gesta de los combatientes.

Las operaciones de rememoración que tienen por objeto la militancia de los 70 procuran extraer de ese lugar de memoria un valor ejemplar que se proyecte sobre la experiencia política del presente de la enunciación. Los encumbrados atributos de la militancia pueden así encontrar continuidad o resurgimiento en los actores, las acciones y las prácticas del presente. Esta transferencia, no obstante, se produce de manera lacunar, ya que se tiende a elidir la comparación razonada de situaciones, acciones o esquemas de acción. Paralelamente, se podría sostener que relata la genealogía de un estado de cosas que se prolonga en un ciclo abierto, pues esas aspiraciones fueron truncadas por la acción del terrorismo de Estado. Así planteado, este relato suma otro elemento para su adhesión: la posibilidad de cerrar un proyecto inconcluso, de cumplir con un destino truncado.

Los *componentes descriptivo* y sobre todo *narrativo* son los que estructuran el lugar de memoria identificado con la experiencia de los jóvenes militantes de los 70. A través de esos componentes, el enunciador ejerce la constatación y se construye a sí mismo como fuente privilegiada de inteligibilidad y de valoraciones. Vale afirmar que la gestión de esta parte del archivo es unidireccional y con sentidos fuertemente clausurados. Es decir: la instancia gubernamental codifica fuertemente la legibilidad de un proceso histórico.

Ahora bien, ¿cuáles serían finalmente las condiciones que producen estas operaciones de rememoración? Esbochemos dos, ligadas a la reparación y a la redención. Por una parte, parece pertinente considerar la necesidad de justificar ciertas acciones y prácticas del gobierno, entre las que se contabiliza la reparación jurídica, social y económica activada por el Estado de las víctimas del terrorismo dictatorial. Por otra parte, se puede aislar el trabajo de este

¹⁰ Transcribo ejemplos de discursos de Néstor Kirchner: “...de nuestros héroes –porque fueron héroes– que supieron torcer la voluntad autoritaria, la voluntad represiva y genocida de una clase dirigente que se apoderó del país”; “...es hora de que por recordar a aquellos que tanto pusieron, a esta generación de hermanos y hermanas que fueron sacrificados, definitivamente cambiemos nuestra conducta y tengamos una conducta de fuerza”.

discurso sobre su propio lugar de enunciación: los atributos y la continuación del proyecto inconcluso de la generación de militantes de los 70 reaparecen en la figura del enunciador, con el objeto de ampliar las bases de apoyo.

- Para ser más exactos, la referencia a esta década encierra dos lugares de memoria. Por un lado, los idearios, acciones y prácticas de la última dictadura cívico-militar (1976-1983). Asimismo, esta operación de rememoración lleva por lo general soldada alusiones a la década del 90, en tanto etapa final de, como señala Montero (2007, p. 85), un mismo *bloque* histórico. Pero el efecto de continuidad de este arco se ve agrietado por la omisión de referencias al gobierno del presidente Raúl Alfonsín (1983-1989). En efecto, las referencias al período de Alfonsín son escasas en el discurso del kirchnerismo sobre el pasado reciente. Justamente, por parte de voces políticas e intelectuales fue criticada la omisión, en los mensajes de Néstor Kirchner, de los logros de la gestión alfonsinista en términos de derechos humanos y políticas de la memoria. El asunto es analizado por Montero (2007, p. 109). Lo que estaría en juego en este olvido es, por un lado, la propia identidad política del kirchnerismo –en parte asentada sobre sus diferencias con los gobiernos de Alfonsín y Menem, su afinidad con los discursos de ciertas organización de derechos humanos, su recuperación de los valores de la militancia– y, por otro lado, su legitimación, a la cual esta elipsis contribuye con la producción de los efectos fundacionales que ya referí (i.e. posicionarse como el primer gobierno democrático en condenar las atrocidades de la dictadura¹¹) y con la construcción de un linaje histórico propio.

3.2 LA MEMORIA DESPUÉS DE NÉSTOR

3.2.1 EL FACTOR BICENTENARIO Y EL DEBER DE DARLE SENTIDO A LA HISTORIA

¿Qué sucede frente al cambio de gobierno, frente al pasaje del mando de Néstor a Cristina Kirchner? Apuntemos cierta obsesión por hacer memoria y balance que rodeó la celebración del Bicentenario –fetichización de las centenas– desde muchos lugares de la discursividad social y desde variados locutores, incluyendo al Estado. El vocablo mismo habitó enunciados de la política, escolares, periodísticos, artísticos, deportivos, publicitarios, etc.; arrastrando a veces alguna idea o proyecto interesante o, en general, como mero *fad*. Para una nación no se trata, sin embargo, de la acumulación de doscientos años, sino de un período –algunos meses, con algunos momentos más ajetreados que otros– de celebración de su historia –qué es la historia de su “autonomía”¹²–, pero también de reflexión (¿qué significó lo hecho hasta ahora?). Junto

¹¹ En el discurso del 24.03.2004, Néstor Kirchner dice “(...) si ustedes me permiten, ya no como compañero y hermano de tantos compañeros y hermanos que compartimos aquel tiempo, sino como Presidente de la Nación Argentina vengo a pedir perdón de parte del Estado nacional por la vergüenza de haber callado durante 20 años de democracia por tantas atrocidades”.

¹² Las comillas quieren resaltar la paradoja que el orgullo bicentenario de los países latinoamericanos y su discurso antiimperialista se debilitan recíprocamente. Si, por un lado, dos siglos de autonomía invitan a admitir la responsabilidad sobre las propias insolvencias (e.g. acabar con la pobreza), por el otro, el discurso contra los actuales modos de colonización conlleva la aceptación de que sólo se tiene una autonomía relativa (cf. BURELLO, 2010, p. 65).

con cierto asombro por la persistencia en el tiempo, el Bicentenario pareció incitar a la autoimposición de una cohesión histórica; a la búsqueda de diagnósticos y, en algunos casos, pronósticos. En fin: el factor Bicentenario –es decir, el conglomerado de lugares de memoria, fantasmas, enunciados, imágenes, palabras, etc., asociados al arribo inminente de esta fecha– va a tener una incidencia fundamental en las operaciones de rememoración del discurso kirchnerista durante los primeros años de la presidencia de Cristina Fernández de Kirchner.

Transcribo un fragmento de uno de los tantos discursos pronunciados en el marco de los festejos, que tiene la ventaja de condensar operaciones identificatorias de esta etapa de la discursividad kirchnerista:

(i) Es que el otro, *el primer Centenario*, había sido llevado a cabo en un país en el que se había declarado el estado de sitio, era un país en el que los inmigrantes que habían venido de la vieja Europa a conseguir un trabajo o un plato de comida, habían traído también las ideas del viejo mundo, las nuevas ideas, anarquistas, socialistas y los festejos se debieron hacer entonces en virtud de la represión, en virtud de la persecución, Lula, -de esos dirigentes sindicales- un sindicalismo nuevo, incipiente en la República Argentina, en medio de un estado de sitio. (...) Hace 100 años no existían los derechos sociales; hace 100 años estaba prohibida y era casi un delito la actividad sindical; hace 100 años, por lo menos aquí, no podíamos elegir libre y democráticamente a nuestros gobernantes que recién lo pudimos hacer a partir de la Ley Sáenz Peña donde se instauró el sufragio obligatorio, universal y secreto. Luego vinieron otras historias que jalonaron todo el segundo siglo pero que sumadas, con victorias y con tragedias, pudimos cumplir estos 200 años *con la más absoluta y profunda democracia de la que se tenga memoria, con libertad y con el compromiso de un gobierno que hoy también, por esas curiosidades de la historia, cumple años este proyecto que comenzó el 25 de mayo de 2003 y que hoy cumple exactamente siete años y que quiere comprometerse con todos los argentinos, cualquiera sea su origen, su identidad, su pertenencia en el compromiso de defender los intereses sagrados de la patria, como lo hicieron todos y cada uno de los hombres y mujeres que integran esta Galería de Patriotas Latinoamericanos* (CFK – 25.05.2010).¹³

Antes que la Revolución de Mayo, el lugar de memoria que la presidente elige evocar es el primer Centenario. Lo hace rechazando el lugar común de la historiografía escolar: lejos de ser una época de prosperidad, el Centenario ostentaba las consecuencias perversas del orden liberal, principalmente la violación sistemática, por parte del Estado, de las garantías democráticas. El desvío con respecto a la interpretación canónica de la situación del país en la primera década del siglo XX no es usual en el discurso de la política oficial y es marca de un intento de la posición singular frente a la historia a la cual aspira el kirchnerismo.

La evocación presidencial se encadena en el texto con otro lugar de memoria: la historia del propio kirchnerismo (los casi cien años que median quedan compendiados en la frase “Luego vinieron otras historias que jalonaron todo el segundo siglo”). Las alusiones a la emergencia de esa corriente política y a los logros de gestión de su antecesor van a proliferar en los mensajes de Cristina Fernández de Kirchner. La estructuración semántica de ese encadenamiento tiene como organizador cronológico la coincidencia de fechas (25 de mayo) y como organizador lógico la *antítesis*.

¹³ La fuente de todas las citas que siguen de los discursos de Cristina Fernández de Kirchner es el sitio web oficial de la Presidencia de la Nación <<http://www.casarsoda.gob.ar/informacion/discursos>>

3.2.2 ¿UNA MISMA PARTITURA?

3.2.2.1 LOS 70 VUELTOS A VISITAR UNA VEZ VISITADOS

Ahora bien, ¿qué sucede con los lugares de memoria que había instaurado Néstor Kirchner? ¿Persisten incólumes, mutan o son olvidados? ¿Si es efectivamente posible hablar de un único *archivo* del discurso kirchnerista, cómo estaría organizado? Comencemos por decir que, al menos en el lapso que estudio en este apartado (2007-2010), esos lugares aparecen, aunque no escapan a la rección del Bicentenario. Transcribo algunos ejemplos, comenzando aquí también por el discurso de asunción del cargo de presidente:

- (i) Para terminar, quiero convocar a todos los hombres y mujeres de mi país, a los jóvenes, a los ciudadanos, a las ciudadanas, a las que nos votaron y a los que no lo hicieron, porque en definitiva hoy estamos representando los intereses de todos, quiero hacerlo también desde mis convicciones, ustedes lo saben, como quien se va, como el Presidente formamos parte y muchos de ustedes también de los que están aquí sentados, que *no somos marcianos ni Kirchner ni yo, somos miembros de una generación que creyó en ideales y en convicciones y que ni aún ante el fracaso y la muerte perdimos las ilusiones y las fuerzas para cambiar al mundo. Tal vez estemos un poco más modestos y humildes. En aquellos años soñábamos con cambiar el mundo, ahora nos conformamos con cambiar este nuestro país, nuestra casa* (CFK – 10.12.2007).
- (ii) “Quiero finalmente también decirles, que yo *soy*, como muchos de los hombres y mujeres que hoy nos acompañan, *una persona que nació en la política en los años 70*. No había democracia, sólo había proscripciones para las grandes mayorías. Nos formamos en un mundo de silencios y ocultamientos, de prohibiciones, "de no se puede" y también de violencia. Yo quiero decirles, con todo el orgullo de nuestra historia, que hoy quiero ser algo más, *hoy quiero ser parte de la generación del Bicentenario* convocando a todos los hombres y mujeres que crean que es necesario seguir construyendo este país con inclusión social y con redistribución del ingreso. En este país, a *esta generación del Bicentenario*, donde hay lugar para hombres y mujeres de distintas edades, de distintas historias, para trabajadores, estudiantes, intelectuales, empresarios, comerciantes, productores, el único requisito que se necesita es querer a esta Argentina. La otra condición que les pedimos para en serio rendir homenaje a los hombres de Mayo, es que, como ellos, aprendamos que antes que el sector, que antes que nuestra propia individualidad están los intereses del país y de la Patria. *Esa es la generación del Bicentenario y a ella convocamos a todos los argentinos*” (CFK – 25.05.2008).
- (iii) *En el '55 fueron jóvenes; en el '76 fueron jóvenes; en Malvinas fueron jóvenes; y fueron jóvenes también en los días de diciembre del 2001 los que murieron. Siempre son los jóvenes*. Yo les pido en nombre de esos jóvenes, que no solamente muchos mueren por una bala, sino por la miseria, o por la droga, como recién gritó una compañera del barrio, porque no han tenido las oportunidades que tuvimos quienes vivimos y nacimos en un país distinto. Ayer hizo 53 años, yo soy del 53. Nací en un país donde había trabajo, donde la gente aprendió a comer todos los días y cuatro veces, donde muchos tuvieron vacaciones por primera vez, donde muchos conocieron el mar porque empezaron a hacer turismo popular Perón y Eva Perón. Por todas esas cosas y en nombre de todos ellos les pido a todos los hombres y mujeres, pertenezcan a sectores sociales o políticos, que en nombre de esa democracia la respetemos todos los días

un poco más (...) *Quiero decirles finalmente que he sido una militante política toda mi vida y la verdad que cuando comenzó la democracia, allá por 1983, con una nueva valorización que también hicimos nosotros, desde la juventud, que tal vez teníamos una visión de la democracia allá por los años 70 lábil, desdénosa casi, tal vez porque corrían tiempos en el mundo y en el país de cambios y revoluciones, pero la historia nos enseñó a valorar a la democracia. ¿Saben por qué? Por todas las cosas que nos pasaron, por todo lo que perdimos y todas las vidas que se perdieron de argentinos que ya no están*” (CFK – 17.06.2008).

- (iv) *“Eran tiempos muy difíciles, pero también al mismo tiempo, permitían una clara identificación de todos aquellos que eran enemigos de la democracia. Porque ¿qué es ser alguien que no es democrático? Alguien que cree que desde su posición de privilegio puede estar por encima de la voluntad popular. Y entonces digo, en esos tiempos de dictaduras, no solamente en nuestro país, sino en toda la América latina, era fácilmente identificable a los enemigos de la democracia, aquellos que no querían la democracia y eran, en definitiva, aquellos que nos impedían expresarnos a través de un acto electoral, eran aquellos que te reprimían, te torturaban, te mataban o te desaparecían físicamente por pensar diferente, por actuar diferente. Eran tiempos muy difíciles en cuanto a defender la vida, a preservar la integridad personal. Pero al mismo tiempo, era fácil identificar a aquellos que no respetaban la voluntad popular, aquellos que, en definitiva, eran antidemocráticos. De ahí que en los tiempos que corren sean otros los desafíos, porque ya no hay dictaduras militares; las formas adquieren más sutileza, son más difusas. Es más, muchas veces pueden aparecer hasta camufladas en luchas que parecen democráticas y cívicas y que, en definitiva, también encierran comportamientos antidemocráticos, destituyentes y desconocedores de la voluntad popular”* (CFK – 11.11.2008).

Los fragmentos precedentes muestran que se mantiene parte del archivo que regulaba la producción discursiva de Néstor Kirchner. La nueva presidente se refiere, en clave testimonial-autobiográfica (e.g. “yo soy, como muchos de los hombres y mujeres que hoy nos acompañan, una persona que nació en la política en los años 70”), a la década del 70 como momento de gestación de su formación política. Formación que se funda en valores de la militancia similares a los que manifestaba Néstor Kirchner (i.e. *idealismo, culto a la juventud* y, salvo por el esbozo de autocrítica de la cita (iv), *cultura democrática*). También como sucedía en el caso del presidente anterior, esa inscripción epocal e ideológica es *generacional* (e.g. “que no somos marcianos ni Kirchner ni yo, somos miembros de una generación que creyó en ideales y en convicciones y que ni aún ante el fracaso y la muerte perdimos las ilusiones y las fuerzas para cambiar al mundo”).

Hay, lógicamente, variantes. Por un lado, aumenta la frecuencia en la superficie textual de ciertos indicios distintos a los que usaba el locutor anterior para dar acceso a este lugar de memoria. Por ejemplo, el homenaje a las Madres y Abuelas de Plaza de Mayo:

- (v) “Pero creo tener la fuerza para poder hacerlo y además el ejemplo, el ejemplo no solamente de *Eva* que no pudo, no pudo, tal vez ella lo merecía más que yo, el ejemplo de unas mujeres que con pañuelo blanco se atrevieron donde nadie se atrevía y lo hicieron. Ese era el ejemplo de ellas, de las *Madres y de las Abuelas, de las Madres y de las Abuelas de*

- la Patria. Ese era el ejemplo de ellas y también de nuestros próceres, de Mariano Moreno, de San Martín y de Belgrano”* (CFK – 10.12.2007).
- (vi) “Pero todos los aquí presentes sabemos que la historia, la política, no es algo que empieza cuando uno llega, cuando llega un gobierno, pudimos llegar a este instante en la República Argentina precisamente por la tarea de *mujeres que con un pañuelo blanco en la cabeza enfrentaron lo que nadie se había atrevido en la República Argentina, la dictadura más sangrienta que tuvo lugar*. Y lo hicieron mujeres que no venían de la política, mujeres como Estela, como Marta, la mayoría de ellas que nunca habían participado en ninguna actividad política y sin embargo, con la fuerza que solemos tener las mujeres cuando sentimos la agresión, no ya solamente sobre nuestros hijos sino sobre toda la sociedad, con una fortaleza y un valor ineludible salieron a la calle cuando nadie lo hacía. El *presidente Kirchner sostuvo alguna vez que nosotros los argentinos y nuestra democracia somos hijos de la Madres de Plaza de Mayo y también de las Abuelas”* (CFK – 07.04.2008).
- (vii) “Pero cuando venía caminando recién con Teresa y con Hebe venía pensando cuando venía para acá -por eso decía que no tenés que darme las gracias ni a mí ni a nadie Hebe- cómo fueron los años de la dictadura y los distintos procesos políticos que hubo en el continente, las dictaduras militares que también fueron derrotadas y se retiraron. Pero las características de la derrota política de la dictadura militar argentina fue diferente a lo que pasó en otros lados. En Chile por ejemplo Pinochet se retiró luego de un movimiento civil poderoso que en aquel famoso plebiscito le ocasionó la derrota política con el no, yo me acuerdo que estábamos en Santa Cruz y nosotros participamos activamente desde Santa Cruz porque la colonia chilena es muy importante, la más importante sin lugar a dudas. Se me ocurre otra dictadura como la de Anastasio Somoza, también derrotada por las luchas populares del pueblo, de la sociedad. Aquí no, aquí la dictadura militar fue derrotada por sus propias víctimas, por los *muertos que ustedes representaban como madres y que se atrevieron como nadie, porque eran madres claro, a denunciarlos, y por los otros muertos, los de Malvinas”* (CFK – 12.05.2010).

El lugar de memoria no cambia, pero sí su acceso. La operación de rememoración ya no es presidida por la heroicidad de los militantes que se distinguieron de un entorno de pasividad, sino por la heroicidad de quienes reclamaron sobre el trasfondo del silencio de quienes temían o consentían.

Por otro lado, la convocatoria del fragmento (iii) agrega un dato. Además de su uso retrospectivo, la noción de *generación* puede tener una orientación proyectiva en el interior del discurso kirchnerista. Asociada al adjetivo Bicentenario (“*generación del Bicentenario*”), se la postula como superadora de la generación de los 70. Se procura así, en una misma producción enunciativa, darle a esta *generación* entidad como objeto de la Historia y prometerle el mismo destino a aquellas voluntades que adhieran a la interpelación del enunciador. Esta operación –cuyo operando inmediato es el conflicto con las patronales agropecuarias– involucra, pues, varios elementos. En principio, en el uso de *generación* –se dijo– prevalece una visión horizontal del vínculo intersubjetivo, la idea de una sustitución y transmisión continua entre una y otra (i.e. un linaje) y, fundamentalmente, la representación de un colectivo histórico singular. Asimismo, el término activa la memoria interdiscursiva (e.g. *Generación de Mayo*). Finalmente, este uso de *generación* apuntala la trascendencia histórica que se le ofrece al destinatario,

pues esboza la figura de la memoria del futuro (la *generación del Bicentenario* está destinada a ser recordada). La pregunta que permanece es por la eficacia de estas operaciones que trabajan sobre el futuro cuando son impuestas desde la autoridad.

3.2.2.2 CONTRA LA HISTORIA DEL *BILLIKEN*¹⁴

La intervención sobre la historiografía, para extraer de allí el valor ejemplar de los hechos silenciados bajo el argumento de evitar la repetición de errores, es otro rasgo habitual en los textos de Cristina Fernández de Kirchner, como ocurre en los ejemplos que siguen:

- (viii) “Miraba esta universidad que es la sede Caseros y le quiero decir algo Jozami, yo hubiera elegido otro nombre. No sé, en los 200 años algún día vamos a tener que discutir algunas cosas, pero me gustaría que fuera otro no Caseros. Pero bueno, vamos por el reencuentro y por la construcción para adelante. Porque claro, la historia tiene sus entuertos, uno no llega a determinadas crisis, a determinados modelos de país sin haber pasado cosas en la historia. Y examinar esa historia no es para hacerlo con el dedo fiscal de señalar o de ponerse de un lado o del otro, sino para ver los argentinos en qué parte de nuestra historia, cuál fue el punto de inflexión donde nos equivocamos para no tener, con todo el potencial de nuestros recursos humanos, de nuestros recursos naturales, de la extensión de nuestro territorio, países como los que por allí vemos en el mundo desarrollado” (CFK – 28.03.2008).
- (ix) “A mí me gusta recordar la historia pero no tal vez la que siempre nos contaron, la historia del *Billiken*; a mí me gusta otra historia, la historia de los hombres y mujeres de carne y hueso, porque nuestros próceres fueron hombres y mujeres de carne y hueso que tuvieron que enfrentar luchas y oposiciones internas y fuerzas externas terribles que no querían que se declarara la independencia de las Provincias Unidas del Río de la Plata. Esa es la verdadera historia. Fueron San Martín, Belgrano, Güemes, los que oponiéndose a algunos hombres del puerto de Buenos Aires, que todavía hay algunas plazas y avenidas en nombre de ellos, se negaban a declarar la independencia porque, claro, el mundo había cambiado y volvía la restauración monárquica en Europa y entonces se quería echar por tierra con el esfuerzo y el sacrificio que los criollos, que los patriotas habían construido un 25 de mayo de 1810. Es bueno conocer la historia, porque yo siempre digo que los pueblos que no conocen su verdadera historia están destinados, tal vez, a tener los mismos desaciertos o los mismos errores” (CFK – 09.07.2008).

Las operaciones revisionistas también caen bajo el régimen de la antítesis Centenario/Bicentenario. Esta clase de organización, el lugar de memoria como oposición al presente, no comienza en el 2010, sino que fue puesta a funcionar, siguiendo esta línea revisionista, durante los años anteriores. Ejemplos:

- (x) “Pero creo que él también marcaba que había una realidad diferente en aquella *Argentina del Centenario a esta Argentina del Bicentenario* (...)

¹⁴ Célebre revista infantil argentina.

Esta Argentina del Bicentenario es sustancialmente diferente a la realidad social de aquella Argentina del Centenario. Porque nosotros además, concebimos la grandeza de un país cuando la gente concreta, de carne y hueso, cuando el pueblo que vive dentro de ese país, mejora la calidad de vida. Ahí sí creo que podemos cerrar el círculo de país poderoso, de país importante” (CFK – 18.03.2008).

- (xi) *“Déjenme por lo pronto recordar qué pasó en nuestro Primer Centenario, cómo estábamos, no para criticarnos o para ponernos tristes; simplemente, para poder ejercer nuestra memoria y conocer nuestra historia, nuestra verdadera historia que, muchas veces, no es la historia oficial. Es que muchas veces también, hay por parte de algunos pocos, como no querer que se conozca nuestra verdadera historia, porque siempre cuando uno conoce la verdadera historia tiene menos posibilidades de volver a equivocarse. Y allá en 1910, los argentinos recordaron sus primeros cien años de historia con estado de sitio; había represión sobre nuestros trabajadores porque no había trabajo, porque no había derechos. Empezaban a correr en el mundo aires de libertad y de nuevas formas de participación donde trabajadores y procesos industriales, iban transformando el mundo. Esa Argentina solamente recuerda algunos fastos en aquel 1910; era una Argentina sin trabajo, con mucha miseria, con mucho dolor, con un modelo económico, político y social de exclusión donde solamente unos pocos, los más beneficiados, podían disfrutar de los dones de la vida, de la educación, de la salud, del trabajo. Quiero, entonces, que este Bicentenario nos encuentre de una manera diferente; nos encuentre sintiéndonos parte de esta Argentina grande, de esta América del Sur, de esta Patria grande, para en un proceso de integración poder potenciar nuestras posibilidades como región, como país” (CFK – 25.05.2009).*

Esta política historiográfica se complementa con la incorporación a la agenda oficial de nuevas conmemoraciones y homenajes (e.g. el bombardeo sobre Plaza de Mayo de 1955, la presidencia de H. Cámpora), como con la relocalización de figuras de la historia (e.g. Eva Perón, Manuel Dorrego) y con las prácticas patrimonialistas y museísticas impulsadas desde la gestión. Hay que censar esta operación como parte de una estrategia de construcción de identidad, descrita por varios analistas (cf. NOVARO, 2011, p. 134), que se resume en la apropiación de temas revisionistas; principalmente, de ciertos relatos históricos que circulaban en la escena pública enfocados en las crisis y frustraciones que azotaron a los gobiernos democráticos y a los partidos.

3.2.2.3 “EN LA TRINCHERA”

Este enunciador también hace referencia a la década del 90, aunque, en relación a Néstor Kirchner, sus alusiones son más esporádicas. Comencemos por observar lo que dice en el mensaje pronunciado el día de su asunción.

- (xii) *“Yo he pertenecido durante doce años a este Parlamento, he estado sentada en esas bancas como ustedes y con ustedes, como diputada y como senadora. Recuerdo madrugadas, fines de semanas enteros aquí sancionando el ajuste permanente; ‘lo pide el Fondo si no se acaba todo’ era la frase que más escuchábamos en aquellos días. De allí de la política del ajuste permanente que caracterizó la década de los ‘90 pasamos al otro Parlamento, al que aplaudía el default. De la hazaña del ajuste a la hazaña de no pagar” (CFK – 10.12.2007).*

Primer dato: de un enunciador a otro no cambia la valoración que se hace de la década del 90. Este segmento histórico se sigue asociando a las consecuencias nefastas del orden neoliberal, pero su referencia, como se manifiesta en los ejemplos que siguen, es objeto de variaciones entre expresiones genéricas y específicas, como si se tratase de un “zoom” estratégico: o bien se lo enuncia como voces que defienden un macroproceso de límites temporales difusos o sólo se exponen aspectos y hechos muy particulares.

- (xiii) “Es *necesario* que reflexionemos todos juntos los argentinos acerca de las cosas que nos han tocado vivir en *las últimas décadas*, cuando vinieron a plantearnos sobre todo la desaparición del Estado. En realidad el Estado era el gran estorbo para la actividad económica, y que el mercado iba finalmente a resolverles los problemas a todos, porque de alguna manera esa riqueza iba a derramar y en algún momento le iba a llegar a todos. Yo fui legisladora nacional. *Muchos me conocen en la trinchera* de ustedes cuando otros, algunos por conveniencia, otros porque realmente creyeron estos cantos de la flexibilización laboral y que el Estado había desaparecido, se hacían eco de políticas y de discursos que destruyeron, literalmente, el tejido productivo de la Argentina y las posibilidades de tener un sistema de gobierno que tomara decisiones en pos de los intereses nacionales, y no de lo que le están desde afuera” (CFK – 22.06.2009).
- (xiv) “(...) esos talleres ferroviarios habían sido construidos en esa Argentina de la que usted nos hablaba, en 1910, *fueron cerrados después cuando también fue devastado el sistema ferroviario en la República Argentina. Y hoy, como un homenaje al Bicentenario*, en el cual todos debemos trabajar todos los días, reabrimos esos talleres ferroviarios que van a dar trabajo a los argentinos y que van a permitir precisamente volver a reconstruir un sistema ferroviario, como tienen los grandes países desarrollados del mundo” (CFK – 28.10.2008).

Más allá del lazo referencial que se construya, se suele excluir la determinación precisa de los actores. En este lugar de memoria, el enunciador testimonia su actividad de resistencia política; mientras en las palabras de Néstor Kirchner esa posición estaba reservada para la militancia setentista, en el caso de Cristina Fernández de Kirchner se privilegia la resistencia durante los 90, procurando así acentuar el papel beligerante del kirchnerismo contra el avance del orden neoliberal. Otra diferencia es que esta década no es ubicada en el interior de un bloque que va del 1976 al 2003: la última dictadura militar y el orden neoliberal impuesto por el gobierno de Menem son igualmente demonizados, pero no se insiste en su acoplamiento como parte de un mismo proceso. Así, se desdibuja la ilación cronológica y lógica que recalcaba Néstor Kirchner.

3.2.3 “LA DÉCADA GANADA”

Ahora bien, el análisis de los textos producidos durante el gobierno de Cristina Fernández de Kirchner dejan ver que el discurso kirchnerista no sólo introduce variaciones sobre los lugares de memoria, sino que incorpora otros nuevos. Hay uno que, entiendo, es de suma relevancia: la historia aún no cerrada del mismo proceso

kirchnerista, bautizado por la propia locutora con el *cronónimo*¹⁵ “la década ganada”.
Veamos:

- (xv) “Casi como un símbolo en esta Argentina que yo llamo la Argentina del *Bicentenario*. Argentinos, argentinas, en poco menos de dos años vamos a cumplir 200 años de historia. Desde aquel 25 de Mayo de 1810 han transcurrido 200 largos y difíciles años. Que nos han visto con frustraciones, con desencuentros, con inequidades, con injusticia, con fuerte destrucción de la construcción democrática, con enfrentamiento entre los argentinos, y en definitiva con un saldo, una Argentina que por allá en el 2001, como alguien recordó hace unos instantes, los argentinos pensábamos que se nos desintegraba entre las manos. *Me acuerdo de aquel 25 de Mayo del 2003, cuando el presidente Kirchner asumió*, los días posteriores, cuando muchísimos amigos intendentes como Hugo Curto acudían a su despacho, con los gravísimos problemas que teníamos en la Provincia, en todo el conurbano, en la Argentina en definitiva (...) *Díganme si no vale la pena insistir en el camino y en el sendero que emprendimos el 25 de mayo del 2003*. Que no es de ningún sector, de ningún partido, más allá de la afiliación clara y pública que pueda tener quien presida la República Argentina” (CFK – 28.03.2008).
- (xvi) “*Y en estos años que han corrido desde el 25 de mayo del año 2003, hemos podido demostrar que aquellas ideas que algunos acusaban de nostálgicas y del pasado, supieron reconstruir el tejido social y productivo argentinos y devolverles dignidad, educación y trabajo a todos los argentinos*. Hoy el mundo enfrenta desafíos tan fuertes como en aquel momento y aquí estamos nosotros parados frente a la historia para tener la respuesta de construir junto a todo el pueblo la profundización de este modelo que nos va a exigir a todos los argentinos tener en claro cuáles son los intereses que tenemos que defender y representar, porque también, muchas veces, por cosas que pasan, sectores sociales confunden sus intereses y terminan sirviendo a los intereses de pequeñas minorías. Por eso, digo es fuerte y es necesario que todos comprendamos el momento histórico que estamos viviendo, diferente a aquel 17 de octubre, pero tan fundacional en la Argentina y en el mundo como fue aquel movimiento histórico” (CFK – 17.10.2008).
- (xvii) “Pero como a mí no solamente me gusta soñar y como junto a muchos otros millones de argentinos además de soñar nos gusta hacer, es que también hace *hoy exactamente seis años comenzamos un proceso de transformación en nuestro país para poder, precisamente, convertir en sueños, convertir en realidades esos sueños. Por eso, comenzamos a construir entre todos un país diferente donde recuperáramos el orgullo de ser argentinos (...) Precisamente, con la misma fuerza y el mismo patriotismo de esos hombres de 1810*, que son iguales a la de los hombres y mujeres del país profundo que también lucharon por construir una Argentina federal, con las mismas ideas de los hombres y mujeres que alumbraron los partidos populares y democráticos de todo el siglo XX que son los que influyeron en lo que es la construcción de la identidad nacional y de la conciencia nacional. *Y ahora que nos toca a nosotros, hombres y mujeres de una generación que creyeron que otro país y otra sociedad era posible*, juntando todo, juntando a todos, a esa historia desde el '10, a esos momentos donde arrancó el voto popular y democrático y luego arrancó la representación de la mujer y de los trabajadores en la escena política nacional, y ahora en nuestro tiempo, en el tiempo de estos

¹⁵ Según Bacot, Douzou y Honoré (2008), un *cronónimo* es una expresión de complejidad variable que sirve para designar una porción de tiempo que una comunidad social aprehende y singulariza, referida a actos que considera apropiados para darse una coherencia y para reflexionar sobre su propia historia.

argentinos de carne y hueso comprometidos con la construcción del gran país que alguna vez fuimos, es que convoco desde aquí, desde esta tierra colorada, desde Iguazú, provincia de Misiones, al lado del río Paraná y del río Iguazú, a todos los argentinos y a todas las argentinas, a una nueva gesta que es la misma que soñaron otros, pero que hoy hemos encontrado el camino y debemos seguirlo y profundizarlo” (CFK – 25.05.2009).

El 25 de Mayo de 2003 es invocado como el momento inaugural de un proceso político significativo aún en curso, pero cuya historia ya puede ser narrada. A pesar de tratarse de dos presidentes distintos provenientes de una entidad política inestable – identidad a la cual no es sencillo reconocerle incluso un dato duro inicial, no lo es para los esforzados genetistas afines ni para sus contendientes quienes la leen como el mero resultado de la acumulación de respuestas tácticas a conflictos coyunturales (e.g. NOVARO, 2011)– esta memoria los reúne como un único proceso político. De este modo, el efecto frontera establecido por el enunciador anterior se diluye a favor de la construcción de un efecto de continuidad en el tiempo, lo cual sirve de zócalo para estabilizar su identidad como posicionamiento político, su “ipseidad colectiva”. Ahora bien, mientras el presidente anterior no iba más allá de augurar una tortuosa salida de la crisis, Cristina Fernández de Kirchner predica de este posicionamiento la puesta en obra de una transformación radical de la situación política, social y económica del país, lo cual sumado a la explotación de otros recursos –como su puesta en relación con otras etapas de similar trascendencia o la señalización de la coincidencia con una fecha patria fundacional (25 de Mayo)–, no solo tiende a resolver discursivamente la configuración de su identidad, sino también a darse un lugar en la Historia.¹⁶ Cabe presumir que los resultados de estas operaciones adquirirán relevancia con cada mensaje y cada logro político ya que, enmarcados discursivamente en un permanente antagonismo, los éxitos se ofrecerán como victoria ante un poderoso enemigo y como hitos de una gesta.

4 CONSIDERACIONES FINALES. NARRAR Y COMPARAR

Reservo, para el final, una observación complementaria. Desde la óptica de los lugares de memoria, no parece desacertado generalizar los resultados del análisis y hablar de una única gramática rememorativa del discurso kirchnerista. Si se percibe un cambio en las modalidades de estructuración y organización de esos lugares de memoria. En las alocuciones de Néstor Kirchner, la construcción de un efecto de frontera imponía una sintaxis narrativa del pasado reciente en la cual las últimas décadas podían interpretarse como un bloque interrumpido por el capítulo kirchnerista. ¿Sucede lo mismo cuando ese discurso es investido por este otro locutor? Las operaciones discursivas que se manifiestan en sus enunciados están, se dijo, al servicio de la construcción de la singularidad del kirchnerismo con respecto al pasado inmediato

¹⁶ La gestión del *archivo* es un claro considerando para plantear una transformación funcional del discurso kirchnerista a partir de la muerte de Néstor Kirchner. En esta nueva etapa, hay indicios de una mitologización cada vez más fuerte de la historia de esa posición política. Por caso, el discurso presidencial recurre a la partícula “él” para nombrar a Néstor Kirchner, como si se divinizara el pronombre para mencionar un fundador.

y de su magnitud en el interior de la historia nacional. Se mantienen las referencias al momento crítico de su irrupción, pero la novedad pasa, al menos dentro de los límites de este *corpus* de textos conmemorativos, por el hecho de que su significación la adquiere por *comparación*. El valor del presente social y político regido por el kirchnerismo se establece en relación a otro momento con el cual tiene que irse a medir.

No se me escapa que las restricciones que impone la escena genérica pueden explicar estas operaciones. En algunos casos esta conexión es nítida, como en el fragmento (iii), correspondiente a la conmemoración del 25 de Mayo, donde se postula la semejanza entre el patriotismo de los actores de la Revolución con el de los partidarios del actual gobierno –lo cual, dicho sea de paso, promueve la transferencia del carácter de gesta de un acontecimiento a otro– o se lo toma como modelo de un *deber hacer*. Pero la sistematicidad de la operación invita a preguntarse si no se trata de un mecanismo propio de esta segunda etapa del archivo kirchnerista. En los fragmentos numerados como (xi) y (xii), por caso, esa comparación encierra una antítesis entre la época del Centenario y la actual, tiempos del Bicentenario y de los gobiernos kirchneristas. En esa antinomia, la actualidad, en contraposición a lo que sucedía cien años atrás, se define por la plena vigencia del orden democrático. Algo similar ocurre cuando se contrastan diversos fenómenos y prácticas de la década del 70 y el presente de la enunciación. Las citas (ii) y (iii) plantean, por ejemplo, las diferencias entre ayer y hoy de la generación de militantes en la cual se inscribe el enunciador; en la (v) donde se opone el estatuto y accionar de la última dictadura con el de los actuales enemigos de la democracia; la (viii) presenta una contraposición geopolítica: entre la caída de los regímenes dictatoriales en Argentina y en otras partes de América Latina. Pero no se limita a tratar los objetos por oposición. En (iv), por ejemplo, la operación conlleva un juicio de semejanza.

Se puede sostener, en conclusión, que el principio organizativo de los lugares de memoria en los textos de Cristina Fernández de Kirchner es la *comparación*. La dimensión argumentativa de esta cualidad fue examinada por Ch. Perelman y L. Olbrechts-Tyteca (1989 [1958], p. 375), para quienes supone la confrontación, por oposición u ordenación, de varios objetos a fin de evaluarlos. También se debe destacar el valor cognoscitivo de este tipo de operaciones. Las comparaciones analizadas no son del orden del mero registro, algo que ya está en la *doxa*, sino que es el enunciador el que, manipulando los términos y sus relaciones, establece que estos *lugares de memoria* funcionen como explicación –la comparación es uno de los recursos de los textos explicativos– y como clave interpretativa del presente. Este uso también se deja medir a partir de su impacto en la configuración del enunciador: para realizar estos contrastes se requiere cierto dominio de la historia; o sea, colocan a quien los lleva a cabo en el lugar del saber. Así, mientras el valor argumentativo del archivo instaurado por Néstor Kirchner lo mostraba como un enunciador preocupado por el sentido narrativo que unía, con un trazo grueso, la historia reciente y su propia aparición en la arena política nacional, en el caso de su sucesora prima la trama explicativa. Dicho rápidamente, dentro del discurso kirchnerista se puede marcar la diferencia entre una gestión narrativa y otra comparativa de los lugares de memoria.

REFERENCIAS

- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas*. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. México: FCE, 1993.
- BACOT, P.; DOUZOU, L.; HONORÉ, J.-P. Chrononymes. La politisation du temps. *Mots. Les langages du politique*, n. 87, p. 5-12, 2008.
- BURELLO, M. "Mesianismo" y "Bicentenario": uso y abuso. *Pensamiento de los confines*, n. 26, p. 62-66, 2010.
- FOUCAULT, M. *La arqueología del saber*. México: Siglo XXI Editores, 1996.
- HALBWACHS, M. *La memoria colectiva*. Buenos Aires: Miño y Dávila editores, 2011[1950].
- HUYSSSEN, A. *En busca del futuro perdido*. Cultura y memoria en tiempos de globalización. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.
- LONGONI, A. *Traiciones*. La figura del traidor en los relatos acerca de los sobrevivientes de la represión. Buenos Aires: Norma, 2007.
- MAINGUENEAU, D. *Genèses du discours*. Lieja: P. Mardaga, 1984.
- _____. Analyse du discours et archive. *Semen*, n. 8, 1993. [consultado el 1 noviembre de 2012]. URL : <<http://semen.revues.org/4069>>
- MONTERO, A. Memorias discursivas de los setenta y ethos militante en la retórica kirchnerista. In: *Actas de las IV Jornadas de Jóvenes Investigadores del Instituto de Investigaciones Gino Germani*. Buenos Aires: Facultad de Ciencias Sociales de la UBA, 2007.
- NOVARO, M. La cultura política y el sentido común bajo el kirchnerismo. In: PERELMAN, CH.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado de la argumentación*. La nueva retórica. Editorial Gredos: Madrid, 1989 [1958].
- RICŒUR, P. *La memoria, la historia, el olvido*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- SIGAL, S.; VERÓN, E. *Perón o muerte*. Los fundamentos discursivos del fenómeno peronista. Buenos Aires: Hyspamérica Ediciones, 1988.
- TODOROV, T. *Los abusos de la memoria*. Buenos Aires: Paidós, 2000.
- VERÓN, E. *La semiosis social*. Fragmentos de una teoría de la discursividad. Barcelona: Editorial Gedisa, 1998.
- VEZZETTI, H. *Sobre la violencia revolucionaria*. Memorias y olvidos. Buenos Aires: Siglo XXI editores, 2009.
- ZELAZNIK, J. Las coaliciones kirchneristas. In: MALAMUD, A.; DE LUCA, M. (Coord.). *La política en los tiempos de los Kirchner*. Buenos Aires: EUDEBA, 2011, p. 95-104.

Recebido em: 17/02/15. Aprovado em: 21/07/15.

Title: Kirchnerist construction of memory

Author: Nicolás Bermúdez

Abstract: The effects on the construction of collective memory caused by the arrival of the kirchnerism to the political field have been extensively studied. That construction suffered transformations with the change of president, which have been less studied. Therefore, the objective of this paper is to present an analysis about the discursive construction of memory during Cristina Fernández de Kirchner first government. This research is part of the discourse studies, and more precisely it is part of the theory of social discourses. We have formed a corpus of messages produced in commemoration events for our analysis. We have followed a contrastive procedure. We have compared the speeches of Cristina Fernández with those of her predecessor, in order to detect the specificity of their remembrance operations.

Keywords: Argentina. Political discourse. History. Memory. Kirchnerism.

Título: *A construção kirchnerista da memória*

Autor: *Nicolás Bermúdez*

Resumo: *Os efeitos sobre a construção da memória coletiva que produziu a irrupção do kirchnerismo no campo político têm sido amplamente estudados. Menos investigadas têm sido as transformações que essa construção sofreu com a mudança de presidente. Portanto, o objetivo do presente trabalho é expor uma análise das operações discursivas de construção da memória, realizadas por Cristina Fernández de Kirchner durante seu primeiro governo. A pesquisa inscreve-se no campo dos estudos do discurso, mais precisamente da teoria dos discursos sociais. Para a análise, constituiu-se um corpus de mensagens produzidas em eventos de comemoração. Seguiu-se um procedimento contrastivo, cotejando os discursos de Cristina Fernández com os de seu antecessor, para detectar a especificidade de suas operações de rememoração.*

Palavras-chave: *Argentina. Discurso político. Kirchnerismo. História. Memória.*

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-150203-0415>

OS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO ENUNCIADO EM SUAS RELAÇÕES DIALÓGICAS: UM EXEMPLO DE ANÁLISE

Lucas Vinício de Carvalho Maciel*

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Faculdade de Letras e Artes

Departamento de Letras Vernáculas

Mossoró, RN, Brasil

***Resumo:** A partir de propostas do Círculo de Bakhtin, discutimos como os elos dialógicos podem se apresentar em um enunciado real. Para este fim, analisamos uma redação narrativa composta durante a realização da primeira fase do Vestibular Unicamp 2000. O texto é um bom exemplo para se investigar os vínculos dialógicos, pois, nesse vestibular, o candidato precisa dialogar com as instruções da prova e com uma coletânea de textos que embasa a proposta de escrita da redação. A análise proposta mostra, assim, como as relações dialógicas constitutivas do gênero discursivo se manifestam no conteúdo temático, na construção composicional e no estilo desse enunciado.*

***Palavras-chave:** Relações dialógicas. Narração. Vestibular Unicamp.*

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo analisamos uma redação composta por um candidato durante a realização da primeira fase do Vestibular Unicamp 2000. A partir de discussões propostas pelos integrantes do Círculo de Bakhtin, procuramos apreciar como os elos dialógicos se apresentam nesse exemplo de enunciado real.

Como, ao longo de nosso texto, referimo-nos a essa redação através das expressões “narração”, “redação narrativa” e “gênero discursivo”, é pertinente esclarecer a razão do uso dessas denominações. Ao nomeá-la como “narração”, estamos nos reportando à proposta da Comissão Permanente do Vestibular Unicamp (Comvest), que empregava os termos “dissertação”, “narração” e “carta argumentativa” para se referir às opções dadas ao vestibulando para confeccionar sua redação naquela oportunidade.

Porém, em consonância com estudiosos como Marcuschi (2002), acreditamos que o termo “narração” é mais adequado para designar um “tipo de texto”, uma sequência linguística que pode estar presente em vários gêneros discursivos, não sendo específica ou exclusiva de um único gênero, pois o tipo textual “narração” pode estar presente em vários gêneros: em uma carta pessoal, em um relatório, em uma biografia, etc. Alcinhar a redação como “narração” também não seria totalmente apropriado, se considerarmos

* Professor Adjunto III. Doutor em Linguística Aplicada/ IEL-Unicamp. E-mail: lucasvcmaciel@yahoo.com.br.

que esse texto pode apresentar, além de sequências narrativas, outras sequências, descritivas e expositivas, por exemplo.

De todo modo, seria impróprio ignorar que a Comvest chancela esses textos sob a rubrica de “narração”. Até mesmo porque, no momento em que a Comvest concebeu sua proposta própria de vestibular, o mais comum era se falar em “tipos de texto” ou “tipos textuais”, tais como “dissertação”, “narração”¹. No final da década de 1980 e início da década de 1990, os estudos sobre “gêneros discursivos” já se realizavam no Brasil, mas ainda de modo bastante restrito ao âmbito acadêmico. Assim, falar em “tipos textuais” era algo bem mais conveniente, por ser mais facilmente assimilável pelos vestibulandos e pelos professores que preparavam os candidatos ao vestibular.

Faz-se imperativo, contudo, explicitarmos que, quando nos referimos à redação como “narração”, estamos entendendo-a enquanto um gênero discursivo e não como um tipo de texto. Conforme observa Corrêa (2010, p. 636, grifo do autor), “só mais recentemente os exames vestibulares têm tido a preocupação em discernir ‘tipos de texto’ de gêneros do discurso”, daí a necessidade de justificar a “nomeação de textos produzidos em situação de vestibular como *gêneros do discurso*”. Segundo Corrêa (2010, p. 637), há uma série de particularidades que configuram a redação do/no vestibular² como um gênero do discurso: “a interação social específica (avaliado/avaliador)”, “escolhas temáticas filtradas por um interesse educacional”, “soluções estilísticas essencialmente ligadas ao diálogo com a instituição avaliadora”. Entendemos, assim, que as redações são representantes de um gênero discursivo, pois são enunciados reais, materializados em condições sociais e discursivas definidas. Dessa maneira, a despeito da denominação do texto como “narração”, o que poderia dar a entender que se trata de um “tipo textual”, assumimos a redação como um gênero discursivo, pois é um enunciado que se define em condições específicas de comunicação.

Além disso, também respeitamos a denominação proposta pela Comvest, pois é habitual se empregar termos mais genéricos como “narração” e “narrativa” para se designar textos com predomínio de sequências narrativas. É ainda nesse sentido de sua sequência textual mais característica que, em certas ocasiões, empregamos a expressão “redação narrativa” para nos referirmos ao texto do vestibulando.

O objetivo de analisar a redação é empregá-la como exemplo para se discutir como os elos dialógicos são relevantes na configuração do enunciado. Para isso, baseamo-nos em propostas de integrantes do Círculo de Bakhtin³ (BAKHTIN, 2003

¹ A partir de 1987, através da recém-criada Comissão Permanente para os Vestibulares Unicamp (Comvest), a Unicamp passa a ter vestibular próprio, deixando o certame de ser realizado pela Fundação Universitária para o Vestibular (Fuvest), conforme vinha ocorrendo desde 1977.

² Corrêa fala em “gênero redação de vestibular”, Brito (2011) em “gênero redação de vestibular” ou “gênero redação no vestibular”.

³ Empregamos a expressão “Círculo de Bakhtin” por ainda ser a mais corrente no contexto brasileiro, embora mais recentemente venha ganhando difusão a partir das pesquisas conduzidas ou influenciadas por Beth Brait o sintagma “Bakhtin e o Círculo”. Advertimos, porém, que certos pesquisadores propõem outras denominações com menor destaque à figura de Bakhtin. Vauthier (2007), por exemplo, prefere a denominação “Cercle Bakhtine, Medvedev, Volochinov”, abreviada como “Cercle B.M.V.”, ao entender que, assim, outros membros do grupo são também contemplados.

[1952-1953]; MEDVEDEV/BAKHTIN, 1994 [1928]; VOLOŠINOV, 1986 [1929]), assumindo que todo enunciado, qualquer texto oral ou escrito, estabelece vínculos com textos antecedentes e suscita respostas futuras, a serem materializadas em enunciados vindouros. Da perspectiva bakhtiniana, portanto, a linguagem se constitui como uma espécie de diálogo na medida em que todo enunciado retoma vozes anteriores e pode, igualmente, ser empregado em discursos futuros.

Consideramos ainda que todo enunciado é composto por três elementos constitutivos – o conteúdo temático, a construção composicional e o estilo – e que qualquer enunciação se realiza de acordo com características típicas de um determinado *gênero do discurso* (cf. BAKHTIN, 2003 [1952-1953]). Investigar como as relações dialógicas, que perpassam os elementos constitutivos do enunciado, são importantes para sua configuração é o que pretendemos ao apreciar a redação, um enunciado real, representante do gênero discursivo que estamos nomeando como “narração”.

É possível imaginar que não se avança qualquer novidade ao se apreciar um enunciado a fim de mostrar sua constituição dialógica, haja vista que entender os enunciados como dialogicamente constituídos é algo bastante consensual nos estudos linguísticos, chegando o dialogismo a figurar, nas reflexões sobre a linguagem, como uma premissa repetida *ad nauseum*. Entretanto, vários pesquisadores têm alertado acerca de certo *immediatismo* com o qual diversas das complexas discussões bakhtinianas vêm sendo assimiladas e, posteriormente, difundidas. Já há algum tempo, por exemplo, Gomes-Santos (1999, p. 177-178) apontava para “um reducionismo que se tem tornado frequente quando da referência ao conceito de gênero em Bakhtin”. Colocações como essa ainda persistem, como observamos em trabalhos mais atuais em que se pontua, por exemplo, ser “oportuno lembrar que a complexidade do conceito de gênero discursivo pode ser mais bem captada ao expandirmos nossas leituras [para além do texto “Os gêneros do discurso”] e percorrermos outros textos que tratam da questão” (MACIEL, 2011, p. 27). Brait e Pistori (2012, p. 372) são ainda mais assertivas, ao afirmarem que o ensaio “Os gêneros do discurso” é “citado e tomado como único”, o que reduz certas postulações bakhtinianas.

Para evitar esses reducionismos, pretendemos discutir neste trabalho que as relações dialógicas não são relações abstratas e genéricas, que se resumiriam a certas referências de um texto ao outro. Concepção essa talvez influenciada pela noção de intertextualidade, com a qual Kristeva (2012 [1967]) entende – e reduz⁴ – a ideia de dialogismo. Nossa proposta é explicitar que as relações dialógicas são concretas e podem ser vislumbradas em todos os elementos constitutivos do enunciado, indo além do entendimento de que as relações dialógicas seriam apenas referências entre textos, que se aproximariam apenas por abordar assuntos, temas ou ideias próximos.

2 A REDAÇÃO NO CONTEXTO DO VESTIBULAR UNICAMP

Na primeira fase do Vestibular Unicamp 2000, contexto no qual a redação que analisaremos foi redigida, o candidato poderia escolher entre propostas: dissertação,

⁴ A respeito ver Bezerra (2010).

narração e carta argumentativa⁵. Para cada um desses gêneros, propunha-se certo tratamento do tema da prova. Desse modo, o vestibulando poderia escolher o gênero, mas em função de sua opção, deveria abordar o tema necessariamente de determinado modo. Relação diversa se coloca em uma situação comum de comunicação, segundo Bakhtin (2003 [1952-1953], p. 282, grifo do autor):

A vontade discursiva do falante se realiza antes de tudo na *escolha de um certo gênero de discurso*. Essa escolha é determinada pela especificidade de um dado campo da comunicação discursiva, por considerações semântico-objetais (temáticas), pela situação concreta da comunicação discursiva, pela composição pessoal dos seus participantes, etc. A intenção discursiva do falante, com toda a sua individualidade e subjetividade, é em seguida aplicada e adaptada ao gênero escolhido, constitui-se e desenvolve-se em uma determinada forma de gênero.

Ou seja, de acordo com Bakhtin, o sujeito elege um gênero, confiando ser este o mais adequado para expressar seu projeto discursivo. Isto é, o falante ou escrevente adapta sua “vontade discursiva” a um gênero, levando em consideração o quanto este gênero é apropriado para versar sobre o tema que pretende discorrer e avaliando também as características do “campo da comunicação discursiva” em que concretizará seu enunciado.

Desse modo, se comumente, em um evento de comunicação, o sujeito seleciona o gênero a partir do tema que quer tratar, no contexto desse vestibular essa relação é um pouco distinta. Realizando sua prova, o vestibulando não elegerá livremente o gênero a partir do tema, pois há uma ligação entre gênero e tema: a escolha de um tema implica tratá-lo em um gênero específico.

No vestibular de 2000, por exemplo, o candidato que preferisse a dissertação deveria ponderar sobre a relação entre a água, a cultura e o desenvolvimento das civilizações; o vestibulando que selecionasse como gênero a narração deveria desenvolver uma história em que um personagem buscasse esclarecer um suposto crime ambiental – o aparecimento de uma mancha de óleo no Rio Atibaia –, o que comprometera o abastecimento de água de várias pessoas; por fim, os que preferiram a carta argumentativa precisavam defender a criação da Agência Nacional da Água (ANA), dirigindo-se a um deputado ou senador contrário ao estabelecimento desse órgão.

Se, por um lado, o vínculo entre tema e gênero já está colocado pelo vestibular, de modo que os candidatos não selecionam livremente o gênero em razão do tema, o que diferencia essa conjuntura daquilo que é mais comum em outras situações de comunicação, por outro, a necessidade de “responder” (em sentido amplo) às instruções da prova torna essas redações interessante material para a investigação das relações dialógicas. No caso das indicações para a escrita da narração, por exemplo, havia uma reportagem que subsidiava a proposta e esse texto deveria ser necessariamente empregado pelo vestibulando na confecção de sua redação. Nesse contexto enunciativo, portanto, é provável que os textos dos candidatos exibam, de modo razoavelmente explícito, os elos dialógicos que unem sua voz às palavras alheias retomadas.

⁵ Discutimos mais detalhadamente as propostas da dissertação e da carta argumentativa em nossa dissertação de mestrado, *Gênero e estilo nas melhores redações do vestibular Unicamp* (MACIEL, 2008).

Isso não significa, porém, que somente nas redações, à diferença de outros enunciados, seja possível observar relações dialógicas. Destacamos apenas que, nessa conjuntura do vestibular Unicamp, o candidato deveria dialogar explicitamente com a coletânea e com a proposta que o subsidiavam e orientavam para a confecção de seu texto. Assim, seria de se esperar que as redações escritas nessa situação enunciativa exibissem mais claramente vínculos dialógicos, que talvez em outros enunciados se apresentassem de modo menos evidente.

Foi ainda levando em consideração a questão da presença manifesta de vínculos dialógicos que escolhemos uma redação, que, julgamos, apresenta de modo bastante claro elos com outras vozes. A redação escolhida faz parte de um *corpus*⁶ constituído por 111 textos eleitos pela Comvest como os melhores representantes da proposta de escrita da narração dos vestibulares Unicamp de 2000 a 2010⁷. Essas redações foram publicadas, com apoio da Comvest, em coletâneas compostas também por redações que atenderam às propostas da dissertação e da carta argumentativa. O objetivo dessas publicações é valorizar o empenho dos estudantes, cujos textos são reconhecidos pela instituição como exemplares.

Dentro desse *corpus*, nossa escolha se deu através da leitura das redações e comparação entre elas, para que selecionássemos uma que cremos ser bastante representativa dos elos dialógicos que pretendemos apreciar neste artigo. Podemos dizer que optamos por essa redação porque esse texto se “destacou” a nossos olhos, baseando-nos, de algum modo, em “elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição”, ou seja, em “formas de saber tendencialmente *mudas* – no sentido de que [...] suas regras não se prestam a ser formalizadas nem ditas” (GINZBURG, 1986, p. 179, grifo do autor). Por isso, admitimos nos ser bastante difícil (se possível) explicitar todos os princípios dessa nossa escolha, que, além da comparação, funda-se também em “faro”, “golpe de vista” ou “intuição”.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: AS RELAÇÕES DIALÓGICAS NA CONSTITUIÇÃO DO ENUNCIADO

No âmbito do Círculo de Bakhtin, entende-se que toda “palavra é uma ponte lançada entre mim e o outro”⁸ (VOLOŠINOV, 1986 [1929], p. 86, tradução nossa). Assim, para o “estudo da natureza do enunciado” (BAKHTIN, 2003 [1952-1953], p. 264), é imprescindível considerar as relações dialógicas. Daí nosso interesse em investigar como os elos dialógicos podem se manifestar nos três elementos constitutivos do enunciado: “o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional” (BAKHTIN, 2003 [1952-1953], p. 261-262).

⁶ Esse *corpus* foi analisado em nossa pesquisa de doutorado (MACIEL, 2014, Processo CNPq 141428/2011-12).

⁷ A partir do Vestibular Unicamp 2011, as propostas para escrita da redação têm trazido gêneros diversos a cada ano. Em 2011, por exemplo, solicitou-se a escrita dos gêneros *comentário*, *discurso de apresentação de evento* e *artigo jornalístico opinativo*, enquanto, em 2012, propôs-se que o vestibulando escrevesse um *comentário*, um *manifesto* e um *verbete*. As propostas completas podem ser consultadas em www.comvest.unicamp.br.

⁸ The word is bridge throw between myself and another.

Diante desse objetivo, parece-nos válido comentar algumas das particularidades de cada um desses elementos. Iniciemos pela questão da *construção composicional*.

A discussão sobre a forma ou estrutura composicional dos enunciados está exposta em vários trabalhos do Círculo de Bakhtin sob nuances diversas, ainda que, em geral, próximas. Em *O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária* (BAKHTIN, 1993 [1924]), escrito em 1924 e publicado na coletânea de textos *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*, Bakhtin estabelece uma comparação entre *forma arquitetônica* e *forma composicional*. Aquela seria o projeto de dizer do autor e esta a textualização desse projeto. A forma composicional seria, em certo sentido, o acabamento geral de um texto e se configuraria, inclusive, como algo próximo ao que se denomina gênero discursivo. Segundo Grillo (2007, p. 30, tradução nossa): “É de se notar que, nesse texto [*O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária*], o gênero equivale aproximadamente à forma composicional”⁹. A autora comenta ainda que nesse ensaio a forma composicional seria a “organização [que] se passa ao nível da totalidade e da articulação das partes, dirigidas para um fim”¹⁰, pontuando também que em termos “da articulação das partes, ele [Bakhtin] menciona o capítulo, a estrofe, o verso, o parágrafo, as linhas, as palavras”¹¹ (2007, p. 30, tradução nossa). De certo modo, portanto, a forma composicional seria o esquema geral do texto, assim como sua estruturação textual em partes.

No limite até se poderia imaginar que a construção ou forma composicional seria uma espécie de “fôrma”, um esquema espacial para a composição do enunciado, que preveria certa extensão do texto e certa disposição dos parágrafos.

Entretanto, ainda que se admitisse esse conceito de forma composicional como algo próximo a uma “fôrma”, seria necessário lembrar que essa “fôrma” é, antes de tudo, flexível. Isso porque são variáveis tanto a extensão de um texto (falado ou escrito) quanto sua organização em parágrafos (no caso do texto escrito). A forma composicional não existe como uma “fôrma” vazia, mas como enunciado real e único, com sua extensão e disposição gráfica própria. É ao ganhar conteúdo que a forma ganha definição. Isso vai ao encontro da indissociabilidade entre forma e conteúdo postulada por Medvedev/Bakhtin (1994 [1928], p. 222, tradução nossa): “Não há conteúdo sem forma, como não há forma sem conteúdo”¹².

Ao escrever, o enunciador desenvolve o conteúdo temático, cuja forma se configura durante a escrita. Quando chega ao final de seu texto, o escrevente cunhou o que pretendia dizer por meio de certo número de parágrafos, cada um com sua extensão. O conjunto desses parágrafos conferiu, por sua vez, o aspecto composicional final. Assim, a forma composicional do texto só é conhecida após o sujeito encerrar seu ato de dizer, após concluir o que desejava dizer. O tema careceu de uma forma para ser expresso e, conforme foi sendo veiculado, conferiu um caráter único à forma. É a forma

⁹ Il faut remarquer que, dans ce texte, le genre équivaut à peu près à la forme compositionnelle.

¹⁰ [...] organisation [qui] se passe au niveau de la totalité et de l’articulation des parties, dirigée vers un but.

¹¹ [...] d’articulation des parties, il [Bakhtin] mentionne le chapitre, la strophe, le paragraphe, les lignes, les mots.

¹² No hay contenido sin forma, como no hay forma sin contenido.

daquele texto, não de outro. É à medida que o conteúdo vai sendo expresso que a “fôrma” ganha forma (e sentido). Há, portanto, uma relação de dependência entre forma e conteúdo temático, pois todo projeto discursivo sempre requisitará uma forma composicional, característica de um gênero específico.

Mas se forma e conteúdo são interdependentes, cada um desses elementos ainda mantém predicados próprios. Por isso é que focalizaremos a partir de agora, em nossa exposição, propriedades mais específicas do *conteúdo temático*.

Segundo a concepção bakhtiniana, o conteúdo temático está fundamentado em vínculos dialógicos que o enunciado estabelece com outros textos, uma vez que os “enunciados não são indiferentes entre si nem se bastam cada um a si mesmos; uns conhecem os outros e se refletem mutuamente uns nos outros.” (BAKHTIN, 2003 [1952-1953], p. 297).

Ao lançar sua voz, o falante ou escrevente sempre considera, em certa medida, vozes outras que estão relacionadas com seu texto. Isso porque qualquer enunciado “por mais concentrado que esteja no seu objeto, não pode deixar de ser em certa medida também uma resposta àquilo que já foi dito sobre dado objeto, sobre dada questão [...]” (BAKHTIN, 2003 [1952-1953], p. 298). Ao compor seu enunciado, o sujeito não tem como foco apenas o tema ou assunto – o “objeto” na expressão de Bakhtin – que aborda. O enunciador leva em conta também outras enunciações, que estão correlacionadas ao tema ou assunto de que trata seu texto.

Como nota Bakhtin (2003 [1952-1953], p. 299-300):

O objeto de discurso do falante, seja esse objeto qual for, não se torna pela primeira vez objeto do discurso em um dado enunciado, e um dado falante não é o primeiro a falar sobre ele. O objeto, por assim dizer, já está ressaltado, contestado, elucidado e avaliado de diferentes modos; nele se cruzam, convergem e divergem diferentes pontos de vista, visões de mundo, correntes.

Ou seja, o conteúdo temático do enunciado é palco dos elos dialógicos que ligam o objeto de discurso do enunciado a outras vozes, que já versaram acerca daquele mesmo “objeto”. Entendemos, assim, que estudar o tema da enunciação, sob uma perspectiva bakhtiniana, é mais do que descrever o “tema” ou “assunto” de uma fala ou texto. É necessário vislumbrar as relações dialógicas através das quais o conteúdo temático se constitui.

É ainda observando a relevância das relações dialógicas na configuração da enunciação, que passamos a discorrer sobre o *estilo*, outro elemento constitutivo do enunciado (cf. BAKHTIN, 2003 [1952-1953]).

Segundo Bakhtin (2003 [1952-1953], p. 265): “Todo enunciado [...] é individual e por isso pode refletir a individualidade do falante (ou de quem escreve), isto é, pode ter estilo individual”. A manifestação do estilo, assim, seria possível em qualquer texto, pois todo enunciado poderia acolher marcas idiossincráticas do falante ou escrevente. Aliás, Bakhtin (2003 [1952-1953], p. 268) pontua que “a própria escolha de uma determinada forma gramatical pelo falante é um ato estilístico”. Isto é, até mesmo as eleições gramaticais que qualquer falante realiza ao compor um enunciado indicariam algum estilo do autor.

Contudo, se, por um lado, Bakhtin reconhece ser possível o exercício das escolhas estilísticas em quaisquer enunciados, por outro, não deixa de observar que há gêneros mais propícios à manifestação do estilo, assinalando que “nem todos os gêneros são igualmente propícios a tal reflexo da individualidade do falante na linguagem do enunciado, ou seja, ao estilo individual. Os gêneros mais favoráveis [são os] da literatura de ficção [...]”. (BAKHTIN, 2003 [1952-1953], p. 265).

Bakhtin reconhece, desse modo, ser possível a emergência do estilo em qualquer enunciado, mas nota que os gêneros discursivos têm importante papel na execução das opções do autor. Reconhecendo que o “estilo está indissolavelmente ligado ao enunciado e às formas típicas de enunciados, ou seja, aos gêneros do discurso” (BAKHTIN, 2003 [1952-1953], p. 265), a concepção bakhtiniana se desloca da ideia de estilo como fenômeno exclusivamente individual, pois vincula as eleições estilísticas ao gênero discursivo em que se materializa o enunciado.

Além disso, Bakhtin (2003 [1952-1953], p. 306, grifo do autor) acredita que a “análise estilística, que abrange todos os aspectos do estilo, só é possível como análise de um enunciado *pleno* e só naquela cadeia da comunicação discursiva da qual esse enunciado é um *elo* inseparável”.

Assim, a exemplo do conteúdo temático e da construção composicional, o autor adverte que para apreciar o estilo é preciso interpretá-lo no interior das relações dialógicas que ligam o enunciado a outras vozes da cadeia discursiva.

A partir dessas colocações de Bakhtin, julgamos que o estilo pode comportar opções individuais do autor, mas consideramos que as escolhas estilísticas estão também sob o crivo do gênero discurso e são perpassadas por elos dialógicos.

Será com base nessas reflexões que passamos, a seguir, à análise da redação, especialmente interessados em observar como os vínculos dialógicos atuam na composição, no conteúdo temático e no estilo do enunciado.

4 ANÁLISE DA REDAÇÃO

A redação, que tomamos como objeto de exame, foi redigida durante a realização da primeira fase do Vestibular Unicamp 2000 por Christianne Basílio e Silva¹³, então candidata ao curso de Engenharia Elétrica. A vestibulanda optou pelo Tema B (narração), reproduzido a seguir:

TEMA B

No dia 5 de outubro de 1999, terça-feira, o jornal *Correio Popular*, de Campinas, SP, publicou a seguinte manchete de primeira página, acompanhada de breve texto:

¹³ Não omitimos o nome da candidata, pois é pública a autoria das redações que compõem as coletâneas organizadas pela Comvest. Além disso, consideramos meritória a referência a candidatos cujos textos se destacam no conjunto dos milhares que a cada ano são avaliados pela Comvest.

100 mil ficam sem água em Sumaré

Um crime ambiental provocou a suspensão do abastecimento de água de cerca de 100 mil moradores de Sumaré. A medida foi tomada na sexta-feira, quando uma mancha de óleo de aproximadamente 3 quilômetros de extensão surgiu nas águas do rio Atibaia. Anteontem, uma nova mancha apareceu nas proximidades da Estação de Tratamento de Água I, na divisa entre o bairro Nova Veneza e o município de Paulínia. A situação somente será normalizada na quinta-feira. A Cetesb investiga o caso e os técnicos acreditam que o produto (óleo diesel ou gasolina) foi despejado em esgoto doméstico em Paulínia.

Leve em conta essa notícia e privilegie a hipótese dos técnicos, apresentada no final do texto. A partir desses elementos, escreva uma narração em terceira pessoa, caracterizando adequadamente personagens e ambiente. Crie um detetive ou um repórter investigativo que, quando tenta resolver o “crime ambiental”, descobre que o ocorrido é parte de uma conspiração maior.

A partir dessa instrução, a candidata elabora a seguinte redação (COMVEST, 2000, p. 122-126):

Conspiração

“... e, na brancura asséptica de nossos banheiros, fingimos esquecer das imensas, verdadeiras Venezas de merda (sic) que correm debaixo de nossas casas, de nossas ruas e de nossos parlamentos.”

Milan Kundera, in *A insustentável leveza do ser*

“Que irônico!”, pensou Policarpo, que não fazia senão ler jornais e revistas desde que se aposentara, poucos meses antes; “logo hoje, aniversário de nossa Constituição regente, será que ninguém reconhece?”. Do alto de seu arraigado e ingênuo patriotismo, indignava-se com o fato de que só uns poucos arquivistas e historiadores, além dele, teriam feito a mesma observação ao ler a notícia veiculada no Correio Popular daquela manhã, segundo a qual cem mil pessoas da região ficariam sem água por três dias, por conta de um derramamento proposital de combustível na rede de esgotos que deriva do rio Atibaia, um verdadeiro crime ambiental. Mas, se refletisse melhor, retirando os óculos auriverdes, veria que semelhantes atentados à pátria mãe gentil ocorrem todos os santos dias, e a única coisa nisso tudo que tinha data específica para acontecer era a promulgação da nossa Constituição, portanto a única culpada pela coincidência infame de datas, ora essa! De qualquer forma, não pensou nisso: seu cérebro, excitado com a proximidade – Policarpo morava em Campinas, a minutos de Paulínia pela General Tavares – e as proporções do crime, vagueava por entre os enredos fantásticos dos muitos livros policiais e de mistério que lera, de Raymond Chandler a Dorothy Parker, de Aghata Christie a Conan Doyle, de Edgar Wallace a Allan Poe, e começava a maquirar se bancar o detetive não seria a solução ideal para espantar de vez o marasmo em que sua vida submergira desde sua recente aposentadoria.

Ao cabo de alguns minutos, decidiu-se; ato contínuo, levantou-se da poltrona e, pegando as chaves do carro, tomou dali o rumo da rua.

O local a que se dirigiu foi o próprio escritório da CETESB, onde trabalhava um antigo conhecido seu, que, achando até um pouco de graça no pedido, prontamente o conduziu ao lugar onde trabalhavam os técnicos empenhados em apurar a origem do óleo poluente. Conversando com eles, pôde ver que, usando critérios e métodos de detecção avançados, eles já haviam descoberto que o material viera de um conjunto habitacional em Paulínia próximo à REPLAN. No entanto, seria necessária uma investigação policial para identificar

de que casa específica ele teria partido; os contatos já haviam sido feitos com a polícia municipal de Paulínia e a estadual, mas cada qual alegou estar o caso fora de sua alçada, atribuindo-o à outra, e era nesse pé que a investigação se encontrava, naquele momento.

Finda a explanação, um súbito palpito perpassou a mente de Policarpo, fazendo-o estremecer. E esse palpito segredou-lhe ao ouvido que não seriam necessárias senão simples entrevistas, que ele estaria apto a realizar. Cismado, pediu aos técnicos o endereço do conjunto, que eles lhe deram sem nada esperar. Com ele nas mãos, despediu-se de todos, e para lá rumou.

Muitas foram as prosas e muitos cafezinhos gentilmente oferecidos que Policarpo em vão ouviu e tomou, durante toda a tarde, até que, já caindo a noite, chegou a uma casa cuja dona, quando indagada a respeito, em poucas palavras confirmou seu funesto palpito: “O senhor está falando daquela ‘lataiada’ velha que meu pai guardava no galpão? Aquilo não prestava não... Meu velho era meio doido, trabalhava na refinaria e cada semana trazia uma porcaria daquelas p’ra cá. Meu irmão disse que aquilo era como um tal de paiol pronto p’ra explodir, que eu tinha que me livrar daquilo. Então, como eu sei que faz fogo, joguei tudo fora, um por um, na ‘privada!’”

Policarpo permaneceu silencioso. O que ele pensara ser um crime ambiental era na verdade parte de uma conspiração muito maior, gigante pela própria natureza, com a qual não estava preparado para lutar; um plano verdadeiramente diabólico tramado para subjugar todo um povo, delatado pela extrema ignorância da mulher à sua frente, dos milhões como ela que por aí grassam. O patriotismo que por meio século conservara começou a fenecer em sua alma. Suspirou. Amava o Grande Irmão.

Em nosso exame da redação, observaremos separadamente o conteúdo temático, a construção composicional e o estilo, a fim de alcançarmos uma apreciação mais pontual de cada elemento, não deixando, porém, de relacioná-los, quando julgarmos necessário, até mesmo porque reconhecemos estarem esses elementos “indissolúvelmente ligados no todo do enunciado” (BAKHTIN, 2003 [1952-1953], p. 262).

4.1 CONSTRUÇÃO COMPOSICIONAL

Por *forma* ou *construção composicional*, entendemos a configuração geral do texto, sua disposição e organização em partes. No caso da redação, o arranjo composicional se dá através de seis parágrafos, de extensão bem diversa, por meio dos quais o tema é desenvolvido.

Além desses seis parágrafos, destaca-se o fato de que a candidata anteponha à narrativa uma citação, uma espécie de epígrafe, que cria um espaço composicional específico em seu texto. Isso é bastante particular a essa redação e, cremos, pode ser considerado como algo do estilo individual da vestibulanda¹⁴. Afirmamos com isso que as escolhas estilísticas do autor têm também implicações composicionais. O que torna ainda mais singular essa epígrafe é o fato de que o fragmento citado (trecho de “A insustentável leveza do ser” de Milan Kundera) não estava presente na prova, sendo trazido “de memória” pela candidata.

A nosso ver, mesmo esse fato singular pode indicar que a estrutura composicional da redação se funda em elos dialógicos, pois acreditamos que, ao compor sua narrativa, a estudante recorreu a alguns modelos, entre os quais pôde observar o uso de epígrafes.

¹⁴ Essa ocorrência é única entre as 111 redações que compõem o *corpus* de nossa pesquisa.

Mais do que isso, supomos que toda a estrutura composicional do texto esteja embasada por modelos que a candidata provavelmente trouxe de seu conhecimento prévio, pois como observa Bakhtin (2003 [1952-1953], p. 283), se “os gêneros do discurso não existissem e se nós não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo do discurso, de construir livremente e pela primeira vez cada enunciado, a comunicação discursiva seria quase impossível.”

Assim, o enunciador não cria o gênero, mas se volta ao passado em busca de alicerces para arquitetar seu enunciado. Resta, contudo, saber quais seriam as bases dessa sua enunciação. Nossa crença é que a vestibulanda tenha tido contato com textos narrativos na escola e é de se imaginar que nessa instância passou por algum ensino formal sobre narrativas. Além disso, a candidata pôde ter acesso a materiais da Comvest em que a instituição traz indicações a respeito do que espera em uma narração e expõe também exemplos de narrativas redigidas em vestibulares anteriores.

Imaginando, então, que um participante do Vestibular Unicamp 2000 tenha lido o Manual do Candidato publicado pela Comvest comentando o Vestibular 1999, vejamos a que espécie de informação ele teria acesso quanto à composição de uma narrativa. A Comvest adverte que se o candidato “escolher um tema narrativo, deverá ser capaz de elaborar enredo, personagens, espaço e tempo, *demonstrando conhecimento da estrutura de uma narrativa*” (COMVEST, 1999, p. 33, grifo nosso).

Além disso, a Comvest (1999, p. 33) recomenda que:

Para a produção de um texto narrativo, você [o candidato] deve estar atento às informações que acompanham o tema proposto, mostrando saber reconhecer nelas elementos de enredo, personagens, cenário, tempo e foco narrativo, que deverão ser utilizados por você na construção da sua narrativa, segundo instruções fornecidas pela banca.

A partir desses comentários, vemos que os apontamentos da Comvest quanto à narração se dão em termos de: enredo, personagens, cenário, tempo, foco narrativo. Porém a menção a esses elementos da “estrutura de uma narrativa” parece insuficiente para orientar o vestibulando na confecção de seu texto. Desse modo, é difícil saber se e como as indicações da Comvest podem atingir os candidatos. Ainda assim, arriscamos a dizer que a forma composicional deve ter uma origem dialógica, mesmo que seja complexo recuperar essa ascendência. Nossa hipótese é a de que os fundamentos da estrutura composicional do texto da vestibulanda derivem de enunciados narrativos com os quais ela teve contato em sua vida pregressa e que talvez sua redação possa também estar influenciada por algumas das pontuações da Comvest.

4.2 CONTEÚDO TEMÁTICO

O conteúdo temático é aquilo que o enunciador pretende dizer. Projeto de dizer que, alicerçado pela forma composicional característica de um gênero discursivo, estabelece vínculos dialógicos com outros textos. São justamente esses elos que pretendemos focalizar ao observar como a candidata faz uso da coletânea e de outras vozes alheias no desenvolvimento de sua redação.

Na redação em análise, o delineamento do conteúdo temático se inicia já pelo título “Conspiração”. Ocupando um espaço composicional específico, destacado do restante do texto, o título expõe desde o início o caráter dialógico da redação ao atender à exigência de que se “Crie um detetive ou um repórter investigativo que, quando tenta resolver o ‘crime ambiental’, descobre que o ocorrido é parte de uma *conspiração maior*” (COMVEST, 2000, p. 114, grifo nosso). Além disso, o título focaliza a resolução do conflito narrativo, quando se chega à descoberta da “conspiração”, momento em que o personagem principal desvenda, nas palavras da vestibulanda, “uma conspiração muito maior, gigante pela própria natureza”.

Após o título, a candidata cita – em peculiar espaço composicional – trecho da obra “A insustentável leveza do ser” de Milan Kundera. Esse excerto, empregado como epígrafe, evoca uma reflexão sobre as “imensas, verdadeiras Venezas de merda que correm debaixo de nossas casas, de nossas ruas e de nossos parlamentos”. O texto metafórico alude às injustiças que subjazem à aparente ordem social. Uma ordem criticada no texto da vestibulanda em que se denuncia “um plano verdadeiramente diabólico tramado para subjugar todo um povo”.

Após título e epígrafe, abre-se a narração propriamente dita. O protagonista da ação, Policarpo, é, então, apresentado. O nome pouco usual remete imediatamente o leitor brasileiro ao personagem homônimo do romance *Triste fim de Policarpo Quaresma* de Lima Barreto. Aliás, não será apenas o nome que os personagens apresentarão em comum, mas o traço mais marcante de ambos: um “arraigado e ingênuo patriotismo”. Ao atender à exigência da prova e conceber “um detetive ou um repórter investigativo”, a candidata buscou – dialogicamente, diríamos – uma referência na literatura nacional, valendo-se não apenas do nome, mas de conhecidas características do famoso personagem barretiano.

Policarpo está em sua casa, quando lê “a notícia veiculada no Correio Popular daquela manhã, segundo a qual cem mil pessoas da região ficariam sem água por três dias, por conta de um derramamento proposital de combustível na rede de esgotos que deriva do rio Atibaia, um verdadeiro crime ambiental”. Falar sobre essa notícia, claro, é dialogar com a reportagem “100 mil ficam sem água em Sumaré”, que serve de coletânea à proposta da redação.

O patriótico Policarpo atenta-se para um “fato [...] que só uns poucos arquivistas e historiadores, além dele” teriam notado. Trata-se da coincidência de datas entre a publicação da reportagem, veiculada em 5 de outubro de 1999, mesmo dia e mês da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, episódio ocorrido em 5 de outubro de 1988. Essa é apenas uma das inúmeras referências dialógicas que a autora cultivará ao cunhar seu personagem nacionalista.

A notícia também enseja o desenrolar narrativo, pois é a partir da leitura da reportagem que o recém-aposentado Policarpo decide buscar por conta própria os responsáveis pelo que julga ser um crime ambiental. Seu ímpeto se deve a dois fatores: à proximidade de sua cidade, Campinas, ao município de Paulínia, provável local de origem das manchas de óleo e – talvez razão principal – à influência das leituras de literatura detetivesca, entre as quais o narrador cita Raymond Chandler, Dorothy Parker, Aghata Christie, Conan Doyle, Edgar Wallace e Allan Poe. A alusão a esses autores

manifesta o diálogo da redação com outras narrações, um diálogo estabelecido entre o narrador e vozes exteriores a seu texto¹⁵.

Determinado a ir a Paulínia, Policarpo se dirige ao “próprio escritório da CETESB, onde trabalhava um antigo conhecido seu”. Esse conhecido o conduz aos técnicos que investigam o caso, tendo esses profissionais já “descoberto que o material viera de um conjunto habitacional em Paulínia próximo à REPLAN”. Diante disso, Policarpo resolve ir pessoalmente ao conjunto habitacional e realizar a investigação, que se encontrava paralisada em razão do conflito entre a polícia do município de Paulínia e a polícia estadual de São Paulo, uma vez que “cada qual alegou estar o caso fora de sua alçada, atribuindo-o à outra”. Essa circunstância serve de estopim a ações do protagonista, resolvido a fazer “simples entrevistas, que ele estaria apto a realizar”. Ao abordar essa situação, o texto dialoga com tantos episódios reais – comuns no Brasil – em que a querela entre as diferentes instâncias governamentais quanto à responsabilidade perante uma situação acaba por dificultar qualquer solução.

Em seu inquérito, Policarpo visita inúmeros domicílios, até que, “já caindo a noite”, encontra nas palavras de uma mulher a resposta para o caso. Ela jogara o óleo na privada de sua casa, sem desconfiar que pudesse comprometer todo um rio e prejudicar o abastecimento de água de várias pessoas.

Se, por um lado, esse é o desfecho da ação narrativa, por outro, o texto avança, pois diante da inocência – ou ignorância, na voz do narrador – da mulher, Policarpo verá abalado o nacionalismo que cultivou por toda a vida. Perceberá como seu patriotismo é infundado, ao compreender algo ignorado por ele até então: certos artifícios dirigidos no sentido de “subjugar todo um povo”. Ardis contra as quais ele “não estava preparado para lutar”. Policarpo divisa, enfim, o que seu ingênuo patriotismo ocultara: diferentemente dele, alguns representantes de seu país, por vezes, não almejavam o desenvolvimento da nação. Frente a tamanha decepção, o personagem declara amor à vigilância estatal imposta pelo vulto do “Grande Irmão”, em mais um elo dialógico que o enunciado estabelece com vozes alheias.

Além de sublinhar a importância dos elos dialógicos no desenvolvimento temático dessa redação, julgamos importante também lembrar que o conteúdo temático desse enunciado se efetiva de um modo e não de outro por ser esse um texto narrativo. Segundo Medvedev/Bakhtin (1994 [1928], p. 210, tradução nossa), cada gênero imprime modos próprios de expressão: “Cada gênero é capaz de abarcar tão somente determinados aspectos da realidade. Cada gênero possui determinados princípios de seleção, determinadas formas de visão e de concepção da realidade, determinados graus na capacidade de abarcá-la e na profundidade de penetração nela.”¹⁶

A redação abarca a realidade de um determinado modo (ficcional) em função das características do gênero discursivo em que se consolida. Se outro fosse o gênero,

¹⁵ Aliás, uma vestibulanda capaz de elencar – através da voz de seu narrador – esses textos narrativos possivelmente os conhece bem ou tem alguma familiaridade com eles. Esse conhecimento, supomos, reflete-se no seu modo de desenvolver a narrativa, inclusive em termos de estrutura composicional.

¹⁶ Cada género es capaz de abarcar tan solo determinados aspectos de la realidad. Cada género posee determinados principios de selección, determinadas formas de visión y concepción de la realidad, determinados grados en la capacidad de abarcarla y en la profundidad de penetración en ella.

possivelmente distinto seria o tratamento temático. Caso se transpusesse, por exemplo, os acontecimentos narrados a uma notícia de jornal, crônica ou poema, diverso seria o texto. Isso porque o conteúdo temático e gênero discursivo estão invariavelmente vinculados. O desenvolvimento do tema se dá segundo certas possibilidades do gênero discursivo em que se materializa.

4.3 ESTILO

Bakhtin propõe uma aliança entre estilo e gênero discursivo, postulando que o “estilo está indissolúvelmente ligado ao enunciado e às formas típicas de enunciados, ou seja, aos gêneros do discurso” (BAKHTIN, 2003 [1952-1953], p. 265).

Essa observação bakhtiniana parece ser corroborada pela redação, que apresenta propriedades estilísticas comuns a textos narrativos. O texto da vestibulanda traz, por exemplo, inúmeras figuras de linguagem, entre as quais citamos: a metáfora em “pátria mãe gentil”, usada para simbolizar o Brasil; a personificação em “esse palpito segredou-lhe ao ouvido”; e uma espécie de metáfora acrescida de hipérbole em “conspiração muito maior, gigante pela própria natureza”. Opções estilísticas que são visivelmente dialógicas em dois dos três exemplos: tanto a expressão “pátria mãe gentil”, quanto “gigante pela própria natureza” dialogam com o Hino Nacional do Brasil. As eleições estilísticas, portanto, não são apenas escolhas individuais do enunciador, pois se acomodam ao gênero discursivo e mantêm contatos dialógicos com outras vozes.

Entre as opções lexicais da candidata, destacamos as seguintes expressões que compõem o perfil nacionalista de Policarpo, conferindo ao mesmo tempo certo tom “arcaico” à narrativa: “Constituição *regente*”, “*arraigado* e ingênuo patriotismo”, “os óculos *auriverdes*”, “o *marasmo* em que sua vida *submerge* desde sua recente aposentadoria”, “*Ao cabo* de alguns minutos, decidiu-se; *ato contínuo*”, “*Finda a explanação*”, “um súbito palpito *perpassou* a mente”, “*funesto* palpito”, “*subjugar* todo um povo”, “*delatado* pela extrema ignorância”, “milhões como ela que por aí *grassam*”, “começou a *fenecer*” (grifos nossos). Mesmo que a seleção desses termos seja bastante subjetiva – outro analista poderia selecionar termos diferentes para ilustrar as opções estilísticas da candidata –, arriscamo-nos a dizer que, de algum modo, as palavras grifadas atestam escolhas lexicais da autora em prol de um tom patriótico e antiquado ao seu texto. Tom que contribui para a composição do personagem e que condiz com o desenvolvimento do tema.

Ainda quanto às opções lexicais e fraseológicas da vestibulanda, apreciemos a fala da personagem que derramou o óleo na privada. Sua voz é bastante informal, especialmente quando confrontada ao restante do texto. Isso se explica, pois se trata da reprodução de uma fala, comumente mais informal que o registro escrito. Além disso, simula o discurso de uma “ignorante”. Transcrevamos o fragmento: “O senhor está falando daquela ‘lataiada’ velha que meu pai guardava no galpão? Aquilo não prestava não... Meu velho era meio doido, trabalhava na refinaria e cada semana trazia uma porcaria daquelas p’ra cá. Meu irmão disse que aquilo era como um tal de paiol pronto p’ra explodir, que eu tinha que me livrar daquilo. Então, como eu sei que faz fogo, joguei tudo fora, um por um, na ‘privada’!”.

A coloquialidade dessa fala se evidencia, por exemplo, em expressões como “lataiada” – aliás, destacada por aspas no texto, como para mostrar que não é do narrador (ou da candidata) –; na abreviação “p’ra”; na abstrusa construção de “um tal de paiol”; no emprego de “porcaria”, vocábulo bastante distante do matiz erudito da narração.

A Comvest, é importante ressaltar, abona registros informais nos textos narrativos:

Você [candidato] deverá demonstrar, em sua redação, capacidade de exprimir-se de forma adequada ao estilo escrito e formal. Em certas circunstâncias poderão ser aceitas modalidades próprias da linguagem oral (por exemplo, se você estiver reproduzindo um diálogo coloquial, em uma narrativa). Você deverá também revelar um bom domínio das regras gramaticais da língua culta, do sistema ortográfico e dos recursos de pontuação. (COMVEST, 1999, p. 34)

O vestibulando, portanto, pode esboçar “modalidades próprias da linguagem oral” na reprodução de “um diálogo coloquial”. A informalidade da voz da personagem preenche justamente essa hipótese colocada pela Comvest. Vale notar ainda que a Comvest pontua ser essa abertura possível “em uma narrativa”. Assim, a instituição parece reconhecer a narrativa como mais flexível aos registros, na medida em que possibilita a reprodução de várias vozes. De algum modo, isso reflete a flexibilidade do gênero, assim colocada por Bakhtin (2003 [1952-1953], p. 265):

Todo enunciado – oral e escrito, primário e secundário e também em qualquer campo da comunicação discursiva – é individual e por isso pode refletir a individualidade do falante (ou de quem escreve), isto é, pode ter estilo individual. Entretanto, nem todos os gêneros são igualmente propícios a tal reflexo da individualidade do falante na linguagem do enunciado, ou seja, ao estilo individual. Os gêneros mais favoráveis [são os] da literatura de ficção [...].

Precisamente por ser uma narrativa ficcional, é cabível um estilo menos formal, a conferir mais verossimilhança à voz da “ignorante” representada no texto. De nosso ponto de vista, esse exemplo atesta como certas escolhas estilísticas se pautam pelo gênero discursivo.

Quanto às opções fraseológicas, assinalamos que, das vinte e três frases que compõem o texto, apenas quatro são períodos simples. Isso possivelmente ocorre porque através dos períodos compostos o narrador pode articular melhor os eventos narrativos bem como tecer considerações a respeito de como esses fatos afetam o protagonista Policarpo.

Do exposto acima, avaliamos que o estilo pode comportar opções individuais do autor, embora as escolhas estilísticas se ajustem ao gênero discursivo e possam se valer de elos dialógicos. Como vimos, certas marcas estilísticas do texto se revelam dialógicas, quando retomam, por exemplo, o Hino Nacional do Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos, através de nosso exame, indicar ligações entre os elementos constitutivos do enunciado. Vimos, por exemplo, que o título da narração, sua epígrafe e o corpo propriamente dito da narração ocupam espaços composicionais específicos, que se inter-relacionam e comportam o desenvolvimento do tema. Assim, a estrutura composicional efetivou-se apenas ao veicular o tema, do mesmo modo que a execução do conteúdo temático se deu de acordo com os limites e as possibilidades da forma.

Observamos também eleições estilísticas da candidata que, ao traçarem um personagem nacionalista, contribuem igualmente para a construção do tom “antiquado” da narrativa. Como apontamos, acreditamos que essas opções estilísticas estão em consonância com o desenvolvimento temático do texto, matizando adequadamente as peripécias do nacionalista Policarpo.

Além das relações entre o tema, a estrutura composicional e o estilo, discorreremos ainda a respeito do caráter dialógico do enunciado. Avaliamos, assim, que o desenvolvimento do conteúdo temático da redação se liga à proposta e à coletânea do vestibular, pois é respondendo às indicações da prova que a candidata se põe a narrar as aventuras do patriótico Policarpo em seu afã por elucidar o suposto crime ambiental.

Do mesmo modo, compreendemos a estrutura composicional a partir de relações dialógicas, embora reconheçamos serem menos evidentes os vínculos dialógicos nesse caso. Conforme expusemos, supomos ser a partir de sua educação escolar – e talvez extraescolar – que a vestibulanda traz as bases atuantes na forma composicional de seu texto. Sugerimos ainda que a estudante pode ter se amparado em indicações presentes em materiais publicados pela Comvest.

O estilo da redação, igualmente, evidencia arranjos dialógicos, na medida em que certas escolhas lexicais da vestibulanda acolhem vozes de outros textos, exteriores à sua redação.

Ao observar os elementos constitutivos do gênero em suas inter-relações e ao examiná-los a partir de seus vínculos dialógicos, esperamos que esse exemplo explicita como o enunciado resulta da conjugação de conteúdo temático, construção composicional e estilo e como esses elementos estão alicerçados em elos dialógicos.

Através da avaliação desse enunciado, pretendemos, em algum sentido, atender à crítica de Brait e Pistori (2012, p. 373), quando observam que “o conceito de gênero não se reduz a uma caracterização do discurso por meio dos três termos conhecidos e reconhecidos a partir da leitura do texto de Bakhtin ‘Os gêneros do discurso’ – tema, composição e estilo [...]”. Além de reconhecer esses três elementos, é preciso observá-los em suas interações, ver como tema, composição e estilo se influenciam e se constituem conjuntamente. Além disso, é imprescindível entender que os três elementos constitutivos do enunciado estão necessariamente embasados por relações dialógicas. Conforme afirmamos em trabalho anterior: “o tema é o tema no dialogismo, a construção composicional é a construção composicional no dialogismo e o estilo é o estilo no dialogismo” (MACIEL, 2011, p. 36).

Lembramos, por fim, que, apesar das inúmeras – e por vezes contundentes – críticas às adaptações que se faz das discussões bakhtinianas, parece válido procurar empregar os ensinamentos bakhtinianos a outros contextos textuais e discursivos, para

além daqueles já estudados pelos intelectuais do Círculo. Como bem observa Schnaiderman (2005 [1997], p. 20): “A meu ver, por mais relevância que tenham os trabalhos de teoria literária baseados em Bakhtin, e por mais que eles ainda nos possam dar, o que ele deixou delineado para a exploração de outros campos parece particularmente rico em sugestões”.

Nosso exemplo de análise, uma redação de vestibular, vincula-se à esfera do ensino, pois, mesmo que redigido fora da escola, o “gênero redação de vestibular” “reflete e refrata, sobretudo, as práticas de escrita e de leitura que circulam na escola” (cf. BRITO, 2011, p. 188). O texto da vestibulanda, portanto, está algo distante dos textos da esfera literária que são os objetos principais (embora não únicos) dos exames empreendidos pelo Círculo. Ainda assim, realizar uma análise “bakhtiniana” de uma redação parece-nos relevante, desde que não se perca de vista a complexidade das colocações bakhtinianas. Colocações essas que, se tiveram por escopo principal exemplos literários – com destaque para a prosa dostoievskiana –, não ignoram as questões de ensino, como vem expor a recente publicação em português de “Questões de estilística no ensino da língua¹⁷” (BAKHTIN, 2013 [1944-1945]), que apresenta uma “nova” faceta de Bakhtin, a faceta de professor.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. M. (1924). O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária. In: *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Trad. Aurora Fornoni Bernardini et al. 3. ed. São Paulo: Unesp; Hucitec, 1993.
- _____. ([1944-1945]). *Questões de estilística no ensino da língua*. Trad. Sheila Vieira Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Ed. 34, 2013.
- _____. ([1952-1953]). Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BEZERRA, P. (2010). Prefácio: Uma obra à prova do tempo. In: BAKHTIN, M. M. (1929/1963). *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução Paulo Bezerra. 5. ed. (2. tiragem). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. p. v-xxii.
- BRAIT, B.; PISTORI, H. L. C. A produtividade do conceito de gênero em Bakhtin e seu círculo. *Alfa: Revista de Linguística* (Online), v. 2, n. 56, p. 371-401, 2012.
- BRITO, L. A. N. *Discurso, leitura e produção textual: uma análise discursiva da escrita de pré- universitários*. 2011. 199 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- COMVEST. (1999). *Manual do Candidato 99*. Coordenadoria Executiva dos Vestibulares da Unicamp. [Campinas]: [s.n.].
- _____. (2000). *Redações do Vestibular Unicamp 2000*. Pró-Reitoria de Graduação, Comissão Permanente para os vestibulares, Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários. Campinas: Editora da Unicamp.
- CORRÊA, M. L. G. Encontros entre prática de pesquisa e ensino: oralidade e letramento no ensino da escrita. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 28, n. 2, p. 625-648, jul./dez. 2010.
- GINZBURG, C. (1986). Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos Emblemas Sinais: Morfologia e História*. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p.143-179.
- GOMES-SANTOS, S. N. *O gesto de recontar histórias: gêneros discursivos e produção escolar da escrita*. 1999. 216f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

¹⁷ Abreviação para o título em russo *Questões de estilística nas aulas de língua russa no ensino médio*.

- GRILLO, S. V. C. Épistémologie et genres du discours dans le cercle de Bakhtine. *Linx*, Nanterre, v. 56, p. 19-38, 2007.
- KRISTEVA, J. (1967). A palavra, o diálogo e o romance. In: _____. (1969). *Introdução à semiótica*. Trad. Lúcia Helena França Ferraz. 3. ed. revista e aumentada. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- MACIEL, L. V. C. *Gênero e estilo nas melhores redações do vestibular Unicamp*. 2008. 185 p. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- _____. Além de “Os gêneros do discurso”. *Caderno de Estudos Linguísticos*, v. 1, n. 53, p. 27-38, 2011.
- _____. *Relações dialógicas em narrativas*. 2014. 360p. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- MARCUSCHI, L. A. (2002). Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: BEZERRA, M. A.; DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R. (Orgs.) *Gêneros textuais e ensino*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 20-39.
- MEDVEDEV, P. N./BAKHTIN, M. M. (1928). *El método formal en los estudios literarios*: Introducción crítica a una poética sociológica. Trad. Tatiana Bubnova. Madrid: Alianza Editorial, 1994.
- SCHNAIDERMAN, B. (1997). Bakhtin 40 graus (Uma experiência brasileira). In: BRAIT, B. (Org.) *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. 2. ed. ver. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2005.
- VAUTHIER, B. Préface. In: VAUTHIER, B. (Org.). *Slavica Occitania Numéro 25 – Mikhaïl Bakhtine, Valentin Volochinov et Pavel Medvedev dans les contextes européen et russe*. Toulouse, p. 9-43, 2007.
- VOLOŠINOV, V. N. (1929). *Marxism and the Philosophy of Language*. Trad. Ladislav Matejka e I. R. Titunik. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

Recebido em: 18/02/15. Aprovado em: 18/07/15.

Title: *Constitutive elements of utterance in its dialogic relationships: an example of analysis*

Author: *Lucas Vinício de Carvalho Maciel*

Abstract: *From proposals of the Bakhtin Circle, we discuss how the dialogical links can appear in a real utterance. For this purpose, we analyzed a narrative composition written during the first phase of Unicamp (State University of Campinas) entrance exam in 2000. This text is an adequate example to investigate the dialogical links because at this context, the candidate needs to dialogue with the instructions of the test and with a collection of texts that underlies the writing proposal of the essay. The analysis proposed shows how the dialogic relationships, which are constitutive of discourse genre, are manifested in the thematic content, in the compositional construction and in the style of the utterance.*

Keywords: *Dialogic relationships. Narration. Unicamp entrance exam.*

Título: *Los elementos constitutivos del enunciado en sus relaciones dialógicas: un ejemplo de análisis*

Autor: *Lucas Vinício de Carvalho Maciel*

Resumen: *Desde propuestas del Círculo de Bajtín, discutimos cómo los enlaces dialógicos pueden se presentar en un enunciado real. Para este fin analizamos una prueba de escritura narrativa compuesta durante la realización de la primera fase de la prueba de acceso a Unicamp 2000. El texto es un buen ejemplo para investigar los enlaces dialógicos, pues el pretendiente precisa dialogar con las instrucciones de la prueba y con una colección de textos que basa la propuesta de escritura. El análisis propuesta muestra cómo las relaciones dialógicas constitutivas del género discursivo se manifiestan en el contenido temático, en la construcción de la composición y en el estilo de ese enunciado.*

Palabras-clave: *Relaciones dialógicas. Narración. Prueba de acceso Unicamp.*

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-150204-1115>

HUMOR, HUMORISTAS E PROBLEMAS DE TOPIA DISCURSIVA

Rony Petterson Gomes do Vale*

Universidade Federal de Viçosa

Centro de Ciências Humanas e Artes

Departamento de Letras

Viçosa, MG, Brasil

Resumo: Partindo do conceito de campo discursivo e da história do humorismo, traçamos, em linhas gerais, o caminho do humor das entrelinhas da literatura para sua institucionalização enquanto campo do humor. Procuramos evidenciar, primeiramente, como o humor passa de característica estilística de alguns escritores e poetas para certa regulamentação da profissão de humorista junto aos campos do jornalismo e da publicidade. Em um segundo momento, verificamos que o conceito de *VRBANITAS*, que regulamenta os usos do riso no discurso, pode ser percebido a partir das disputas de posicionamento entre os sujeitos dentro do campo do humor, que se diferenciam de acordo com a concepção adotada sobre o que é fazer humor e fazer rir, e com os modos de adaptação às constantes mudanças sociais, às novas formas de mídias e ao movimento politicamente correto.

Palavras-chave: Humorismo brasileiro. Campos discursivos. Análise do Discurso. Método confuso. Politicamente correto.

1 INTRODUÇÃO

Se partirmos da ideia de que “todo discurso se constrói na intersecção entre um campo de ação, lugar de trocas simbólicas organizado segundo relações de força [...], e um campo de enunciação, lugar dos mecanismos de encenação da linguagem” (CHARAUDEAU, 2006b, p. 52 – grifos nossos), podemos, então, assumir que o conceito de *topia discursiva* não somente diz respeito a “um espaço do que é dizível em uma sociedade” (MAINGUENEAU, 2010, p. 170), mas também a um espaço do que é dizível dentro de um dado *campo de discurso*. Isto é, embora o sujeito do discurso possua certa margem de manobra (as estratégias discursivas) dentro dos mais diversos contratos de comunicação, ainda assim seu discurso é regulamentado por certas pressões do campo discursivo ao qual ele, o sujeito, está, de certo modo, subordinado.

Como ensina Possenti (2010), um *campo discursivo* estabelece certas regras que, por isso mesmo, podem ser consideradas como constitutivas do próprio campo, diferenciando-o de outros dentro de uma dada sociedade. Com efeito, essas regras regulamentam, além da circulação e da edição dos textos, a própria produção discursiva, estabelecendo, por vezes, certos formatos genéricos e textuais. Todavia, ainda que esses procedimentos apontem para uma relativa homogeneidade, os campos discursivos são

* Professor Adjunto I. Doutor em Linguística do Texto e do Discurso. Área: Análise do Discurso. E-mail: ronyvale@ufv.br.

internamente heterogêneos, ou seja, são lugar de um “jogo” de equilíbrio instável “no interior do qual interagem diferentes ‘posicionamentos’, fontes de enunciados que devem assumir os embates impostos pela natureza do campo, definindo e legitimando seu próprio lugar de enunciação” (MAINGUENEAU, 2010, p. 50).

Assim sendo, podemos supor que um *campo do humor* parece estabelecer, como propriedade constitutiva, um lugar de posicionamentos fortemente marcado por uma permanente instabilidade. Isso porque, embora o campo do humor apresente, no decorrer da história, uma tendência a se configurar, de modo semelhante ao campo literário, “de formas específicas no que diz respeito à edição, à circulação, à escolarização, à crítica, à demanda por leitores, à consagração do autor” (POSSENTI, 2010, p. 173), o discurso humorístico (doravante, DH) necessita, devido a suas propriedades *mimotópicas* ligadas à *imitação* de gêneros e de textos, que o próprio *sujeito-humorista* procure romper a todo momento as regras (também instáveis) do campo, fazendo com que esse último se mantenha, desse maneira, permanentemente instável.

Desse modo, nas seções que se seguem, procuramos discutir essa instabilidade do lugar ou topia do humorista em relação a certos campos discursivos (literário, jornalístico, publicitário... humorístico), buscando, com isso, verificar como o humor, saindo das soleiras da literatura, fez surgir, a partir das inovações tecnológicas dos séculos XX e XXI, certos “profissionais do riso” (humoristas, comediantes, “risistas” etc.) que procuram delimitar o próprio espaço dentro do campo discursivo do humor, colocando em debate o que é ser um *humorista*.

2 HUMOR NAS ENTRELINHAS DA LITERATURA

Como se sabe, vários foram os motivos que teriam proporcionado o surgimento do humorista na Europa e, em especial, na Inglaterra do século XVIII¹. Entre esses

¹ Entre esses fatores podemos citar, por exemplo: i) uma forte reação da *intelligentsia* europeia contra o burlesco vulgar (baixo, subversivo e grosseiro, ligado à dimensão corporal) que atingia a linguagem por meio de termos chulos, populares e coloquiais (SKINNER, 2002), sendo proposta, juntamente com um refinamento de costumes, uma purificação da linguagem (da elite, por certo), tomada, agora, como uma barreira social que deve evitar a “infiltração da ralé na melhor sociedade” (MINOIS, 2003, p. 409); ii) o surgimento, no final do século XVII e no início do século XVIII, de reflexões e de “elaboradas teorias” a respeito do humor enquanto característica psicossocial do homem, baseada, ao mesmo tempo, no riso, na melancolia, no pessimismo e no distanciamento; porém, em muito diferente da troça, da idiotice e da zombaria, tomando o humor, a partir de então, ares de categoria estética e psicológica, a ser observada (e analisada) no estilo de pensadores, escritores e poetas (ESCARPIT, 1972, p. 8-9); iii) uma significativa especialização da imprensa, proporcionada por sensíveis avanços na forma de impressão de material escrito (litografia) e de imagens (litogravura), institucionalizando-se, desse modo, como meio de comunicação de massa e, com base numa relativa liberdade, assumindo o riso (e nas suas formas reduzidas), a caricatura e a charge como fortes aliados nas questões gerais de atratividade dos periódicos (o humor como meio de sedução) (SANTOS, 2012, p. 43), de denúncia das mazelas sociais e de crítica aos sistemas estabelecidos; e iv) o advento do Romantismo que pregava uma reação aos preceitos da retórica e às leis externas da tradicional educação literária desenvolvidas a partir do Classicismo (PIRANDELLO, 1996, p. 52), dando, assim, livre curso ao sentimento, ao poeta que podia, agora, utilizar, espontaneamente, a sua inclinação para o humor e para o riso, sem passar pelo critério da imitação estabelecido pelos modelos retóricos.

motivos, merecem destaque os avanços tecnológicos pelos quais passou a imprensa. Esses avanços, como já comentamos, fizeram com que o texto impresso se tornasse mais comum, passando de objeto de luxo (no caso do livro) a meio de comunicação de massa em forma de panfletos, folhetins e almanaques. Segue que o aumento de tiragens, assim como a maior presença de imagens (litografia/litogravura), fizeram com que outros campos discursivos abrissem concorrência com o campo literário. Assim, os campos midiático e publicitário passam a conviver com a grande literatura, buscando progressivamente uma especialização de cada setor.

Em meio a esses campos discursivos, o humorista começa a desenvolver sua “arte” e, como sugere Pirandello (1996), se iniciam, também, as discussões em torno do sentido do que é *ser humorista*. Mennucci (1923), por exemplo, nos diz que o humorista é aquele escritor que carrega como marca de estilo a busca pelo desnivelamento dos assuntos de que trata. Com efeito, diferentemente do literato que

evita assumptos rasteiros e procura elevar mesmo aquellos de que accidentalmente cuida, alteando o tom da prosa [...]. O humorista está sempre em oposição ao assumpto. Quando são altos, foge aos ouropéis do estylo, rebaixa-os, tratando-os com maneiras por assim dizer corriqueiras [...]. Quando, ao contrário, eleva o tom da voz, é em assumpto banal. Tornar épicas as banalidades e banalizar os heroísmos, eis o grande processo dos humoristas. (MENNUCCI, 1923, p. 41)

No Brasil, no final do século XIX e início do XX, essa diferenciação entre literatos e humoristas também afetou drasticamente o campo literário, onde, aparentemente, “a preocupação de todo escritor era parecer ser grave e severo. O riso era proibido” (MACHADO, 1940 *apud* GARCIA, 2010 p. 127). Nesse contexto, coube à imprensa e à publicidade absorver os escritores e os poetas que fugiam à regra. No entanto, os humoristas começam a travar uma batalha pelo reconhecimento e pela aceitação do público. Reconhecimento e aceitação que, até aquele momento, se restringiam somente aos literatos.

Um caso interessante é o de Mendes Fradique. Sua produção humorística, de acordo com Lustosa (2004, p. 17), atingiu grande sucesso comercial, a citar a sua *História do Brasil pelo método confuso* (HBMC) que teve sete edições durante a década de 1920, sendo considerada “até hoje o livro brasileiro mais completo em recursos humorísticos que se conhece”. Rompendo com a historiografia tradicional, a HBMC assume características estruturais e temáticas bastante próximas das tendências² *modernistas* presentes em outras obras do mesmo período, como, por exemplo: a *Poesia Pau-Brasil* de Oswald de Andrade; o *Macunaíma* de Mário de Andrade; e a *História do Brasil*³ de Murilo Mendes. Apesar disso, como ressalva Lustosa, Fradique,

² Essas tendências, como assegura Candido, tinham como característica comum a presença de “mais *humour*, mais ousadia formal, elaboração mais autêntica do folclore e dos dados etnográficos, irreverência mais consequente, produzindo uma crítica mais profunda.” (CANDIDO, 2006, p. 129)

³ De acordo com Saliba (2002, p. 130), esse livro, único de caráter cômico da obra de Murilo Mendes, foi renegado pelo próprio autor, uma vez que não seguia o teor geral de sua obra. Como afirma Bosi (2012, p. 468-478), Murilo mostra em sua obra uma mudança de engajamento. No período inicial de produção literária, teria assumido um posicionamento mais *político*, no qual seus poemas, anteriores a 1934 (ano de

diferentemente dos escritores citados, foi esquecido pela posteridade, restringindo-se à referências escassas sobre sua arte do desenho (caricaturas) e sua contribuição em periódicos humorísticos como a *Revista Quixote* (1917) e o jornal *O Macaco* (1939).

É importante notar que o próprio Fradique parecia antever esse “esquecimento” como uma espécie de condenação por cometer livros humorísticos (FRADIQUE, 2004, p. 253). No capítulo 41 da sua *HBMC* intitulado “Remorsos”, o autor simula ter sido obrigado pelos editores a ler as provas de seu livro. Essa leitura, que Fradique considera quase um suplício chinês, faz com que o autor entre num estado de aparente loucura, ao que se segue um transe parecido com os delírios de Brás Cubas. Em meio a fantasmas, aparentemente as personalidade históricas que Fradique satirizou, surge Dante Alighiere, convidando-o a um passeio até o “inferno”... Niterói. Ao chegar na ilha, Fradique se depara com um prédio em cujo portal de entrada lia-se: Hospício Nacional dos Alienados. Depois de uma visita às dependência desse “inferno”, Fradique pede a Dante que lhe mostre o “paraíso”. Pedido a que Dante consente, mas adverte a Fradique: “Olha Mendes lá está o Paraíso. Contenta-te em lobrigá-lo à distância, que aquilo não é para o bico de escritor mambembe.” (FRADIQUE, 2004, p. 256).

Ao que tudo indica, com “mambembe”, Dante categorizava toda uma espécie de escritor/poeta que se envereda pela mediocridade e pela arte do cômico e do riso. Tanto é assim que Fradique (1925 *apud* SALIBA, 2002, p. 134) afirma que nenhuma linha do que escrevia escapava ao título de “piada” e ao *methodo confuso*⁴, ou seja, a *máscara humorística* o acompanha mesmo em seus escritos sem intenção cômica/humorística. Sobre essa “máscara”, Saliba (2002) salienta que:

O humorista não era reconhecido socialmente, e eles próprios [os humoristas] tinham dificuldade em reconhecer-se como humoristas. O mais notável é que quando designados publicamente como humoristas, o rótulo colava-se a eles como a máscara do palhaço e não havia meio de tirá-la. (SALIBA, 2002. p. 133-134).

Muito embora, nesse mesmo contexto, a “anedota” gerasse um certo sucesso perante o público, ela não apresentava valor estético nenhum, não trazia *status* de literato para o escritor “mambembe”. Assim, não é de se espantar que alguns humoristas dessa época, como, por exemplo, Bastos Tigre e Emílio de Meneses, procurassem escrever poesia *séria* no formato parnasiano. Além disso, numa tentativa de se esquivar dessa máscara humorística, o uso de pseudônimos passa a ser uma estratégia discursiva

sua conversão ao catolicismo), “fazem o giro piadístico de um Brasil morno e provinciano e ecoam a maneira inicial de Oswald e Mário de Andrade” – data dessa mesma época a publicação da sua *História do Brasil*. Num segundo tempo, ainda de acordo com Bosi, o autor passaria a um posicionamento mais *religioso* ou, esteticamente falando, a um posicionamento de “crente surrealista”, no qual sua obra tende para uma linguagem religiosa, focada na busca fervorosa pelo paraíso cristão.

⁴ O *Método Confuso* tem suas origens na publicação póstuma da obra do escritor Luís Delfino, feita por seu filho, Thomaz Delfino. Segundo Busatto (1984, p. 274), o fato de essa publicação ter se dado de modo disperso, em vários volumes, e sem uma ordem ou um critério, impossibilitou o acompanhamento da evolução estética da obra de Luís Delfino. Para Lustosa (1993, p. 111-112), esse método é a grande característica do estilo de Mendes Fradique que, invadindo “o espaço editorial através de informações falsas ou de deslocamentos de fatos, datas, personagens, biografias, notas de rodapé, prefácios etc.”, faz refletir, crítica, satírica e humoristicamente, sobre os mais diversos temas na sociedade brasileira.

não somente dos humoristas⁵, mas também dos literatos que, a exemplo de Olavo Bilac, Guilherme Passos, Martins Fontes entre outros, por vezes, escreviam quadras humorísticas e slogans, digamos, bem-humorados para a publicidade da época. Nesse caso, Lustosa (1993, p. 69) sugere que a *irreverência*, marca do humorista, dificilmente poderia caber “na atitude sublime do poeta, no seu arrebatamento rumo ao etéreo e outras formas de que se fazia até então”, uma vez que essa irreverência “era uma moeda social, sem dúvida, pois dava prestígio e poder, mas não era reconhecida como expressão de arte, [de] valor estético em si. Fazia-se apenas consumo interno. Seu papel era divertir e deleitar a sociedade”. Ou seja, a linguagem do humor, marcada pela irreverência e pela linguagem do cotidiano, não tinha lugar na grande literatura.

Mesmo assim, como ressalta Saliba (2002, p. 142-144), os humoristas continuavam na busca pelo reconhecimento da instituição que, nessa época, representava a referência da *intelligentsia* brasileira: a Academia Brasileira de Letras (ABL). O “escritor mambembe”, podemos dizer, ao mesmo tempo que ironiza a ABL, atacando seus membros⁶, quer “partilhar daquele grupo de homens cultos, mas percebe que paira sobre seu nome, como uma sombra, a pecha de ‘humorista’”. Assim, com lemas como “A Troça por princípio, a Pilhéria por base, o Riso por fim.” (TIGRE, 1905 *apud* SALIBA, 2002, p. 136), dificilmente os humoristas seriam eleitos para uma cadeira na ABL, cabendo a eles, “espremidos entre o teatro ligeiro e o jornalismo de ocasião, num precário equilíbrio para agradar, a todo custo, o público das revistas ilustradas” habitar somente “a zona suburbana’ das letras brasileiras” (SALIBA, 2002, p. 133). Pensemos: a ABL, motivo de admiração e de ódio dos humoristas, seria, então, o “paraíso” que Dante mostrara a Fradique?

3 EM DEFESA DA PROFISSÃO: HUMORISTAS VERSUS RISISTAS

Os avanços tecnológicos do século XX não tardaram a modificar a condição de profissional do riso na sociedade brasileira. A popularização do cinema, a disseminação do rádio e, em meados do século, a criação da TV prepararam o terreno para que os profissionais do riso se concentrassem na defesa do humor como um produto de consumo que movimenta dinheiro e gera empregos. Com isso, o campo discursivo do humor começa a se organizar e, podemos dizer, as questões éticas em torno do riso, fundamentadas na *VRBANITAS*⁷, passam a ser um critério de diferenciação dos

⁵ São exemplos de humoristas que se utilizaram desse recurso nesse período: José Madeira de Freitas (Mendes Fradique); Bastos Tigre (D. Xiquote); Aparício Torelly (Barão de Itararé); Alexandre Marcondes Machado (Juó Bananêre), para citar os principais.

⁶ Podemos citar, por exemplo, Masucci (1958, p. 12-13) que, com uma ponta de desdém, assim se refere à ABL e a seus membros: “ACADÊMICO – Escritor pôsto em quarentena.”

⁷ Conceito retórico que, remontando a Cícero e Quintiliano, prescreve, entre outras coisas, as vantagens e as desvantagens do uso do riso pelo orador. Entre as vantagens, podemos citar, por exemplo, a amenização das situações de tensão no fórum e na assembleia e a desarticulação das estratégias discursivas do adversário. Já entre as desvantagens, os latinos são categóricos: não se deve utilizar o riso (i) contra aqueles que são amados nem contra aqueles acometidos por doença ou por qualquer outro infortúnio, ou seja, utiliza-se o riso somente contra os vícios, mas não contra as torpezas graves, o que pode levar o auditório à comiseração e não ao riso; não se deve fazer (ii) uso de obscenidades ou de

profissionais do riso dentro desse campo. Nesse ínterim, são esclarecedoras as palavras do humorista Ziraldo para quem:

O Humor é uma atividade econômica. Primeiro a Imprensa e depois todo o desenvolvimento dos meios de comunicação trouxe o humor das entrelinhas das obras literárias e das insinuações dos quadros dos grandes mestres – Miguel Ângelo fez *Humor* e Ironia na Capela Sistina – para o primeiro plano nas páginas dos jornais e periódicos e depois para o som do rádio e a imagem da televisão. A comunicação massificada necessitou do *Humor* para preencher suas novas formas de mensagens – a Propaganda também entrou na dança – e eis que eu tenho uma profissão, ainda não regulamentada pelo Ministério do Trabalho. Sou humorista. (PINTO, 1970, p. 27)

Desse modo, o humorista deixa de ser um escritor com certo espírito literário específico (satírico, cômico, espirituoso, irônico *et similia*) para se tornar uma profissão, com todos os problemas que isso pode acarretar como, por exemplo, a regulamentação do Ministério do Trabalho, o registro na carteira de trabalho, os acertos salariais etc. Nesse último ponto, Ziraldo é categórico: “com humorismo ninguém poderá sobreviver ou ganhar dinheiro, só se é pago para *fazer rir*” (PINTO, 1970, p. 36 – grifos nossos). Isso porque Ziraldo entende que o humor está ligado à defesa de uma “verdade”, uma tese sobre o mundo, que desmonta as coisas para que outrem as veja mais claramente: “Tôda a vez que você ouvir uma história, parar e pensar assim: ‘Ué, gente. Não é que é isso mesmo!?’ pode estar certo de que é a *revelação* que o humor contém que te faz exclamar assim. O Humor tem sempre uma *verdade* dentro” (PINTO, 1970, p. 29-30 – grifos do autor).

Como podemos perceber, Ziraldo apresenta uma visão quase “romântica” que alia humor e “verdade” e, de certa forma, distancia o riso do humorismo. Essa é a base da sua diferenciação entre aquele sujeito do riso que é mestre na arte de fazer rir, que ganha dinheiro para fazer rir e cujo objeto de trabalho é especificamente fazer rir, daquele outro sujeito do riso que não somente faz rir, mas que faz algo mais como pensar, refletir, admirar o que está encoberto, isto é, faz ver coisas que, somente com o humor, seríamos capazes de evidenciar. Com efeito, para Ziraldo, “um cara que escorrega numa casca de banana e cai é cômico. A êste que pretende criar o riso – continuará sendo naturalmente um humorista – chamaremos risistas [...]. Depois vêm os outros, tudo humorista” (PINTO, 1970, p. 35).

Da dicotoma *humoristas vs. risistas* proposta por Ziraldo, podemos inferir, também, um embate entre diferentes gerações de humoristas que gira em torno de um restabelecimento da essência do que seja o humor, o humorismo, a comédia, enfim, o *fazer rir*. Esse conflito entre diferentes *posicionamentos* é, como sugere Maingueneau (1999, p. 50), uma tentativa de retorno às “ideias primeiras” como, por exemplo, o Belo,

qualquer recurso que aproxime o orador do *mimvs* ou do bufão; e, por fim, (iii) não se deve utilizar dos *GENERA RIDICVLORVM* (“gêneros de ditos ridículos”) quando esses beirarem ao ultraje, pois o riso custa caro e sua cota é a honra. Enquanto categoria descritiva na AD, a *VRBANITAS* tem o potencial de desvelar a adequação tanto do sujeito (representado pelo seu *ethos prèvio e discursivo*) quanto do seu discurso às coerções sociais e sociodiscursivas previstas no contrato de comunicação do DH, o que faz da *VRBANITAS* uma categoria propriamente discursiva, pois, assim definida, “não se deixa reduzir a uma grade estritamente linguística, nem a uma grade de ordem sociológica ou psicossociológica” (MAINGUENEAU, 1999, p. 47 – tradução nossa). Mais detalhes sobre essa categoria, veja: Vale (2011).

a Verdade, a Literatura, a Política, o Divino etc., que alguns posicionamentos dentro de um mesmo campo discursivo teriam desfigurado, esquecido ou subvertido. Nesse sentido, para Ziraldo, por exemplo, todo humorista pode vir a se tornar um risista, mas o contrário nem sempre é possível de acontecer, o que, de certo modo, afastaria Ziraldo e sua geração de todo um grupo de humoristas e de comediantes que se estabeleceram nas “zonas suburbanas” da literatura, nos tempos áureos do rádio e nos primórdios da TV.

Essa diferenciação, como vimos, se deve, principalmente, às inovações tecnológicas que geraram outras formas de *mídiun* e de finalidades aferidas ao humor nos meados do século XX. A questão que se coloca é que essas inovações não se estagnaram e, no final do século XX e início do XXI, acabaram por possibilitar o surgimento de novas formas de *mídiun* (como, por exemplo, as TVs “fechadas”, ou por assinatura, e, principalmente, a internet com a disseminação de vídeos caseiros com *sketches* humorísticos, de animações satíricas e de montagens cômicas em sites como, por exemplo, o *Facebook* e o *Youtube*) que viriam a gerar uma *nova geração* de humoristas que, nos dizeres de Veríssimo, “se livra da velha tradição do circo, do teatro de revista e da caricatura grotesca, como ainda se vê no *Zorra Total*. Independentemente, claro, dos gênios do velho estilo, como Chico Anysio” (VERISSIMO, 2013, p. 40). Na visão de Porchat⁸ (*apud* MARTINHO, 2013, p. 65), a nova geração do humor brasileiro se adaptou a certas condições de recepção desenvolvidas na atualidade. Para esse humorista, o humor de hoje não é muito diferente do humor do passado, mas o “ritmo das pessoas” em relação ao humor mudou; logo, como atualmente estamos mais acelerados, é certo que o humor também deve seguir outro *timing*.

Por outro lado, Madureira⁹ (*apud* MARTINHO, 2013, p. 63) admite que esse “novo humor” é consequência de uma crise de criatividade humorística, resultante de uma nova forma de *censura branca* fundamentada no *politicamente correto*¹⁰. Tal

⁸ Fábio Porchat é humorista e um dos roteiristas do programa *Zorra Total* da Rede Globo de TV, além de participar da produção dos *sketches* humorísticos do canal *Porta do Fundos* do *Youtube*.

⁹ Marcelo Madureira é humorista, um dos principais integrantes do grupo *Casseta & Planeta*.

¹⁰ Segundo Pondé (2012, p. 29-31), o movimento *politicamente correto* pode ser definido como “uma mistura de covardia, informação falsa e preocupação com a imagem”. Ainda de acordo com autor, esse movimento tem sua origem num “ramo” do pensamento de esquerda americano que, a partir dos fins dos anos de 1960, assume uma espécie de programa político de defesa das minorias (negros, na década de 1960; gays, a partir da década de 1980), procurando desenvolver um “mal-estar” com relação ao “mau” tratamento dado a esses grupos na vida social comum. Assim, tal programa muda o foco da ação da esquerda da revolução pelo proletariado para uma acomodação do *status quo* desses grupos minoritários, em ascensão econômica e social, ao capitalismo, gerando, para esse fim, leis e políticas públicas que possibilitem a realização do processo. Atualmente, continua Pondé (2012, p. 31), o *politicamente correto* “se caracteriza por ser um movimento que busca moldar comportamentos, hábitos, gestos e linguagem para gerar a inclusão social desses grupos e, por tabela, combater comportamentos, hábitos, gestos e linguagem que indiquem uma recusa dessa inclusão”. Especificamente em relação ao humor, Aubert (2013, p. 104) adverte que o que está em jogo é o próprio futuro do riso, uma vez que “o problema maior não é a liberdade de reclamar de algo que se considera ofensivo; a coisa complicada é quando o *politicamente correto* vira lei e passa a comprometer a liberdade de expressão. Se esse ímpeto coercitivo não for refreado, ele poderá impedir, no limite, que qualquer cartum seja desenhado, que qualquer livro

censura, ainda segundo Madureira, é responsável pelo estabelecimento de leis e de processos por difamação que, por detrás, não teriam somente objetivos moralistas a favor de minorias, mas também certas finalidades financeiras¹¹: “Essa patrulha do moralismo também tem fins lucrativos. Hoje fundar uma ONG em defesa dos anões caolhos gera dinheiro e é preciso justificar esse dinheiro. Essas representações são muitas vezes questionáveis, veem preconceito em tudo.” (MADUREIRA *apud* MARTINHO, 2013, p. 63)

Somada ao *politicamente correto*, uma hipótese sugere que esse novo tipo de humor e essa nova geração de humoristas são resultados, em maior ou menor medida, da introdução da cultura norte-americana do *stand-up* no cenário humorístico brasileiro, que, de certo modo, proporcionou, na mente desses humoristas, o direito a certos excessos de liberdade discursiva fora do espaço dos palcos, como, por exemplo, a zombaria ofensiva e gratuita, a chularia, a excrementícia etc. Tas¹² (*apud* HAMA, 2013, p. 98), por sua vez, acredita que o humor, por si mesmo, é que fornece tais licenças, pois, quando se joga com o humor, pode-se colocar as pessoas despidas; no entanto, admite: “sou muito mais processado hoje do que no regime militar, e por razões muito mais ridículas”. Gentili¹³ (2012, p. 6) admite que nunca foi censurado na TV, “mas é óbvio que alguns temas são mais fáceis de se trabalhar no teatro”.

Quanto a essas condições de produção impostas pela sociedade aos profissionais do riso, Madureira (*apud* XAVIER, 2011) é mais categórico: “quando você ofende alguém, é porque não houve graça, falhou”. Alvo de inúmeros processos por ofensa, Gentili (*apud* MARTINHO, 2013, p. 63) procura relativizar a questão, fundamentando-se na história do humorismo brasileiro: “todo mundo fala de Chico Anysio e Jô Soares como se eles fossem santos, nesse sentido”. [...] Mas eles faziam piadas sexistas, zoando homossexuais, raças e credos”. De um ponto de vista, digamos, quantitativo, Tabet¹⁴ (2013, p. 20) assume que “o que vai salvar o humor da polêmica é ele ser engraçado, ser bom. Se for ofensivo, pode até ter alguém que ria, mas muita gente não vai rir. E o que a gente busca é isto: quanto mais gente rindo melhor”.

Como podemos depreender do exposto até aqui, os posicionamentos e as discussões *sobre o que é e como se faz* humor alternam de acordo com as condições de produção do discurso humorístico (doravante, DH) e, por que não dizer, das condições de mercado criadas por uma sociedade. Assim, no que se segue, procuramos ver como o

seja escrito, qualquer filme seja filmado [...]. O politicamente correto, à solta e legalizado, acabará por impedir, no fim das contas, o riso.”

¹¹ Em relação aos processos do programa CQC, Tas (*apud* HAMA, 2013, p. 100) acredita que a questão não somente gira em torno de objetivos lucrativos, mas também que ela possui motivação política, pois, segundo o humorista, o objetivo de se processar o programa seria evitar que, na campanha eleitoral, perguntas “pontagudas” sejam feitas a determinados candidatos de conduta política e social duvidosa.

¹² Marcelo Tas é ator, humorista, apresentador e diretor do programa humorístico CQC da Rede Bandeirantes de TV.

¹³ Danilo Gentili é humorista *stand-up*, fez parte do programa CQC e, atualmente, divide, com o *Programa do Jô*, o horário nobre dos programas no molde *talk-show* com o seu *Agora é tarde*, pela Rede Bandeirantes de TV.

¹⁴ Antônio Tabet é humorista, blogueiro e criador do site humorístico *Kibe-LoCo*. Atualmente, é um dos responsáveis pelo canal de *sketches Porta dos Fundos*.

DH reflete tais condições e, ao mesmo tempo, como os humoristas, influenciados pela cultura *stand-up* e pelo *politicamente (in)correto*, “jogam” com as coerções sociais e sociodiscursivas estabelecidas, atualmente, na sociedade brasileira.

4 HUMORISTAS E O POLITICAMENTE (IN)CORRETO: DO STAND-UP AO MARKETING PELO MÉTODO CONFUSO

Fruto da escola americana de humor, o *stand-up* é um tipo de espetáculo apresentado por um único humorista (*one man show*) de cara limpa (sem maquiagem) e em pé (por isso, *stand-up*), e, normalmente, realizado em teatros, cinemas, casas noturnas ou bares. Na maioria dos casos, não são utilizados nenhum dos artifícios da arte dramática, como, por exemplo: cenário, figurino, sonoplastia, trilha sonora, personagens, entre outros. No palco, o humorista tem grande liberdade para dizer aquilo que lhe vem à mente, utilizando-se de vários recursos (verbais e miméticos) e de quaisquer temas (política, sexo, excrementícia, religião, casamento etc.), contanto que faça rir. Enquanto gênero, algumas regras são estabelecidas como a não interpretação de personagens e, principalmente, a não utilização de piadas ou de “causos” já conhecidos, pois, como afirma Gonzaga¹⁵, “a força está no texto. Muitas vezes, o público aplaude mais uma observação inteligente, com que ele se identifica, do que o engraçado” (*apud* MENDONÇA, 2007). No entanto, essas regras, como ridiculariza Marrom¹⁶, nem sempre são obedecidas e, por vezes, também servem de motivo de piada:

Falá pra vocês o que é o *stand-up*: o *stand-up* é isso aqui... a pessoa chega aqui e fala o que tiver na cabeça dela, importante que seja engraçado... que arranque risada, não é isso? Isso é o *stand-up*. Mas tem algumas regras. Sabe que não pode ter um cenário [...], por exemplo, se eu colocar um peruca, deixa de ser *stand-up* e passa a ser personagem. Isso é uma pequena aula que eu tô dando pra vocês, viu... Quiser botar um jaleco branco, por exemplo, e quiser fazê um médico alemão... não! alemão, não... médico. Ah... não pode, sabia? E uma das coisas que é abominável no meio *stand-up* é contar uma piada que já existe. Isso mata qualquer um que é do meio *stand-up*, mata de raiva, não pode! É regra. Mas, como diz no ditado, que “quando não caga na entrada, caga na saída”... eheheh... Eu vou sair com uma piada que já existe. E que se foda o *stand-up*!.. E suas regras.¹⁷

Autoderrisão, uso de termos chulos, quebra das coerções do gênero: tudo é matéria para fazer rir. No *stand-up*, não há a proteção da máscara do palhaço ou da personagem sob a qual o ator cômico poderia se esconder: “não fui eu quem disse aquelas barbaridades; foi a personagem”. O humorista está totalmente exposto: seu *ethos* prévio e discursivo se consubstanciam, e o seu discurso, quando relatado pela

¹⁵ Cláudio Torres Gonzaga é humorista e, na época da matéria, era redator chefe do programa do *Zorra Total* da Rede Globo de TV.

¹⁶ Marcelo Marrom é um humorista *stand-up* cuja principal característica discursiva é a utilização da autoderrisão pelo fato de ser negro. Com isso, Marrom é alvo de inúmeros processos legais por prática preconceituosa contra brasileiros afrodescendentes.

¹⁷ *Comedy Central Apresenta Stand-up* com Marcelo Marrom. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0l4FjRwzFFk>>. Acesso em: 14 mar. 2013.

mídia, por vezes, não é devidamente contextualizado, o que resulta em dificuldades – às vezes, jurídicas – para desqualificar certas acusações de racismo, homofobia, machismo etc. E, como a base do *stand-up* é o texto verbal, a linguagem se volta para uma tendência do humor americano e mundial, ou seja, para o *politicamente incorreto* (OLIVETTO, 2003, p. 33).

Com base em Possenti (1995, p. 125-129), podemos dizer que uma linguagem politicamente incorreta é perceptível a partir de formas linguísticas que veiculam, com maior ênfase, ideias de segregação de classe, de raça, de sexo etc. Nessa linha de raciocínio, a utilização dessa linguagem pode acarretar, entre outras coisas: i) tornar o vocabulário de determinada língua marcado em relação a qualquer grupo discriminado (por exemplo, negro, gay, sapatão, gordo, bicha etc.); e ii) fazer com que os sujeitos produtores de práticas discursivas que utilizam, consciente ou inconscientemente, essa linguagem sejam julgados como preconceituosos (machistas, homofóbicos, racistas...) a partir dos efeitos de sentidos que possam ser depreendidos na/pela enunciação de tal vocabulário.

Numa tentativa de reverter essa situação, os partidários de uma linguagem *politicamente correta*, conforme explica Possenti (1995, p. 131; 138), acabam caindo, do ponto de vista linguístico, em erros banais, como, *verba gratia*, propor a substituição do termo marcado por outro – teoricamente, não marcado –, pois se “considera que a troca de palavras marcadas por palavras não marcadas ideologicamente pode produzir a diminuição dos preconceitos”; entretanto, se o preconceito existe, é somente porque a sociedade gera condições para que o preconceito e os discursos que o justificam aconteçam. A reboque dessa substituição, se segue, muitas vezes, a inexistência na língua de um termo sinônimo, criando, como sugere Possenti (1995, p. 139), “eufemismos de certa forma cômicos, ou verdadeiras definições”, como, por exemplo, “indivíduo casado com atividade sexual paralela” e “prestadora de serviços sexuais” em vez de *adúltero e de prostituta*, respectivamente. Ou seja, o politicamente correto se torna politicamente incorreto dependendo da visada impressa no enunciado pelo sujeito:

Oh, desculpa! Eu não sei fazê esse negócio de *stand-up*... Tô meio nervoso, não tô acostumado a falá no microfone; na verdade, tô aqui só para cumprir a cota de negro no elenco... Queria fazê um protesto: que é muito difícil ser negro no Brasil, é muito difícil ser negro nesse País; tem país que mais fácil você ser negro... Tipo, sei lá: Nigéria, Angola... Uh, hu! Lá só dá *nóis*! Mas aqui é muito preconceito contra o negro. Negro, não! Que agora mudou, vocês tão sabendo? Agora, não pode mais chamar o coleguinha de negro, de preto; agora vocês são obrigados a me chamar de? [“*Afrodescendente!*” – responde a plateia] É... agora sim... é um puta respeito comigo, cara. Eu passo na rua e as pessoas falam: “*Afrodescendente, só faz merda hein!*”¹⁸

No caso do DH, para além do uso restrito de um vocabulário, a cultura do *stand-up*, com toda sua liberdade discursiva, e a *linguagem politicamente incorreta*, confusamente cerceada pelo *politicamente correto*, influenciam a própria estrutura dos gêneros do humor e a posição do humorista e dos demais sujeitos do riso dentro da

¹⁸ *Comedy Central Apresenta Stand-up* com Marcelo Marrom. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0l4FjRwzFFk>>. Acesso em: 14 mar. 2013.

sociedade. Isso porque, numa sociedade midiaticizada como a nossa, mesmo os humoristas acreditando que estão “protegidos” pela condição de espetáculo do *stand-up* restrito ao teatro, ao cinema, às casas noturnas... seus enunciados politicamente incorretos acabam, por vezes, “vazando” para a mídia aberta (TV, rádio, jornais, internet etc.) em forma de *discurso relatado* (direto livre, indireto, indireto livre). Com efeito, o que se pode perceber é que, nessa situação, certos humoristas, de forma mais ou menos premeditada, fazem dessa reutilização de seus enunciados estratégias discursivas. Essas estratégias, além de os manter em evidência no cenário humorístico nacional, fazem deles alvos de interesses comerciais de grandes marcas e corporações nacionais e internacionais. Vejamos.

TAS: — Gente, que bunitinha que tá a Wanessa Camargo, grávida... isso...

RAFINHA BASTOS: — Comer ela e o bebê!

TAS: — Mas... que isso?

RAFINHA BASTOS: — Tô nem aí! Tô nem aí!

TAS: — Aliás, esse bebê vai ser sortudo... Esse bebê vai ser acalentado por vozes...

RAFINHA BASTOS: — Ah, de cantores da família... Mas tá aí um bebê que vai dormir rápido. Os cara chega pra ele e diz assim: “Ou você dorme agora, ou a gente vai cantá... É o Zezé de Camargo... Ó!”¹⁹

O excerto acima é um fragmento do programa humorístico CQC, exibido em horário nobre (22h) na Rede Bandeirantes de TV. Formato importado da Argentina, esse programa é liderado por Marcelo Tas que recruta, no cenário nacional, outros humoristas para compor uma equipe em prol de um humor moderno que a crítica, atualmente, considera como inteligente. Numa bancada, os principais do programa (sempre Tas e mais dois humoristas reconhecidos) comentam e criticam os principais fatos do País e do Mundo, da TV e do entretenimento. No entanto, a edição do dia 29 de setembro de 2011 ficaria conhecida como a última da qual Rafinha Bastos participaria.

Humorista do meio *stand-up*, Rafinha Bastos, antes mesmo do enunciado “comeria ela e o bebê”, já era considerado um dos novos humoristas mais polêmicos e também mais bem sucedidos do Brasil, lotando shows por onde passava. Alvo de processos pelos membros da família Camargo, Rafinha foi obrigado a deixar o programa CQC, uma vez que pessoas influentes intervieram perante a diretoria da Rede Bandeirantes, pedindo sua “cabeça” pelo “caco” de enunciado politicamente incorreto (cf. XAVIER, 2011). Todavia, o que parecia ser o fim para Rafinha, se mostrou o início de uma rentável estratégia (discursiva) para angariar fundos para esse *bobo da corte moderno*.

Poucos meses depois de deixar a Rede Bandeirante, Rafinha assina um contrato milionário com o canal por assinatura FX (filial à americana FOX ENTERTAINMENT GROUP) no qual o humorista transforma em “piada” os próprios problemas com a arte da comédia, principalmente seus processos na justiça e seus desafetos declarados. Para

¹⁹ Fragmento do programa CQC. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=41THTgLWYDc>>. Acesso em: 24 nov. 2012

termos uma ideia de como funciona o programa, o *teaser*²⁰ promocional de *A vida de Rafinha Bastos* se mostra providencial. Nesse *teaser*, são apresentados, dentro de um elevador, uma grávida (sósia da cantora Wanessa Camargo) e o humorista, ambos em silêncio. Quase mortal para a *pseudo* Wanessa, o silêncio cria uma tensão, um mal-estar, enquanto o elevador vai subindo os andares. No nosso modo de ver, a instauração do silêncio no *teaser* é significativo, pois, como assevera Mello (2002, p. 87-88), o *silêncio* “fala tanto ou mais que as palavras, tornando-se uma forma estratégica de expressão e até mesmo uma tática de comportamento deliberado”. Ou seja, além de mostrar o desconforto que o enunciado de Rafinha causou a todas as mulheres grávidas do País, a presença do silêncio no *teaser* ganha função de estratégia discursiva: a ausência de enunciado é uma forma de remissão não somente ao “comeria ela e o bebê”, mas também a toda repercussão gerada com esse enunciado.

Voltando às “artimanhas” de Rafinha (sátiro) Bastos, podemos dizer que elas vão muito mais além. Considerado um dos “twiteiros” mais influentes do Mundo pelo *New York Times* (cf. HONORATO, 2011), Rafinha Bastos faz de seu *Facebook* e do seu *microblog* uma arma contra tudo e contra todos. Por exemplo, diante do caso de um apresentador da Rede Globo de TV pego em uma blitz policial contra o uso de álcool na direção, Rafinha diz:

Luciano, você bebeu antes de dirigir. Fez merda. Mas não se preocupe: Para a maioria do país, comunicador FDP não é aquele coloca a vida dos outros em risco, é aquele que fala o que pensa. Fique tranquilo. No fundo você está pensando: “Só bebi um pouquinho e estava a 20 Km/h”.²¹

Rafinha, entretanto, parece saber da repercussão de qualquer palavra que emite e, rapidamente, no seu *Twitter* pede “desculpas” ao apresentador:

Li e reli o meu post anterior e decidi escrever. Personifiquei a minha ira contra a hipocrisia do planeta na figura do Luciano Huck. Fiquei indignado ao saber que o caso poderia morrer com uma simples “nota para a imprensa”, mas não sou eu o responsável por puni-lo. A princípio, existe Justiça pra isso. Dirigir alcoolizado é um crime grave e este deveria ser o tema do meu *post*. Acabei transformando o caso em um palanque para despejar uma série de ofensas pessoais contra o trabalho do apresentador. Atitude desnecessária. Feia. Eu poderia ter exposto a minha opinião de uma forma muito mais inteligente e eficiente. Não sei se haverá algum processo judicial contra mim. Não é esta a questão. Estou aqui apenas para deixar claro que desta vez sinto que me equivoquei. Errei e por isso peço desculpas. PS1: Se você trabalha em um jornal ou portal e pretende reproduzir este texto, peço que o faça na íntegra (inclusive com os PSs). PS 2: Aproveito a oportunidade para avisar a todos que estou vendendo uma moto 250 cc por apenas R\$ 5.500. Excelente estado. Tratar aqui. PS 3: Votem na Amanda França para a Menina Fantástica e votem para eliminar a Ísis na Fazenda de Verão. Ela só chora e não ajuda no dia-a-dia da casa.²²

²⁰ *A vida de Rafinha Bastos. Teaser* disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BypSDjFEIQs>>. Acesso em: 5 maio 2013.

²¹ Disponível em: <<http://contigo.abril.com.br/noticias/rafinha-bastos-critica-luciano-huck-por-se-recusar-ao-teste-do-bafometro>>. Acesso em: 29 maio 2013.

²² Disponível em: <<http://ego.globo.com/famosos/noticia/2012/12/rafinha-bastos-pede-desculpas-luciano-huck.html>>. Acesso em: 13 mar. 2013

Não entraremos na querela entre Rafinha Bastos e Luciano Huck. O que nos interessa aqui é mostrar que, para além de representar uma pitada de chocarrice no *pseudo* pedido de desculpas, os PSS de Rafinha nos indicam mais uma de suas estratégias: a venda de caracteres do seu *Twitter*. De acordo com Honorato (2011), Rafinha comercializava, até 4 de maio de 2011, um *Twitter* (140 caracteres) patrocinado por, aproximadamente, R\$ 6.400,00, contabilizando, para cerca de 2 milhões de seguidores, o valor de R\$ 0,03 para cada caractere. Ou seja, o bobo mais uma vez mostra que de bobo não tem nada: utiliza a repercussão negativa do seu discurso em prol de um objetivo financeiro. Finalidade, aliás, que indica uma nova característica do DH encontrada por essa nova geração de humoristas.

Como sabemos, os *atos de comunicação humorísticos* podem ser utilizados por outros tipos de discurso enquanto estratégia discursiva (cf. CHARAUDEAU, 2006a), principalmente na literatura e na publicidade. Nesses termos, os *atos de comunicação humorísticos* (doravante, ACHS) atravessam esses discursos e, por vezes, chegam a ser considerados uma característica essencial de alguns gêneros como, por exemplo, nas propagandas. Todavia, com a “sombra” do politicamente correto pairando sobre vários temas, o que está acontecendo com alguns formatos de humor é exatamente o contrário: atos de comunicação de natureza publicitária estão atravessando os gêneros específicos do humor, numa espécie de *marketing* que, pelas similitudes de processo e pela presença da linguagem politicamente incorreta, denominamos, *ad hoc*, de *marketing pelo método confuso*. Expliquemos.

Na publicidade, o ataque direto a marcas concorrentes que produzem e/ou comercializam um mesmo produto no mercado é tido, normalmente, como uma prática discursiva falha e, atualmente, também como um ato politicamente incorreto. Isso porque, tal prática pode, entre outras coisas, funcionar de modo contrário, dando maior visibilidade ao produto da marca concorrente. No caso do *marketing pelo método confuso* (doravante, MMC), o humorista, vendo seu discurso, na maioria das vezes, talhado pelas coerções sociodiscursivas do politicamente correto a favor das minorias, encontra, na “guerra” entre as empresas e suas marcas, espaço para fazer humor e, ao mesmo tempo, para ganhar dinheiro, como, por exemplo, o que acontece em vários *sketches* humorísticos do canal *Portas dos Fundos* do *Youtube* (<https://www.youtube.com/user/portadosfundos>).

Com programas de curta duração (de 2 a 5 minutos), o grupo de humoristas liderado por Antônio Tabet representa situações do dia a dia que acabam declinando ora para um humor inteligente com toques de *nonsense*, ora para um cômico próximo do grotesco sexual. Sucesso na internet, o *Porta dos Fundos* chamou a atenção dos diretores de *marketing* que, em tempos de redes sociais, entenderam que “não adianta tentar abafar críticas ou dar respostas evasivas ao público: as marcas devem entrar no jogo com transparência; melhor ainda se for com bom humor” (cf. TABET, 2013, p. 15). Isso porque, em vários episódios do *Porta dos Fundos*, as empresas que esses diretores representam foram, de algum modo, ridicularizadas pelo MMC, como, por exemplo, no episódio 3. A cena se passa em um restaurante. Um casal está conversado, quando:

RAPAÇ: — Ei, garçom, você me vê uma *Coca*, por favor!

GARÇOM: — Ih! Só tem *Pepsi*, pode ser?

RAPAÇ: — *Neeeeão... não!*²³

Aqui, o que se esperava era uma confirmação do enunciado do garçom com a resposta “Pode!”, ao que se seguiria uma surpresa agradável (do tipo: duas mulheres esperando o rapaz na cama; ou o jogador Ganso, fenômeno da Seleção Brasileira, entrando no time da pelada do bairro do rapaz etc.) e o slogan da marca: “pode ser bom... pode ser muito bom... pode ser *Pepsi!*”. Como se vê, o humor é estabelecido pela negação da publicidade da *Pepsi* que, no mercado brasileiro, não alcança as marcas de vendagem da concorrente.

Em outro episódio intitulado *Na lata*²⁴, a zombaria se volta, ao mesmo tempo, para a promoção da marca *Coca-Cola* que viabilizou, na lata dos refrigerantes, nomes próprios aleatórios como meio de aproximar a marca dos seus consumidores, e para uma marca nacional de refrigerantes de qualidade inferior (conhecidos como “refrigerecos”), mas de grande sucesso entre as classes mais populares devido ao menor preço do produto em comparação com as grandes marcas internacionais. Nesse episódio, uma consumidora com roupas decotadas procura seu nome na lata da *Coca*. Vendo a moça nessa situação, um auxiliar de supermercado oferece ajuda:

AUXILIAR DE SUPERMERCADO: — Opa! Tudo Bem! Quer alguma ajuda, tá procurando alguma coisa, quer alguma ajuda...?

CONSUMIDORA: — sim, tô procurando meu nome na latinha.

AUXILIAR DE SUPERMERCADO: — Ah, legal! Qual é seu nome?

CONSUMIDORA: — É Kelen?

AUXILIAR DE SUPERMERCADO: — Kelen... não... Kelen é ruim. É um nome merda, não tem.

CONSUMIDORA: Como assim?

AUXILIAR DE SUPERMERCADO: — Nome de puta, a *Coca* não faz... Brigitte, Sheila... eu nunca vi.

CONSUMIDORA: — Você tá louco, tá maluco?

AUXILIAR DE SUPERMERCADO: — Ah tá, Kelen é legal? Kelen agora é um “puta” nome? Kelen é um nome bíblico? A mãe é de Cristo, Kelen! Kelen é ruim. Meu nome é Welerson e não é por isso que estou procurando, aqui, meu nome na latinha. Meu nome é bosta e eu tenho consciência disso...

CONSUMIDORA: — Ok, Welerson. Mas eu já achei Kely. Então, se tem Kely, de repente tem meu nome...

AUXILIAR DE SUPERMERCADO: — Kely é um nome; Kelen é a derivação merda desse nome... é ruim. Por duas letras, seu pai te amaldiçoou pra sempre.

CONSUMIDORA: — Tá bom, obrigada, eu vou continuar procurando porque eu sei que eu vou achar.

AUXILIAR DE SUPERMERCADO: — Não, você não vai achar... Se quiser achar, você procura na promoção aqui em baixo, que é a promoção do *Doly*, que é bem semelhante, só que com nome merda: Pamela... ó, tem Tabata... tem nome errado, tem “Cráudio”... tem um que eu gosto muito que é “Grória” (lembrei do nome da minha mãe...). Agora, se você não achar no *Doly*, acho que a promoção da *Sukita... é a tua onda!*

²³ Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=B0M_pRh2hNw>. Acesso em: 24 maio 2013.

²⁴ Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=NZb0XKHgtjo>>. Acesso em: 24 maio 2013.

Diferentemente do episódio 3, *Na lata* mostra que não há partidarismos, como poderia parecer: tanto a *Coca* como o *Doly*, a *Pepsi* e a *Sukita* e, também, seus respectivos consumidores são, todos, “esculhambados”, ridicularizados. No entanto, o que poderia gerar processos legais como o que acontece com os humoristas *stand-up*, no caso do *Porta dos Fundos*, aparece como uma fórmula de *marketing* – confuso – que as empresas e as corporações veem como um novo espaço (humorístico cibernético) para divulgação de suas marcas do qual elas não podem, por isso mesmo, se privar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelas razões aduzidas, somos levados a: i) afirmar que o humor não é somente uma característica estilística ou uma estratégia discursiva à disposição de certos escritores, mas também uma *máscara* capaz de marcar o lugar – e em alguns casos o destino (como, por exemplo, o de Mendes Fradique), dentro de um determinado campo discursivo, daqueles que se aventuram pelo universo do riso e do risível; ii) assumir que o campo do humor, assim como alguns campos discursivos (por exemplo, o literário), é extremamente sensível às mudanças sociais, discursivas e tecnológicas, ou seja, o DH acompanha de perto os outros tipos de discursos, os meios de circulação desses tipos e as ações justificadas por esses discursos (cf. politicamente correto) dentro de uma dada sociedade de modo a poder tirar proveito, a favor do riso, das contradições inerentes a cada um deles; e, por fim mas não menos importante, iii) admitir que o MMC vem ao encontro da nossa ideia de que o DH realmente pode ser considerado um tipo de discurso, nos mesmos moldes do discurso político ou do discurso literário, uma vez que por meio do MMC podemos colocar em evidência que não é o humor que funciona em prol da publicidade, mas que é a publicidade que passa a constituir matéria, substância para o humor enquanto discurso.

REFERÊNCIAS

- AUBERT, A. C. Piada de português? *Trip*, São Paulo, n. 221, maio, p. 104, 2013.
- BOSI, A. *História concisa da literatura brasileira*. 48. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.
- BUSATTO, L. Posfácio: M. F. e sua gramática. In: FRADIQUE, M. *Grammatica portuguesa pelo methodo confuso*: adoptado em todas as escolas primarias, secundarias e terciarias do Brasil e suburbios. 3. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1984, p. 273-274.
- CANDIDO, A. *Literatura e sociedade*. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Ouro Azul, 2006.
- CHARAUDEAU, P. Des catégories pour l'humour. *Questions de Communication: humour et média*. Définitions, genres et cultures. Nancy, n. 10, p. 27-43, 2006a.
- _____. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2006b.
- ESCARPIT, R. *L'humour*. 5. ed. Paris: Presse Universitaires de France, 1972.
- FRADIQUE, M. Desvantagens do methodo confuso. In: *A lógica do absurdo*. Rio de Janeiro: Editora Leite Ribeiro, 1925.
- _____. *História do Brasil pelo método confuso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GARCIA, O. M. *Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar*. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- GENTILI, D. Irreverência. *Jornal Pampulha*: o semanário de Belo Horizonte. Belo Horizonte, n. 1144, 30 jun. 2012.

- HAMA, L. Maluf, o senhor é ladrão? *Trip*. São Paulo, n. 221, maio, p. 96-101, 2013.
- HONORATO, R. Campeões de audiência no twitter vendem de tudo na rede. *Veja São Paulo* (edição on-line). Editora Abril, maio, 2011. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/vida-digital/campeoes-de-audiencia-do-twitter-vendem-de-tudo-na-rede#texto1>>. Acesso em: 28 maio 2013.
- LUSTOSA, I. *Brasil pelo método confuso: humor e boemia em Mendes Fradique*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.
- _____. Introdução à História do Brasil pelo método confuso. In: FRADIQUE, M. *História do Brasil pelo método confuso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 9-25.
- MACHADO, A. A. *Cavaquinho e saxofone (solos)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.
- MAINGUENEAU, L. L'analyse des discours constituants. In: MARI, H. et al. (Org.) *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges-NAD/FALE/UFMG, 1999, p. 45-58.
- _____. *Doze conceitos em análise do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- MARTINHO, T. Tá rindo do quê? *Trip*. São Paulo, n. 221, maio, p. 58-65, 2013.
- MASUCCI, F. *Dicionário humorístico*. 2. ed. São Paulo: Editora Leya, 1958.
- MELLO, R. Análise discursiva do(s) silêncio(s) no texto literário. In: MACHADO, I. L. et al. *Ensaio em análise do discurso*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2002. p.87-123.
- MENDONÇA, M. A stand-up comedy vira sucesso no Brasil. *Época* (on-line), n. 469, jul. 2007. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0;EDG77345-6006;00.html>>. Acesso em: 29 maio 2013.
- MENNUCCI, S. *Humor*. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia. Editores, 1923.
- MINOIS, G. *História do riso e do escárnio*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- OLIVETTO, W. Uma conversa séria sobre humor. Favor não ri. In: FEDRIZZI, A. (Org.) *O humor abre corações. E bolsos*. Rio de Janeiro: Campus, 2003, p. 29-61.
- PINTO, Z. A. Ninguém entende de humor. *Revista de Cultura Vozes*, Rio de Janeiro, n. 3, vol. LXIV, p. 21-37, 1970.
- PIRANDELLO, L. *O humorismo*. São Paulo: Experimento, 1996.
- PONDÉ, L. F. *Guia politicamente incorreto da filosofia*. São Paulo: Leya, 2012.
- POSSENTI, S. A linguagem politicamente correta e a análise do discurso. *Revista Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte, ano 4, v. 2, jul./dez. p. 123-140, 1995. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/1016/1127>>. Acesso em: 24 maio 2013.
- _____. *S. Humor, língua e discurso*. São Paulo: Contexto, 2010.
- SALIBA, E. T. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SANTOS, R. E. Reflexões teóricas sobre o humor e o riso na arte e nas mídias massivas. In: SANTOS, R. E.; ROSSETTI, R. (Org.) *Humor e riso na cultura midiática: variações e permanências*. São Paulo: Paulinas, 2012. p. 17-59.
- SKINNER, Q. *Hobbes e a teoria clássica do riso*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2002.
- SOARES, J. Se não tem graça, piada vira grossura. *Folha de S.Paulo* (edição on-line). São Paulo, out. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2210201111.htm>>. Acesso em: 01 abr. 2012.
- TABET, A. Saída pelos fundos. *Trip*, São Paulo, n. 221, maio 2013.
- TIGRE, B. *Versos perversos: poesias satyricas em comentário aos acontecimentos de 1904*. Rio de Janeiro: Livraria Cruz Coutinho, 1905.
- VALE, R. P. G. Perde a piada; a vrbانيتas, não! – A linguagem do riso na constituição do ethos discursivo. *Entremeios* (On-line), v. 3, 2011.
- VERISSIMO, L. F. Amor nos tempos de comédia. *Trip*, São Paulo, n. 221, p. 40, maio 2013.
- XAVIER, M. Rafinha bastos, o novo rei da baixaria. *Veja São Paulo* (edição on-line), out. 2011. Disponível em: <<http://vejasp.abril.com.br/materia/rafinha-bastos-comediante-acha-engracado>>. Acesso em: 11 jun. 2012.

Recebido em: 12/05/15. Aprovado em: 23/07/15.

Title: *Humor, comedians and discursive topia problems*

Author: *Rony Petterson Gomes do Vale*

Abstract: *Based on the concept of discursive field and History of humor, we seek to outline the way the humor from literature leading to its institutionalization as discursive field of the humor. We seek to show, firstly, how the humor changes from stylistic feature of some writers and poets to some regulation of comedian profession next to the fields journalism and advertising fields. Secondly, we find that the concept of VRBANITAS, which regulates the use of laughter in the discourse, can be seen from the position of disputes between subjects within the discursive field of humor, which differ according to the concept adopted on what do humor and make laugh, and modes of adaptation to the constant social changes, new forms of media and the politically correct movement.*

Keywords: *Brazilian humor. Discursive fields. Discourse analysis. Confusing method. Politically correct.*

Título: *Humor, humoristas y problemas de topia discursiva*

Autor: *Rony Petterson Gomes do Vale*

Resumen: *Partiendo del concepto de campo discursivo y de la historia del humorismo, trazamos, en líneas generales, el camino del humor de las entrelineas de la literatura para su institucionalización mientas campo del humor. Procuramos evidenciar, primeramente, cómo el humor pasa de característica estilística de algunos escritores y poetas para una cierta reglamentación de la profesión de humorista junto a los campos del periodismo y de la publicidad. En un segundo momento, verificamos que el concepto de VRBANITAS, que reglamenta los usos de la risa en el discurso, puede ser percibido desde las disputas de posicionamiento entre los sujetos dentro del campo del humor, que se diferencian de acuerdo con la concepción adoptada sobre que es hacer humor y hacer reír, y con los modos de adaptación a los constantes cambios sociales, las nuevas formas de medias y al movimiento políticamente correcto.*

Palabras-clave: *Humorismo brasileño. Campos discursivos. Análisis del discurso. Método confuso. Políticamente correcto.*

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-150205-1315>

AVALIAÇÃO E ARGUMENTAÇÃO: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO TEXTUAL NO ENSINO MÉDIO

Adriana Rodrigues de Abreu*

Adriana Nogueira Accioly Nóbrega**

Pontifícia Universidade Católica do Rio De Janeiro

Centro de Teologia e Ciências Humanas

Departamento de Letras

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo: O objetivo desta pesquisa é discutir a prática argumentativa em dois textos de alunos do Ensino Médio, a partir da investigação de recursos atitudinais que podem criar o posicionamento autoral (HYLAND, 2012) dos escritores. Para tanto, tomamos por base a *Linguística Sistêmico-Funcional* (HALLIDAY; HASAN, 1989; HALLIDAY, 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), especialmente o *Sistema de Avaliatividade* (MARTIN; WHITE, 2005), em interface com uma perspectiva social de argumentação (BRETON, 2003), para a análise qualitativa de duas redações do tipo dissertativo-argumentativo. Resultados sugerem que há um grande número de escolhas atitudinais nos textos investigados, quando o escritor, ao valorar e opinar sobre o comportamento humano, elabora seu posicionamento autoral por meio de avaliações de estima e sanção social.

Palavras-chave: Linguística Sistêmico-Funcional. Sistema de Avaliatividade. Produção textual. Argumentação. Posicionamento autoral.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma proposta de discussão acerca da prática argumentativa na escrita escolar de alunos do Ensino Médio, mais especificamente, a título de apresentação e discussão neste trabalho, de dois estudantes do terceiro ano. Nosso interesse de pesquisa se direciona a dois aspectos que se encontram interligados: investigar como a argumentação pode ser construída por meio de recursos avaliativos/atitudinais e como tais avaliações constroem o posicionamento do aluno-escritor em textos dissertativo-argumentativos.

O foco do estudo, portanto, não recai sobre a análise dos textos no que tange à “qualidade” de sua produção textual, aspecto de insatisfação de muitos professores de língua portuguesa de escolas públicas e particulares (NÓBREGA; VIANNA, 2010). Não nos dispomos a observar, assim, se há um “alto” ou “baixo” domínio da escrita

* Doutoranda em Estudos da Linguagem no Programa de Pós-Graduação da PUC-Rio e bolsista CNPQ. E-mail: adrianarodrigues@yahoo.com.br.

** Professora Assistente. Doutora em Letras, área Estudos da Linguagem. E-mail: adriananobrega@puc-rio.br.

pelos participantes no que diz respeito, dentre outras, a questões de ortografia, pontuação, estrutura sintática e/ou retórica.

Por outro lado, buscando trazer uma perspectiva diferenciada, mais centrada na produção argumentativa em si do que na qualidade do texto redigido, nos dedicaremos à investigação da argumentação e sua relação com a construção do posicionamento autoral, isto é, a relação do sujeito com o seu contexto imediato – grupos a que o escritor se afilie, suas comunidades de participação social, dentre outros (HYLAND, 2012). Além disso, assim como Fonseca (2013, p. 205), que aponta que “o leitor traz em seu discurso elementos linguísticos (escolhas linguísticas) que o identificam como participante de um determinado grupo”, também sugerimos que a produção textual discente deva ser vista como espaço para a construção de saberes particulares que, em diálogo com o conhecimento científico/escolar, contribuam para a sua formação social.

Desse modo, este estudo pretende debater a prática escrita escolar no Ensino Médio a partir da investigação de duas redações produzidas por estudantes de uma escola pública do Estado do Rio de Janeiro. Centrada no caráter interpessoal da linguagem, a pesquisa se fundamenta na noção de argumentação como elemento construtor de sentidos particulares, de expressão de valores, de julgamentos e de crenças. Por serem os recursos atitudinais os elementos mais presentes no *corpus* selecionado para esta pesquisa, recorreremos aos pressupostos do Sistema de Avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005), com base no domínio de Atitude, para a análise dos dados. Cabe ressaltar que os resultados aqui indicados não buscam trazer generalizações quanto à prática da produção escrita escolar, uma vez que tais resultados foram encontrados a partir de análise situada em um ambiente específico de interação e com escritores inseridos nesse mesmo contexto. Nesse sentido, propomos que a investigação que ora relatamos traz considerações acerca de interações localizadas, sendo que, ao mudarmos o contexto de análise, certamente estaremos apontando para novos horizontes no que tange aos significados criados pelos alunos-escritores em sua produção textual escolar.

Passamos, a seguir, à descrição da fundamentação teórica adotada, inter-relacionando perspectivas sociais de linguagem, de avaliação e de argumentação que tomem por premissa o uso da linguagem em contextos sociais, culturais e institucionais específicos. A interface entre tais pressupostos nos permite conceber a escrita como um ato social, fortemente influenciada pelas atitudes pessoais e experiências sociais do escritor e pelos contextos institucionais e políticos nos quais ela se desenvolve, sendo, principalmente, uma atitude responsiva a contextos culturais e situacionais (HYLAND, 2002 *apud* CASTRO, 2009).

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE LINGUAGEM, AVALIAÇÃO E ARGUMENTAÇÃO

Desenvolvida na área de Linguística Aplicada (MOITA LOPES, 2006), a pesquisa fundamenta-se na visão de linguagem proposta pela Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY; HASAN, 1989; HALLIDAY, 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), em interface com o Sistema de Avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005; VIAN JR, 2009, 2012) e com a Teoria de Argumentação (BRETON, 2003). A partir do

referencial teórico utilizado, buscamos contribuir para investigações da linguagem voltadas, principalmente, para o campo da educação, haja vista que a perspectiva metafuncional de linguagem da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) nos permite descrever e entender as situações de uso da língua em seus mais diferentes contextos.

Desse modo, a pesquisa, de natureza sistêmico-funcional, insere-se no campo da Linguística Aplicada (LA), em alinhamento a sua abordagem interdisciplinar, que estabelece um constante diálogo com as mais diferentes práticas sociais do mundo contemporâneo (MOITA LOPES, 2006, p. 23). Por ser uma abordagem que não fica restrita à descrição linguística ou a aspectos gramaticais da língua, a LSF é uma teoria interdisciplinar, em constante diálogo com outras áreas, pois está voltada a questões relacionadas ao meio sócio-histórico em que a linguagem circula (VIAN JR, 2013, p. 127). Uma vez que a linguagem é sempre analisada de acordo com o seu uso, em contextos específicos de interação, “a preocupação com o social, com o humano” (CELANI, 1998, p. 118) é uma questão central na área da LA, assim como nos estudos produzidos pela LSF.

A abordagem teórica da LSF é, em sua essência, uma teoria semântico-funcional, uma vez que se preocupa com a linguagem como formadora de sentidos, bem como com a função que estes sentidos adquirem durante o uso da linguagem (EGGINS, 2004). Partindo desse pressuposto, e de acordo com Eggins (2004, p. 3), quatro pontos teóricos relativos à linguagem são expostos: (i) o uso da linguagem é funcional; (ii) a função da linguagem é criar significados; (iii) estes significados são influenciados pelo contexto social e cultural nos quais são negociados; e (iv) o processo de uso da linguagem é semiótico, sendo um processo de criação de significados através da possibilidade de diferentes escolhas (EGGINS, 2004).

Podemos, portanto, descrever a LSF como uma teoria sociosemiótica de linguagem e um método de análise de textos e seus contextos de uso, sendo reconhecida por Eggins (2004, p. 2) como “uma abordagem interpretativa e descritiva que possibilita entendermos a linguagem como um recurso estratégico e criador de significados”¹. De acordo com a LSF (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), toda investigação da linguagem requer uma análise do uso e da função que essa exerce em contextos culturais e situacionais específicos, sendo a linguagem considerada como um sistema utilizado para criar significados, em interações sociais, a partir de escolhas paradigmáticas.

Na teoria hallidayana, a linguagem é vista de forma estratificada, em três níveis: semântico-discursivo, léxico-gramatical e grafo-fonológico, que, por sua vez, são realizações dos contextos de cultura e de situação (MARTIN; ROSE, 2007). Enquanto os dois primeiros níveis compõem o plano do conteúdo, o último situa-se no plano da expressão, sendo que cada estrato é realizado em seu subseqüente, havendo, pois, uma relação entre-estratos. Devido a tal fato, as escolhas que fazemos em um determinado nível irão diretamente influenciar as posteriores; por exemplo, as escolhas que realizamos no nível semântico-discursivo e léxico-gramatical, no plano de conteúdo, irão diretamente atingir o plano da expressão, ou seja, o texto como instanciação do sistema linguístico.

¹ As traduções realizadas neste artigo foram feitas de forma livre pelas autoras e quaisquer incongruências são de sua inteira responsabilidade.

Assim, tais escolhas são realizadas de acordo com os usos que fazemos da linguagem, a partir da existência de três tipos de significados, a saber: usamos a linguagem para relatar nossas experiências de mundo, seja este interno ou externo (significado ideacional), para estabelecer relações (significado interpessoal) e para organizar nossas mensagens, relacionando-as com outras mensagens (significado textual). Construídos no nível da oração ou acima desta, os significados da linguagem são criados simultaneamente e não podem ser separados de seu contexto de uso e das variáveis que o compõe. Além dos três tipos de significados, Halliday (1994) também indica que são três os elementos contextuais: campo (ligado à natureza da ação social, isto é, ao que está acontecendo), relações (dizem respeito à natureza dos participantes, seus papéis e relacionamentos) e modo (relaciona-se ao papel da linguagem, incluindo o canal e a modalidade retórica).

A funcionalidade expressa pela teoria sistêmico-funcional pode ser analisada com base nas metafunções ideacional, interpessoal e textual (MARTIN, 2003; EGGINS, 2004; MARTIN; ROSE, 2007), que irão nortear os possíveis usos da linguagem de acordo com a situação, agindo como uma “lente da linguagem em uso” (MARTIN; WHITE, 2005, p. 7). A metafunção ideacional diz respeito à forma como representamos o mundo e nossas experiências; a metafunção interpessoal relaciona-se ao mundo social, refletindo o engajamento e o envolvimento do falante no seu enunciado e dos participantes na interação e a metafunção textual corresponde aos recursos linguísticos disponíveis para a organização da mensagem em um texto.

Os significados, os elementos do contexto e as metafunções estão sempre inter-relacionados e superpostos em todos os enunciados que criamos, gerando um modelo multidimensional de linguagem. Além disso, a perspectiva teórica da LSF baseia-se na relação de interdependência entre três elementos que, segundo Halliday e Hasan (1989, p. 5) podem ser tidos como “aspectos de um mesmo processo”: linguagem, contexto e texto, sendo o contexto visto como “o ambiente total onde um texto se desenvolve” e o texto como “a linguagem que é funcional” (HALLIDAY; HASAN, 1989, p. 10).

Assim como ocorre com as metafunções, no nível da léxico-gramática, a semântica-discursiva é composta por seus sistemas, sendo eles: (i) Ideação; (ii) Conjunção; (iii) Identificação; (iv) Periodicidade; (v) Negociação; e (vi) Avaliatividade (MARTIN; ROSE, 2007, p. 17), que devem ser considerados em “simultaneidade de ocorrência, no nível discursivo” (VIAN JR, 2012, p. 109). Também como no nível léxico-gramatical – quando ao existir apenas a análise de uma das metafunções não podemos desconsiderar a existência das demais –, na semântica-discursiva, ater-se a um único sistema não implica dizer que os outros não mais se inter-relacionam a esse. Considerando tal fato, neste trabalho o foco recairá sobre o Sistema de Avaliatividade apenas para efeitos da análise que desejamos realizar, visto que estamos cientes de que uma negação da inter-relação entre todos os sistemas “feriria o princípio metafuncional da linguagem, base da teoria hallidayana” (VIAN JR, 2012, p. 109), como já comentado anteriormente.

Desenvolvida a partir dos pressupostos teóricos da LSF, a Avaliatividade é “um sistema de significados interpessoais” (MARTIN; ROSE, 2007, p. 26) e pode ser definida “como uma perspectiva de análise textual, situando-se no campo da avaliação

das atividades interpessoais, no nível da semântica do discurso” (NÓBREGA, 2009, p. 90). Por conseguinte, os significados avaliativos são criados no discurso durante as interações sociais, de acordo com aspectos contextuais específicos a cada interação (NÓBREGA, 2009; NÓBREGA; MAGALHÃES, 2012), e são dinamicamente estabelecidos ao longo do texto. Desse modo, segundo Vian Jr (2010, p. 19):

Ao considerarmos as formas como ocorrem os mecanismos de avaliação do ponto de vista de sua realização léxico-gramatical, temos uma vasta gama de escolhas disponíveis no sistema linguístico. Podemos, por exemplo, ser mais ou menos intensos, pouco ou muito enfáticos, mais ou menos distantes de nossos interlocutores, muito ou pouco formais. Isso equivale a dizer que a linguagem oferece mecanismos diversos para que atribuamos diferentes avaliações aos mais diferentes aspectos de nossas atitudes em nosso cotidiano.

Tais mecanismos podem ser analisados a partir de três sistemas interdependentes que compõem o Sistema de Avaliatividade: Atitude, Engajamento e Gradação² (WHITE, 2015, p. 2). O subsistema de Atitude, no qual este estudo se baseia para análise dos elementos avaliativos produzidos nos textos selecionados, relaciona-se à avaliação de pessoas, de seu caráter e também de coisas (MARTIN; ROSE, 2007, p. 26), sendo três os tipos de atitudes:

- afeto, que lida com os recursos usados para a construção de emoções particulares, estando, portanto, centrado no avaliador;
- julgamento, que envolve a avaliação do caráter e do comportamento de outros e centra-se no avaliado e, por fim,
- apreciação, recurso voltado para a avaliação do valor e/ou qualidade de coisas ou fenômenos, estando também centrado no avaliado.

Enquanto o afeto preocupa-se com as emoções, o julgamento visa à ética e a apreciação à estética. Apesar de os tipos de atitudes possuírem características particulares, todos se interligam a partir do afeto, uma vez que estão conectados ao campo da emoção (PAGE, 2003, p. 213). Portanto, o julgamento e a apreciação podem ser tidos como “sentimentos institucionalizados” (MARTIN; WHITE, 2005, p. 45) de nossas atitudes, sendo o afeto, dessa forma, “o centro das atitudes que expressamos” (VIAN JR, 2009, p. 112). Simultaneamente aos três recursos atitudinais, realizam-se os sistemas de Gradação e Engajamento, ou seja, “além de externalizarmos grafo-fonologicamente nossas atitudes, optamos por graduá-las e o fazemos em relação ao envolvimento com nossos interlocutores e também em relação ao que está sob avaliação.” (VIAN JR, 2012, p. 20).

Vian Jr (2009, p. 112) comenta, ainda, que as atitudes, inseridas no Sistema de Avaliatividade, podem também ser tidas como um sistema da semântica discursiva, que se realiza pela escolha de diferentes estruturas léxico-gramaticais. Assim, o afeto é representado, por exemplo, por verbos que denotam emoções (amar, adorar, odiar, agradar, dentre outros), advérbios – geralmente de modo (como felizmente e tristemente) –, adjetivos que exprimam emoções (feliz, triste, confiante e preocupada,

² Para uma apresentação detalhada dos domínios do Engajamento e Gradação, consultar Martin e White (2005).

por exemplo) e substantivos (alegria, ódio, raiva, etc.) para indicar como nos orientamos emocionalmente a uma pessoa, coisa, acontecimento ou situação (BALOCCO; CARVALHO; SHEPHERD, 2006, p. 651). A expressão de tais sentimentos pode ser realizada de duas formas: autoral (em primeira pessoa, representando a subjetividade e a responsabilidade do autor quanto ao que foi avaliado) e não-autoral (em segunda e terceira pessoas e o autor não assume diretamente sua responsabilidade quanto ao que foi avaliado, podendo essa ser atribuída à fonte externa). Além disso, cabe ressaltar que tanto o afeto quanto o julgamento e a apreciação podem ser produzidos de forma positiva/negativa, verbal/não-verbal e/ou explícita/implícita.

No caso das atitudes de julgamento, as avaliações voltam-se a questões éticas e a avaliações do comportamento humano ligadas a modos de agir. Na realização léxico-gramatical, temos recursos linguísticos que criam significados que elogiam ou condenam o caráter de outros e envolvem valorações que irão acarretar o aumento ou diminuição da estima do avaliado em seu contexto de atuação, podendo dirigir-se à estima social ou à sanção social. No primeiro caso, estima social, o julgamento “tem a ver com a ‘normalidade’ (o quão normal alguém é), a ‘capacidade’ (o quão capaz/incapaz eles são) e com a ‘tenacidade’(o quão firme ele é)” (MARTIN; WHITE, 2005, p. 52). No caso da sanção social, o julgamento lida com a veracidade (o quão honesto alguém é) e com a conduta (o quão ética a pessoa é).

No foco da apreciação, temos uma preocupação com a estética e com a forma, a aparência, a composição ou o impacto de objetos, processos e fenômenos naturais, situações e *performances* sobre os avaliados. Diferentemente das duas categorias anteriores, na apreciação não existe referência ao comportamento humano, já que avaliações do tipo certo/errado ou correto/incorreto não ocorrem nesse sistema.

É no cerne da Avaliatividade que podemos inserir a análise da criação do posicionamento autoral dos alunos-escritores da pesquisa e observar como esse é inscrito na construção argumentativa dos estudantes. Desse modo, é em uma interface com os princípios da Avaliatividade³ que sugerimos, com as palavras de Hyland (2005), que o posicionamento autoral

[...] é uma dimensão atitudinal e inclui características que se relacionam ao modo como os escritores se apresentam e transmitem seus julgamentos, opiniões e comprometimentos. São as formas pelas quais os autores inserem-se⁴ no texto para carimbar sua autoridade pessoal em seus argumentos ou recuar e mascarar seu envolvimento. (HYLAND, 2005, p. 176).

³ Compreendemos que a discussão acerca do posicionamento autoral poderia também ter sido apresentada com base nos pressupostos teóricos do Sistema de Avaliatividade, em especial do sistema de Engajamento. De acordo com Vian Jr (2010, p. 33, grifos nossos), “O engajamento está associado às origens de nossas atitudes, onde estão centradas, o que estamos avaliando, bem como com a *articulação das vozes para expressão de opiniões no discurso*.”. Optamos por nos basear na perspectiva de escrita como prática social reflexiva, conforme Hyland (2002), por não analisarmos de forma específica as vozes presentes nos textos selecionados, não tendo como foco deste artigo a investigação do posicionamento dialógico tal como proposto por Bakhtin (1981).

⁴ No original, *intrude*.

Uma análise da criação do posicionamento autoral alicerçada na perspectiva sistêmico-funcional e na Avaliatividade, de acordo com o sugerido neste artigo, requer uma visão de argumentação como atividade social realizada em situações interacionais específicas. Desse modo, tencionamos levar os estudos de argumentação para além de uma abordagem tida como mais tradicional do termo, ou seja, ir além da concepção de que argumentar é unicamente formar uma tese e argumentos para sua defesa. Diante disso, nos alinhamos a Breton (2003) no que diz respeito a sua noção de argumentação como atividade constitutiva de todo discurso, em seus diferentes usos e funções sociais.

Nesse sentido, partimos da ideia de que argumentar é uma forma de comunicação, já que, ao criarmos argumentos, temos a intenção de compartilhar com o outro nossas opiniões, bem como desejamos influenciar o comportamento do outro (NÓBREGA; ABREU, 2015). É por meio da argumentação que formamos sentidos de avaliação, julgamento e críticas, o que contribui para a constituição de juízos de valor, sentidos esses que coadunam com os recursos atitudinais e de posicionamento autoral, fundamentais ao desenvolvimento da análise de nosso *corpus*. De acordo com as ideias de Breton (2003), a argumentação trabalha ou no campo da razão ou no da emoção, podendo, mais uma vez, ser intimamente relacionada ao sistema de Atitude, já que trabalhamos no campo do afeto (a partir do jogo das emoções), do julgamento (na intenção de valorarmos comportamentos humanos) e da apreciação (na avaliação de objetos).

Segundo Breton (2003), uma das principais premissas da argumentação é a modificação do contexto de recepção de um auditório a partir da introdução de uma opinião nesse mesmo ambiente. Para o autor, a mudança desse contexto ocorre em etapas⁵, que visam enquadrar o real, isto é, construir o real comum entre os participantes da interação, e buscam criar vínculos, ou seja, construir um acordo entre os participantes quanto à opinião elaborada. O enquadramento do real permite o estabelecimento de um acordo prévio, descrito por alguém que tenha *autoridade* para fazê-lo e que o torne verossímil, seja por sua competência, experiência ou testemunho. Os *pressupostos comuns* são utilizados com o intuito de avivar um pensamento comum e constituem-se a partir das opiniões comuns, dos valores e dos pontos de vista.

Acreditamos, portanto, que os argumentos vêm imbricados por valorações expressas por escolhas léxico-gramaticais e semânticas, sendo permeados pelos elementos avaliativos que compõem a linguagem. Em estudo anterior, Abreu (2013) ilustra que as avaliações que permeiam os momentos de argumentação constituem os *pontos de argumentação* – ideias apresentadas ao longo do texto que ajudam a defender o posicionamento geral (tese) do escritor, podendo contribuir para o aumento da força argumentativa⁶. Como veremos na análise dos dados a seguir, tais pontos de argumentação parecem servir como uma motivação para a produção do posicionamento autoral, sendo eles mesmos constituídos por recursos atitudinais.

⁵ Para mais detalhes sobre as etapas indicadas pelo autor, e definidas como “duplo gatilho argumentativo”, consultar Breton (2003).

⁶ O conceito de *ponto de argumentação* foi cunhado por Abreu (2013) em sua dissertação de mestrado, sendo algumas reflexões sobre o tema anteriormente realizadas, porém, retomadas com as devidas modificações para adequação aos objetivos deste trabalho.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DA PRODUÇÃO TEXTUAL ESCOLAR

Este trabalho insere-se em um paradigma de pesquisa qualitativa, de cunho interpretativista (DENZIN; LINCOLN, 2006), sendo um recorte do Projeto de Pesquisa *Escrita e inclusão social: análise da (re)construção identitária no Ensino Médio*⁷. O projeto, desenvolvido em três escolas públicas de formação geral (duas em São Gonçalo, município do Rio de Janeiro, e outra na zona norte da cidade do Rio de Janeiro), investigou a produção textual de alunos do terceiro ano do Ensino Médio. O *corpus*, composto por 158 textos dissertativo-argumentativos, foi compilado a partir de uma atividade de redação em que o tema se relacionava ao ensino da escrita em língua portuguesa e sua importância (ou não) para a inclusão social.

A proposta de produção textual (cf. Anexo) foi elaborada pelas autoras da pesquisa com base em três textos motivadores, cujo assunto em comum lidava com questões sobre o uso e a importância da escrita, e foram selecionados um artigo da Internet, um fragmento que reproduz a fala de um aluno do Ensino Médio e um texto de um blog. Além disso, a atividade apresentava uma charge que retratava a conversa entre um aluno e sua professora sobre o uso de diferentes variedades da língua portuguesa e a pergunta: “Qual é a sua posição sobre o ensino da escrita em língua portuguesa na escola e sua importância (ou não) para a inclusão social?”.

Neste estudo, trazemos para análise e discussão duas redações do *corpus* do projeto, redigidas por alunos de uma das escolas municipais de São Gonçalo, participantes de uma mesma turma, cuja idade variava entre 15 e 17 anos. A tarefa de redação foi aplicada durante uma aula de Produção Textual, ministrada por uma das autoras deste artigo, sem que nenhuma discussão sobre o tema ou sobre o gênero redação tenha sido previamente realizada. É importante mencionar que os alunos não tinham em sua rotina pedagógica a prática da redação de textos em sala de aula, pois não havia um momento destinado à aula de produção textual. Desse modo, sugerimos que os dois textos selecionados para investigação parecem demonstrar a falta de contato dos alunos com o gênero redação dissertativo-argumentativa, ao mesmo tempo que, por outro lado, demonstram as suas habilidades na construção de argumentos.

A seleção da escola e dos textos ocorreu de forma randômica e os dados foram analisados visando discutir como a argumentação é construída na produção textual dos alunos-escritores. O foco de nossa análise, como dito anteriormente, é a investigação das atitudes, ou seja, dos elementos avaliativos que permeiam os pontos de

⁷ O Projeto de Pesquisa *Escrita e inclusão social: análise da (re)construção identitária no Ensino Médio* foi desenvolvido na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro entre 2011 e 2014, sob a coordenação de Adriana Nogueira Accioly Nóbrega, coautora deste artigo. Vinculado à linha 4 do Programa de Pós-Graduação Estudos da Linguagem da PUC-Rio, o objetivo geral do projeto é investigar como alunos e professores do Ensino Médio da rede pública e particular do Estado do Rio de Janeiro se autoavaliam e (re)constróem suas identidades sociais – individuais e coletivas – como alunos e professores que podem não estar inseridos em diversas práticas sociais cotidianas, isto é, podem não se sentir socialmente incluídos.

argumentação, levando à identificação do posicionamento do escritor acerca da temática fornecida.

Como veremos ao longo da discussão dos textos, estes são formados por diversos momentos de avaliação de atitudes, expressos de forma explícita. As escolhas recorrentes dos autores por elementos atitudinais de comportamento humano proporciona um recorte analítico voltado, na maioria das vezes, às avaliações de julgamento. Consideramos, também, os recursos avaliativos de afeto que poderiam ser encontrados e expressos de forma autoral e explícita, por meio das escolhas léxico-gramaticais realizadas. Portanto, podemos dizer que a argumentação produzida pelos escritores das duas redações volta-se a avaliações de normas de comportamento e condutas sociais, sugerindo que a relação entre “escrita e inclusão social” dirige-se, em geral, a sanções sociais atribuídas aos que não dominam a escrita “padrão”, assim como ao aumento/diminuição da capacidade conferida àqueles que a dominam (ou não). Como exposto a seguir⁸, a importância dada à escrita encontra-se presente nos textos a partir das escolhas léxico-gramaticais realizadas, dentre elas, o uso de atributos, processos verbais e adjuntos modais, bem como de itens de gradação, que atribuem alto grau à força argumentativa.

Na primeira redação⁹, que tem como título “O valor da Educação”, observamos que o aluno começa seu texto trazendo a constatação da precariedade da qualidade educacional do país (linha 1). Para sustentar tal afirmação, são inseridos pontos de argumentação em diferentes momentos, como os trechos sublinhados nas linhas: 1-3; 6; 7-8; 11-13.

Redação 1 – “O valor da Educação”

1	<u>A educação está muito precária em nosso país.</u>
2	<i>Aqui no Brasil poucas pessoas tiveram oportunidade de ter acesso à escola o que acontecia muito</i>
3	<i>antigamente. E a fala certamente “errada” e a forma de escrever foi porque nunca tiveram a</i>
4	<i>oportunidade de ir à escola e de muito menos aprender em casa porque muitos tiveram que trabalhar. E</i>
5	<i>hoje em dia as pessoas tem acesso a uma alfabetização, tem a oportunidade de ler e escrever.</i>
6	<i>O ensino da escrita é importante porque além de você ter a necessidade de saber escrever, saber</i>
7	<i>falar direito, você vai ser muito respeitado. Falar e escrever bem é a chave principal para a pessoas</i>
8	<i>chegar em algum lugar. Até mesmo porque você não pode falar errado diante de um intelectual</i>
9	<i>respeitado, por exemplo. Tem até cursos disponíveis para falar com vários tipos de pessoa.</i>
10	<i>Vejo na TV pessoas falando errado, não dizendo as palavras corretas por completo, puxam demais</i>
11	<i>as palavras, até esquecem de acrescentar o “S”, o “R”, quando necessário. São pessoas que dá para ver</i>
12	<i>claramente que não teve acesso à escola. Por isso que muitos pais hoje em dia cobram dos seus filhos</i>
13	<i>para ter uma boa educação. Porque sem educação hoje em dia, não dá. É muita palavra coloquial.</i>

Percebemos que os pontos de argumentação criados no segundo e no quarto parágrafos – a falta de acesso à escola – estão intimamente relacionados com a ideia defendida na linha 1: “A educação está precária em nosso país”. Todavia, os dois pontos

⁸ Para apresentação e discussão dos dados, utilizamos como critérios de convenção para análise dos dados o uso do sublinhado para identificar os pontos de argumentação, e do *itálico* para caracterizar a presença de momentos de julgamento nas duas redações aqui selecionadas: “O valor da educação” e “O grande problema da escrita”.

⁹ Os textos analisados não foram modificados, permanecendo da mesma forma em que foram escritos.

de argumentação sublinhados no terceiro parágrafo – o ensino da escrita é importante e a aprendizagem correta do português proporcionará ao sujeito status social – estão distantes da ideia central do texto, apesar de serem os pontos que mais se aproximam do tema da proposta, ligado à escrita e inclusão social. Apesar de a linearidade argumentativa apresentar comprometimento no que tange à coesão de ideias, podemos dizer que o escritor do texto recorre a estratégias para estabelecer e manter seu posicionamento argumentativo, o que pode ser evidenciado a partir do uso dos diversos momentos de avaliação de julgamento que permeiam o seu texto, inclusive os pontos de argumentação, conforme indicado nos trechos em itálicos. A análise sugere que os momentos de julgamento parecem ser utilizados como forma de corroborar os pontos de argumentação através de avaliações de estima social e sanção social, quando podemos identificar o posicionamento do autor.

O primeiro momento de julgamento encontrado para a sustentação da argumentação sobre a importância do acesso à escola é apresentado nas linhas 2-6, pelo uso de julgamento de sanção social, voltado ao fato de que o não acesso à educação é quase uma ilegalidade ou imoralidade. O autor liga “a fala certamente ‘errada’” (linha 3), que muitos apresentam hoje em dia, à falta de oportunidade de acesso à escola que tiveram no passado. Ao se posicionar dessa forma, o aluno julga como ilegal/imoral a não presença da criança e do jovem na escola, ressaltando suas implicações legais e morais nos dias de hoje.

O aluno-escritor cria mais um ponto de argumentação – a aprendizagem correta do português proporcionará ao sujeito status social ao escrever que “O ensino da escrita é importante porque além de você ter a necessidade de saber escrever, saber falar direito, você vai ser muito respeitado” (linhas 6-7) – composto por uma avaliação de julgamento de estima social. Observamos, portanto, que o terceiro parágrafo é construído a partir do julgamento de estima social, no nível da capacidade, uma vez que há quase uma distinção entre aqueles que têm a capacidade de falar e escrever bem, isto é, “os intelectuais respeitados” (linhas 8-9) e aqueles que parecem não ter essa capacidade, e que, por isso, precisam recorrer a cursos de formação (linha 9).

A seguir, na linha 10, tomando por base uma experiência vivida (“Vejo na TV”) que o legitima como avaliador, o estudante constrói sua argumentação de forma crítica e negativa em relação às pessoas que não falam “corretamente” a língua portuguesa, o que cria uma avaliação negativa de julgamento de estima social, no nível da capacidade. Essas pessoas que falam “errado” o português não têm chances de se enquadrar nos padrões esperados pela sociedade, por isso parecem estar fora de práticas sociais cotidianas e são, conseqüentemente, excluídas da sociedade, e o não acesso à escola pode ser visto como uma forma de punição social, isto é, resultado de uma sanção social.

Podemos dizer, dessa forma, que a força argumentativa presente no segundo e quarto parágrafos está mais voltada à estima social, enquanto no primeiro parágrafo está mais centrada na sanção social. Em ambos os casos, observamos que os pontos de argumentação se constituem por avaliações morais de comportamento humano, que trazem o posicionamento do autor em relação às opiniões defendidas em sua redação.

Além disso, notamos que as escolhas lexicais feitas para a criação dos pontos de argumentação, como o uso do atributo “errada” (linha 3), dos recursos interpessoais de modalidade como “poucas” (linha 2), “nunca” (linha 3), “muito” (linhas 4, 7, 12), “muito menos” (linha 4) e duas ocorrências seguidas do processo verbal “saber” (linha 6), atribuem maior força aos argumentos apresentados. Dessa forma, acreditamos que o grau argumentativo é aumentado pelas escolhas lexicais realizadas e pelo uso de elementos de modalidade, imprimindo uma maior subjetividade, responsabilidade e engajamento do autor em seu texto. Tal fato indica, também, que a redação é permeada pelo afeto, já que o aluno-escritor se posiciona de maneira explícita e autoral, mostrando claramente o seu sentimento de insatisfação com a situação do ensino da escrita no país.

É possível observar também que o aluno, ao construir sua opinião, traz argumentos baseados em afirmações de autoridade, em busca de estabelecer o acordo prévio por meio de uma autoridade, que parece ser competente para legitimar seu argumento. Isso ocorre quando o autor se baseia na variedade padrão da escrita (“Falar e escrever bem...”, linha 7), tomando, provavelmente, a autoridade científica concedida pela proposta da gramática tradicional - que aceita apenas uma forma correta para a realização da língua, tratando possíveis variações como erros gramaticais. A gramática pode ser vista como uma possível representação de competência científica, sobretudo porque impõe e legitima as regras convencionais de uso da escrita em língua portuguesa. Ao se posicionar dessa forma, o aluno cria seu argumento baseado em uma opinião comum em nossa sociedade: a de que todos os que sabem falar e escrever, de acordo com a norma padrão da língua portuguesa, terão status social (linhas 6-7). Nesse caso, o uso de pressupostos comuns parece avivar um pensamento comum, a fim de construir um acordo entre o autor e seus possíveis leitores quanto à sua opinião.

O argumento baseado na aprendizagem correta do português nos remete a mais um ponto de argumentação: “a falta de acesso às escolas provoca dificuldades ao cidadão, sendo, por isso, fundamental frequentar a escola para se ter educação” (linhas 11-13). Ao fundamentar seu argumento em um exemplo particular, reforçado por um argumento de enquadramento do real ligado ao testemunho (“Vejo na TV pessoas falando errado [...] quando necessário”, linhas 10-11), o aluno-escritor impõe sua opinião. Seus argumentos mostram que o aluno traz opiniões baseadas em sua experiência de vida, demonstrando seu posicionamento afetivo e autoral, uma vez que utiliza exemplos de seu cotidiano que parece gostar/não gostar ou aprovar/reprovar.

Podemos entender, portanto, que as ideias trazidas pelo escritor demonstram que os pontos de argumentação se compõem e se completam, em sua grande maioria, por elementos avaliativos de julgamento. Notamos que o aluno constrói seus pontos de argumentação com base nesses julgamentos, pois frequentemente traz para seu texto avaliações morais de comportamento humano, além do uso de diversos itens léxico-gramaticais e modais, tais como “certamente” e “nunca” (linha 3), “muito menos” e “muitos” (linha 4), dentre outros que, ao longo do texto, evidenciam e conferem força argumentativa a seu posicionamento sobre a importância da escrita para a inclusão social.

A comparação da redação 2 com o primeiro texto aponta que fatos semelhantes acontecem na segunda redação analisada neste estudo, “O grande problema da Escrita”,

investigada a seguir. O título da redação já faz alusão ao posicionamento autoral do escritor, quando há a apreciação negativa da escrita, que é apresentada como um “grande problema”.

Redação 2 – “O grande problema da escrita”

1	<u>Atualmente a escrita e a fala da língua portuguesa estão em uma tremenda decadência, as pessoas</u>
2	<u>deixaram de lado a importância de saber escrever. Apesar de algo fundamental e essencial a todos.</u>
3	<i>A importância da boa escrita foi deixada de lado e a sociedade com o passar do tempo foi também</i>
4	<i>ficando cada vez mais vulnerável, não dando importância a correta escrita.</i>
5	<i>Certamente esse “problema” está prejudicando as nossas vidas, e a qualificação profissional da</i>
6	<i>grande maioria, sem falar nas pessoas ricas, com ótimas condições de vida e não usam adequadamente a</i>
7	<i>escrita (jogadores, modelos) ao contrário de muitos que as vezes pobres sabem escrever.</i>
8	<u>O que fazer para resolver isso? As escolas, cursos, faculdades tem de dar mais importância a escrita, e</u>
9	<u>a sociedade cobrar muito mais de todos que só assim esse grande problema é resolvido, e a língua</u>
10	<u>portuguesa muito mais valorizada.</u>

A leitura do texto nos mostra que, a fim de construir sua argumentação a partir dos pontos de argumentação (sublinhados nas linhas 1-2, 3 e 8), o escritor recorre a diversos momentos de avaliação constituídos por elementos de julgamento, que perpassam a redação como um todo (como ressaltado em itálico). Esse fato manifesta a estratégia usada pelo autor para construir seu argumento quanto ao tema da redação, isto é, demonstra que o aluno-escritor fundamenta seu posicionamento na valoração de padrões comportamentais que podem levar ao aumento/diminuição da estima social do cidadão, bem como à imposição de penalidades, por meio de sanções sociais, aos que apresentam baixa proficiência no uso da escrita.

Logo no início da redação, observamos que a apreciação negativa imposta pelo título da redação ilustra o aumento da força argumentativa do texto a ser lido, pois a escrita não apresenta apenas “um problema”, mas um “grande problema”. Notamos, contudo, que a apreciação cede lugar a momentos de julgamento usados como forma de criação do posicionamento argumentativo do autor. A análise dos recursos avaliativos de julgamento sugere que, comumente, temos a presença de avaliações de julgamento negativo de estima social, como nos trechos: “... as pessoas deixaram de lado a importância de saber escrever” (linhas 2-3) e “A importância da boa escrita foi deixada de lado [...] não dando importância a correta escrita” (linhas 3-4). Ao se posicionar dessa maneira, o autor manifesta, a partir de opiniões do senso comum – uma vez que não há nenhuma fonte de autoridade que sustente sua afirmação –, sua insatisfação quanto ao abandono da importância concedida à “boa escrita”.

A avaliação de comportamento usada nesse momento é formada pelo julgamento de estima social, na subcategoria da capacidade, pois “as pessoas” parecem não ter a sensatez de pensar na importância da escrita para a inserção na sociedade. As escolhas “tremenda decadência” e “deixaram de lado” (linhas 1 e 2) concedem um aumento de força ao argumento apresentado, assim como trazem uma carga expressiva do posicionamento de insatisfação do autor quanto ao comportamento de pessoas que não se “importam” (linhas 3 e 4) com a escrita e a fala em língua portuguesa.

Em decorrência da desvalorização de algo “fundamental e essencial a todos” (linha 3), ou seja, a escrita e a fala, surge uma avaliação de julgamento de sanção social, visto que a sociedade é punida por suas opções, passando a sofrer as consequências de seus atos, a partir do surgimento de uma vulnerabilidade social. O uso do atributo “vulnerável”, na linha 5, impõe um tom de crítica ao comportamento da sociedade, que carrega as marcas de suas más escolhas. Nesta segunda redação temos, por conseguinte, um texto expressivo em termos dos itens lexicais escolhidos, visto que todos trazem uma marca avaliativa daquilo que o aluno está julgando o tempo todo, isto é, o comportamento inapropriado da sociedade brasileira.

Também o terceiro parágrafo (linhas 5-7) se constitui por um trecho argumentativo fundamentado em uma avaliação de julgamento de sanção social, uma vez que afirma que a sociedade é punida por seu comportamento inadequado. A escolha de itens lexicais como “problema” e “prejudica” (linha 5) surge como forma de o aluno mostrar as implicações sociais vivenciadas pelas escolhas erradas que, muitas vezes, o cidadão realiza. Deixar de lado a importância de saber escrever, por exemplo, é uma má escolha, que pode trazer sérios danos à sociedade. Ao se inserir no grupo de pessoas prejudicadas pelas escolhas feitas pela sociedade como um todo, por meio do uso de “nossas” (“Certamente esse ‘problema’ está prejudicando as nossas vidas...”, linha 5), o autor da redação elabora sua linha argumentativa baseado em sua experiência de vida. O escritor também tece sua argumentação com base em seu testemunho, voltado ao exemplo de jogadores e modelos (linha 7), apresentando um posicionamento crítico quanto ao fato de uma pessoa ser “rica” e não saber usar adequadamente a língua portuguesa, enquanto uma pessoa com baixa situação financeira sabe usar a língua corretamente. As ideias contidas nesse argumento nos remetem a opiniões comuns, já que surgem como consequência de uma visão comumente aceita por determinados grupos sociais.

Ao finalizar sua redação, observamos que, no quarto parágrafo, o aluno volta-se ao título de sua redação, retomando a apreciação negativa realizada: “... só assim esse grande problema é resolvido...” (linha 9). Entretanto, mais uma vez, podemos entender que essa apreciação é gerada em meio a momentos de julgamento: “As escolas, cursos, faculdades tem de dar mais importância a escrita, e a sociedade cobrar muito mais de todos...” (linhas 8 e 9) e “e a língua portuguesa muito mais valorizada.” (linha 10). O uso de “só” e “assim” concede a relação de dependência entre os fatos, enfatizada pelos dois adjuntos modais que aumentam a força argumentativa dessa relação.

Como dito anteriormente, para o autor do texto, o “problema” não está na escrita, mas em seus usuários, que não sabem usar ou valorizar a “norma padrão” (julgamento). A partir de uma pergunta “o que fazer para resolver isso?” (linha 8), que logo adiante é respondida, o escritor julga negativamente o comportamento das escolas, cursos, faculdades e da própria sociedade, já que parece que essas instituições não se importam tanto com a escrita. Além disso, o aluno-escritor afirma que é necessário que a sociedade tome sérias providências para que esse “problema” seja resolvido (julgamento). O uso da palavra “problema” aparece desde o título e permanece ao longo da redação, gerando um teor argumentativo ao texto, que é formado a partir de um problema que é apresentado (1º e 2º parágrafos), discutido (3º parágrafo) e que, por

fim, precisa ser solucionado (4º parágrafo). Ressalta-se que, como apontado, todas as referências ao “problema” apresentado se localizam em momentos de julgamento, quando podemos entender que, mais do que “ser”, esse problema parece ser um “comportar-se”, haja vista que todas as ações avaliadas referem-se a situações desenvolvidas por seres humanos durante suas interações sociais.

Além disso, o autor traz para seu texto diversos itens léxico-gramaticais que possuem valor negativo, que são usados pelo escritor no desenvolvimento de seu argumento e posicionamento autoral quanto à falta de valorização da sociedade com a sua própria língua: “tremenda decadência” (linha 1); “vulnerável” (linha 4); “problema” (título, linhas 5 e 9), dentre outros. A fim de reforçar seus argumentos, o autor também recorre a escolhas de itens de modalidade, como “certamente” (linha 5) e “tem de” (linha 8) como forma de impor maior força ao posicionamento apresentado.

A redação “O grande problema da escrita” apresenta uma linha argumentativa mais voltada para a apresentação do comportamento da sociedade, constituindo-se como um texto essencialmente valorativo, no nível do julgamento. Portanto, o aluno-escritor cria seus argumentos norteados por avaliações de julgamento, que permeiam todo o seu discurso e que, ao mesmo tempo, têm pouca relação com o tópico oferecido. Tal fato nos leva a crer que o escritor faz determinadas críticas sociais, que estão embasadas em fortes crenças, porém os seus pontos de argumentação têm pouca relação com o tema geral inicialmente pedido na proposta de produção textual.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das duas redações selecionadas para este trabalho sugere que, muito comumente, alunos recorrem à estratégia de recursos avaliativos, sobretudo, de julgamento para a construção de seu argumento. Mesmo apresentando inadequações quanto ao uso da língua e baixa proficiência no domínio da escrita para seu nível de estudo, foi possível observar que, por meio de recursos atitudinais de julgamento, os alunos-escritores foram capazes de se posicionar quanto ao assunto da redação aplicada.

A presença de avaliações de julgamento nos textos investigados revelou que crenças e valores particulares, geralmente baseados em experiências pessoais vividas pelos alunos, constroem o posicionamento autoral quando os pontos de argumentação foram seguidos de avaliações da estima social e sanção social, trazidas a partir da descrição e avaliação de padrões comportamentais. Dessa forma, é possível apontar que os elementos avaliativos de julgamento evidenciam o posicionamento do aluno-escritor, que tem sua força argumentativa aumentada pela escolha de elementos de modalidade e de itens léxico-gramaticais.

Além disso, as experiências particulares mostram que os alunos também recorrem a avaliações de afeto, baseadas na emoção, para caracterizar e reforçar as ideias defendidas. Foi possível perceber que tais avaliações concedem uma força argumentativa aos textos, já que há a criação de argumentos voltados para fatos reais que, em muitos casos, são vivenciados pelos próprios alunos. Assim sendo,

encontramos muitas avaliações de afeto autoral e explícito, o que imprime uma maior responsabilidade quanto ao posicionamento e ideias defendidas pelos alunos-escritores.

Podemos dizer, também, que o fato de existirem muitas avaliações de comportamento humano – seja pela postura inadequada da sociedade, que por suas escolhas sofre sanções sociais, seja pelo aumento/diminuição da capacidade infligida aos que dominam (ou não) a língua portuguesa – nos leva a identificar que a crítica feita à sociedade (aos cidadãos brasileiros) vai além do saber escrever para ser incluído socialmente, mas relaciona-se ao saber agir/comportar-se para ser incluído no meio social. Os alunos argumentam que grande parte da população brasileira não sabe ler e escrever adequadamente (Redação 1), bem como não há interesse de muitos por um ensino de qualidade (Redação 2). Tais ideias nos levam a atentar para o fato de que, segundo o posicionamento desses dois alunos, é hora de a sociedade mudar sua postura e comportamento para que o país possa avançar.

Além disso, o diálogo proposto entre a LSF, o Sistema de Avaliatividade e a vertente social da argumentação indicou a possibilidade de vermos a criação do posicionamento autoral no *corpus* selecionado com lentes mais amplas, uma vez que o olhar analítico trazido pelos recursos atitudinais puderam ilustrar a construção do posicionamento dos escritores. Ao avaliarem os fatos relatados nos pontos de argumentação criados em seus textos, os alunos trouxeram, de forma espontânea e sem prévia discussão, uma elaboração mais detalhada dos recursos avaliativos de julgamento, afeto e da apreciação. Em linhas gerais, a argumentação foi, então, construída por momentos de avaliação de atitudes, expressos de forma explícita, principalmente pelo uso de elementos atitudinais de comportamento humano, com base na estima e na sanção social dos sujeitos avaliados. Os recursos avaliativos de afeto foram utilizados de forma autoral e explícita, assim como nos foi possível observar apreciações, em sua maioria, negativas.

Certamente, uma análise de redações advindas de outros contextos é fundamental para observarmos se os resultados aqui encontrados são recorrentes (ou não) em outros ambientes. Outro aspecto a ser considerado relaciona-se à comparação entre os textos propostos para que os significados avaliativos possam ser confrontados, a fim de observarmos como os aspectos contextuais são elaborados ao longo do texto. Reconhecemos, no entanto, que, para os propósitos deste estudo, tal fato fugiria da centralidade de nossa análise, sendo um fator importante a ser considerado no desenvolvimento de investigações futuras.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. R. *Vozes de julgamento como pontos de argumentação na produção escrita de alunos do ensino médio: abordagem sociodiscursiva e sociosemiótica*. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

BALOCCHO, A. E.; CARVALHO, G.; SHEPHERD, T. Students' attitudes towards affirmative action in Brazilian universities. In: *33rd ISFC Proceedings*. São Paulo, p. 647-670, 2006.

BAKHTIN, M. Discourse in the novel. In: HOLQUIST, M. (Ed.) *The dialogic imagination*. Austin Texas: University of Texas Press, [1935]1981.

ABREU, Adriana Rodrigues de; NÓBREGA, Adriana Nogueira Accioly. Avaliação e argumentação: uma análise da produção textual no ensino médio. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, SC, v. 15, n. 2, p. 285-302, maio/ago. 2015.

- BRETON, P. *A argumentação na comunicação*. Tradução de Viviane Ribeiro. 2. ed. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003.
- CASTRO, L. M. *Escrita e Letramento no Ensino Médio: uma abordagem sistêmico-funcional e de Linguística Aplicada*. 2009. 150f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- CELANI, M. A. A. Transdisciplinaridade na Linguística Aplicada no Brasil. In: SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. C. (Org.). *Linguística Aplicada e transdisciplinaridade: questões e perspectivas*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *O planejamento da pesquisa qualitativa: Teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- EGGINS, S. *An Introduction to Systemic Functional Linguistics*. London: Continuum, 2004.
- FONSECA, H. Letramento e construção identitária: a emergência dos posicionamentos social e autoral em memoriais. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 17, n. 32, p.195-218, 1º sem. 2013.
- HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. 2 ed. London: Arnold, 1994.
- _____; HASAN, R. *Language, context, and text*. Aspects of Language in a social-semiotic Perspective. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- _____; MATTHIESSEN, C. *An introduction to functional grammar*. Revised by Christian M. I. M. Matthiessen. London: Arnold, 2004.
- HYLAND, K. *Teaching and researching writing*. London: Longman, 2002.
- _____. Stance and engagement: a model of interaction in academic discourse. *Discourse Studies*. v. 7, n. 2, p. 173-192, 2005.
- _____. *Disciplinary identities: individuality and community in academic discourse*. Cambridge University Press, 2012.
- MARTIN, J. Beyond exchange: Appraisal systems in English. In: HUSTON, S.; THOMPSON, G. (Eds). *Evaluation in text*. Oxford: Oxford University Press, 2003. p. 142-175.
- _____; ROSE, D. *Working with discourse: Meaning beyond the clause*. New York: Continuum, 2007.
- _____; WHITE, P. *The Language of Evaluation: Appraisal in English*. New York: Palgrave/Macmillan, 2005.
- MOITA LOPES, L. P. Introdução: uma linguística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- NÓBREGA, A. N. *Narrativas e avaliação no processo de construção do conhecimento pedagógico: abordagem sociocultural e sociosemiótica*. 2009. 244f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- _____; VIANNA, A. *Produção textual e metáfora gramatical no ensino médio*. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DE LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL DA AMÉRICA LATINA (ALSFAL), 6., 2010. Trabalho apresentado na Sessão de Comunicações Coordenadas A teoria Sistêmico-Funcional e o corpus em contextos pedagógicos. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.
- _____; MAGALHÃES, C. E. A. Narrativa e identidade: Contribuições da avaliação no processo de (re)construção identitária em sala de aula universitária. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 16, n.2, p. 68-84, 2012.
- _____; ABREU, A. R. Vozes argumentativas e posicionamento autoral na produção escrita escolar. *Gragoatá*, Niterói, n. 38, p. 247-267, 1. Sem. 2015.
- PAGE, R. An analysis of APPRAISAL in childbirth narratives with special consideration of gender and storytelling style. *Text*, v. 23, n. 2, p. 211-237, 2003.
- VIAN JR., O. O sistema de avaliabilidade e os recursos para gradação em Língua Portuguesa: questões terminológicas e de instanciação. *D.E.L.T.A.*, v. 25, n.1. São Paulo, 2009.
- _____. O Sistema de Avaliabilidade e a linguagem da avaliação. In: VIAN JR., O. et al. *A linguagem da avaliação em língua portuguesa: estudos sistêmico-funcionais com base no Sistema de Avaliabilidade*. São Carlos, Pedro & João Editores, 2010.
- _____. Avaliabilidade, engajamento e valoração. *D.E.L.T.A.*, v. 28, n.1. São Paulo, 2012.
- _____. Linguística Sistêmico-Funcional, Linguística Aplicada e Linguística Educacional. In: MOITA LOPES, L. P. *Linguística Aplicada na modernidade recente*. São Paulo: Parábola, 2013.

PRODUÇÃO TEXTUAL

Muito tem se discutido sobre o ensino e uso da escrita formal em língua portuguesa e sua relação com a inclusão social. Os trechos abaixo selecionados tratam desse tema e têm por objetivo ajudá-lo a refletir sobre essa questão:

Ler e escrever faz parte do cotidiano de todas as pessoas, por isso a sua importância no convívio social. É através do uso da leitura e da escrita que o sujeito vai sentir-se incluso na sociedade e ser caracterizado como cidadão participante. Sabemos que um dos responsáveis pela socialização do indivíduo é a escola.

(adaptado de Santos, A. O. Disponível em www.artigonal.com em 27/01/2012)

“Acho mesmo que escrever é importante, quer dizer, saber escrever. Só que muita gente se esquece que há muitos artistas, jogadores de futebol e até empresários que nem tem o primeiro grau, mas acumulam muitos milhões em suas contas bancárias. E então, eu me pergunto: será que só escrever bem basta? Será que essa é a salvação? Será que é disso que eu preciso? Eu sei que só nascem um ou dois Sócrates e Pelés no mundo, mas quantas outras pessoas se saem bem sem estudar? Isso se chama ‘estrela’. Ou a pessoa tem ou não tem.”

(A.L.C. Estudante 3º ano Ensino Médio)

Se, já hoje, uma boa formação no ensino médio é necessária para a plena emancipação e a inserção na força de trabalho, nenhum país pode ter a expectativa de um futuro promissor se empurra para a margem tão grande proporção de seus jovens como nós o fazemos. E, na maioria dos casos, o jovem deixa a escola com um profundo sentimento de não pertença à sociedade e com a autoestima rebaixada, o que afeta profundamente o seu futuro relacionamento com essa mesma sociedade. As consequências estão à vista de todos.

(<http://blogolitica.blogspot.com/2011/12/ensino-superior-exclusao-privatizacao-e.html>)



- Tendo em vista as perspectivas apresentadas, escreva um texto dissertativo-argumentativo, entre 25-30 linhas, refletindo sobre a seguinte questão:

Qual é a sua posição sobre o ensino da escrita em língua portuguesa na escola e sua importância (ou não) para a inclusão social?

Dê um título criativo a seu texto e organize seus argumentos de forma clara, a fim de defender e sustentar seu ponto de vista.

Recebido em: 15/05/15. Aprovado em: 07/07/15.

Title: *Attitude and argumentation: an analysis of secondary school writing production*

Authors: *Adriana Rodrigues de Abreu; Adriana Nogueira Accioly Nóbrega*

Abstract: *This article aims at discussing argumentation in secondary school writing production considering resources of attitude, which may create writers' authorial positioning (HYLAND, 2012). The study focuses on Systemic-Functional Linguistics (HALLIDAY; HASAN, 1989; HALLIDAY, 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), in particular on the Appraisal System (MARTIN; WHITE, 2005), in interface with a social perspective of argumentation (BRETON, 2003). Two argumentative texts are analyzed through a qualitative approach and results suggest there are a great number of evaluations based on attitudinal resources of judgment, made by writer's appraisals and opinions about human behavior, which illustrate authorial positioning is produced through social esteem and social sanction evaluations.*

Keywords: *Systemic Functional-Linguistics. Appraisal System. Textual Production. Argumentation. Authorial Positioning.*

Título: *Evaluación y argumentación: un análisis de la producción textual en el Enseñanza Media*

Autores: *Adriana Rodrigues de Abreu; Adriana Nogueira Accioly Nóbrega*

Resumen: *El objetivo de esta investigación es discutir la práctica argumentativa en dos textos de alumnos de la Enseñanza Media, a partir de la investigación de recursos actitudinales que pueden crear el posicionamiento autoral (HYLAND, 2012) de los escritores. Para ello, tomamos por base la Lingüística Sistemico-Funcional (HALLIDAY; HASAN, 1989; HALLIDAY, 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), especialmente el Sistema de Evaluación (MARTIN; WHITE, 2005) en interface con una perspectiva social de argumentación (BRETON, 2003) para el análisis cualitativo de dos composiciones de ensayo. Resultados sugieren que hay grande número de elecciones actitudinales en los textos investigados, cuando el escritor, al valorar y opinar sobre el comportamiento humano, elabora su posicionamiento autoral por medio de evaluaciones de estima y sanción social.*

Palabras-clave: *Lingüística Sistemico-Funcional. Sistema de Evaluación. Producción textual. Argumentación. Posicionamiento autoral.*

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-150206-2814>

LER E ESCREVER NA UNIVERSIDADE: UM FAZER SÓCIO-HISTÓRICO-CULTURAL

Rodrigo Acosta Pereira*

Sandro Braga**

Universidade Federal de Santa Catarina

Centro de Comunicação e Expressão

Departamento de Língua e Literatura Vernáculas

Florianópolis, SC, Brasil

Resumo: O presente artigo objetiva delinear uma discussão teórico-metodológica acerca das práticas de ensino e de aprendizagem da leitura e da escrita na esfera acadêmica à luz das considerações epistemológicas de cunho sócio-histórico. Para tanto, revisitamos os escritos do Círculo de Bakhtin, assim como as postulações dos Novos Estudos de Letramento, a fim de construir inteligibilidades em torno das práticas de uso da língua escrita na universidade. Acreditamos que o trabalho apresenta-se relevante não apenas porque, a nosso ver, procura contribuir com as discussões atuais da Linguística Aplicada sobre as práticas de escrita e leitura na academia, como, por conseguinte, corrobora as contribuições dos estudos bakhtinianos e as pesquisas sobre letramento acadêmico para a ressignificação do fazer pedagógico em torno do ensino e da aprendizagem da leitura e da escrita na universidade.

Palavras-chave: Leitura. Escrita. Esfera acadêmica. Gênero do discurso. Letramento(s).

1 INTRODUÇÃO

Este ensaio caracteriza-se enquanto um *diálogo* engendrado a partir de elos autorais com vozes¹ outras, não apenas auscultando-as, mas, sobretudo, reacentuando-as, buscando nessa ação *dia*-lógica (PONZIO, 2012), na escuta do outrem, coconstruir inteligibilidades sobre as práticas de leitura e escrita na universidade.

Nosso diálogo consocia-se, sob essa perspectiva, a duas posições: *a concepção dialógica da linguagem* a partir dos escritos do Círculo de Bakhtin, pois entendemos que lemos e escrevemos textos-enunciados, isto é, unidades concretas da comunicação verbal (BAKHTIN, 2003[1979]); e a *dos Estudos de Letramento*, na medida em que compreendemos que ler e escrever são práticas sociais e, portanto, consubstanciadas por conjecturas de ordem histórica e cultural (BARTON, 2004). Iniciamos abordando

* Professor de Linguística Aplicada no Programa de Pós-graduação em Linguística e no Programa de Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS). Email: drigo_acosta@yahoo.com.br.

** Professor de Linguística Aplicada no Programa de Pós-graduação em Linguística. Email: sandrocombraga@gmail.com.

¹ Entendemos *voz*, sob o matiz bakhtiniano, como uma posição semântico-axiológica de dizer *sobre* e *para* o mundo.

aspectos conceituais voltados aos escritos do Círculo de Bakhtin, em especial, acerca das concepções de enunciado e gênero do discurso, assim como retomando, sempre que necessário, as demais orientações teórico-epistemológicas e metodológicas do Círculo, e, em um segundo momento, (re)enunciamos as diversas posições dos Estudos de Letramento, voltadas à compreensão da leitura e da escrita sob um matiz ideológico e crítico.

2 LER E ESCREVER TEXTOS-ENUNCIADOS: ASPECTOS CONCEITUAIS EM TORNO DOS ESCRITOS DO CÍRCULO DE BAKHTIN

Em Linguística, sob um *recorte ilustrativo* (grosso modo), diferentes áreas têm trazido à tona o conceito de enunciado, seja sob um ponto de vista linguístico-estrutural (BENVENISTE, 1966), semântico-argumentativo (DUCROT, 1987), seja linguístico-textual (ADAM, 1990; 1992), por exemplo. Nesta discussão, referimo-nos à visão de *enunciado* enquanto unidade concreta de sentido do uso da língua em situações de interação. Em outras palavras, nossa posição é endereçada nos escritos do Círculo de Bakhtin, a partir dos quais o enunciado² é visto como um “[...] fenômeno ideológico, concreto, que é sempre material e histórico.” (MEDVIÉDEV, 2012[1928], p. 44). Assim, não estaremos vinculando o enunciado a construções linguístico-estruturais de ordem argumentativa ligadas ao contexto de uso em oposição à frase, ou à configuração pragmática de proposições, mas estaremos compreendendo, em todos os momentos desta discussão, que o enunciado diz respeito a “[...] um sentido concreto [...] uma realidade concreta em condições igualmente reais de comunicação discursiva.” (BAKHTIN, 2003[1979], p. 291).

Inicialmente, podemos entender que, para o Círculo, todo enunciado é integrado à situação de interação, ou seja, a situação de enunciação (a dimensão extraverbal) não é um elemento externo ao enunciado, mas o engendra. Assim, toda situação de interação envolve o enunciado, consubstanciando-o, dotando-o de sentido. Em outras palavras, “qualquer enunciado é orientado [...] para uma determinada forma de comunicação social [...]. A comunicação, nesse sentido geral, é um aspecto construtivo da língua como tal.” (MEDVIÉDEV, 2012[1928], p. 152-153). Na voz do autor,

Qualquer enunciado concreto é um ato social. Por ser também um conjunto material peculiar – sonoro, pronunciado, visual -, o enunciado ao mesmo tempo é uma parte da realidade social. Ele organiza a comunicação que é voltada para uma reação resposta, ele mesmo reage a algo; ele é inseparável do acontecimento da comunicação. Sua realidade peculiar enquanto elemento isolado já não é a realidade de um corpo físico, mas a de um fenômeno histórico. (MEDVIÉDEV, 2012[1928], p. 183).

Com isso, ao lermos e escrevermos textos-enunciados na universidade estamos, sobretudo, nos situando em uma dada circunstância, em dado momento histórico, nas

² Entendemos *enunciado*, *texto-enunciado*, *palavra-enunciado*, *fenômeno-enunciado* como termos equivalentes nesta discussão, dado o fluxo terminológico recorrente nos escritos do Círculo.

condições de dada situação social. Se publicar um *artigo científico*³ parece ser uma prática recorrente e mais usual na área de Física em relação à publicação de livros na área de Letras, por exemplo, é porque, dadas as circunstâncias histórico-culturais, ideológicas e valorativas, o *artigo científico*, na área de Física, parece ser o recurso no qual pesquisadores desse campo têm valorado enquanto modo frequente de produção e divulgação de estudos recentes (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010), enquanto, na área de Letras, é a publicação de livros, práticas, portanto, singulares de uso da língua. Ao escrever uma *resenha* de um livro recém- publicado, apresentando à comunidade acadêmica uma determinada avaliação deste, estamos nos circunscrevendo a uma dada situação social, cujas conjecturas nessa situação (contexto histórico-cultural, valorativo e ideológico, autoria, público-leitor em potencial) engendram-se em nosso enunciado *resenha*, reunindo a presença material da palavra com o seu sentido⁴ (agenciamento de recursos linguístico-textuais e enunciativos à luz das condições da situação social).

Como já dito, o enunciado é um acontecimento da história e “sua peculiaridade é a peculiaridade de uma realização histórica em determinada época e com determinadas condições sociais.” (MEDVIÉDEV, 2012[1928], p. 183-184) e os recursos linguísticos que se operam no enunciado seguem essas determinações. A partir disso, podemos compreender que todo enunciado está integrado à situação de comunicação e a construção do enunciado não se refere ao arranjo de elementos linguísticos de forma intrassistêmica, mas, de fato, às condições e objetivos da situação de comunicação.

Assim, após entendermos a situação social como um elemento constitutivo do enunciado, dando-lhe “o relativo acabamento” (ACOSTA-PEREIRA, 2008; 2012; RODRIGUES, 2005), cabe discutirmos, em adição, as peculiaridades ou características distintivas do enunciado, diferenciando-os da oração, unidade da língua, questões que contribuem para nossa busca de entendimento do que seja o enunciado enquanto unidade concreta da comunicação verbal.

Bakhtin (2003[1979]) apresenta como características distintivas dos enunciados: (i) a alternância dos sujeitos do discurso; (ii) a conclusibilidade e (iii) a expressividade. Para o Círculo, por mais distintos que sejam os textos-enunciados em função de sua extensão, estilo ou composição (veja uma *resenha* em relação a uma *tese* de doutorado), todo enunciado possui peculiaridades comuns e “[...] antes de tudo *limites* absolutamente precisos.” (p. 274-275, grifo do autor). Uma das peculiaridades diz respeito à alternância dos sujeitos do discurso, isto é, como bem reitera o autor, a alternância dos falantes do enunciado. Com formas diversas e sob o matiz de propósitos plurais, a alternância dos falantes do enunciado define, de forma relativamente acabada, o início e o fim do enunciado, seu *dixi* conclusivo. A alternância cria limites precisos para o enunciado e “[...] termina com a transmissão da palavra ao outro [...]” (BAKHTIN, 2003[1979], p. 275).

A alternância ocorre, como já dito, de formas diversas, podendo ser momentânea como nos exemplos acima ou retardada, como nas respostas que emitimos aos diversos

³ Marcaremos em *itálico* toda vez que nos remetermos a gêneros da esfera acadêmica.

⁴ “Por meio da avaliação de novas publicações, o conhecimento na disciplina [...] se reorganiza e as relações de poder, de *status* acadêmico se reacomodam.” (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010, p. 27).

textos-enunciados que lemos ou que escrevemos. Ao lermos um *capítulo de um livro* e logo depois emitirmos uma avaliação responsiva (concordância, discordância, aceitação, recusa etc.) ou ao escrevermos um *resumo* em volta desse mesmo capítulo, estamos nos circunscrevendo em situações sociais nas quais alternamos a posição de sujeitos com o sujeito-autor desses textos-enunciados.

Como explica Bakhtin (2003[1979], p. 275-276), “cada réplica, por mais breve e fragmentária que seja, possui uma conclusibilidade específica ao exprimir certa posição do falante que suscita resposta, em relação à qual se pode assumir uma posição responsiva.” Ainda, reitera o autor, “essas relações só são possíveis entre enunciações de diferentes sujeitos do discurso [...]”. Assim, com base nessas considerações, podemos entender que o que caracteriza o enunciado, dentre outras peculiaridades, é a possibilidade que este agencia de todo sujeito do discurso ocupar uma posição responsiva. Em outras palavras, todo enunciado demanda respostas e essas advêm da relação intersubjetiva que se constrói em dada situação mediada pelo enunciado. O enunciado sempre mantém relação imediata com enunciados outros e possui capacidade de determinar a posição de resposta do outro a partir da alternância que se estabelece na enunciação.

Dessa caracterização, o autor nos conduz à segunda peculiaridade do enunciado, a conclusibilidade. Para o autor, a conclusibilidade é “uma espécie de aspecto interno da alternância dos sujeitos do discurso.” (BAKHTIN, 2003[1979], p. 280). Ainda, essa peculiaridade é específica e determinada por categorias que conferem relativo acabamento ao enunciado: a exauribilidade semântico-objetal do tema; a vontade discursiva do falante e as formas estáveis do gênero. Para fins de explicitação, propomos um quadro explicativo com base nas colocações do autor:

Quadro 1 – Peculiaridades do enunciado

Exauribilidade semântico-objetal do enunciado	É a exauribilidade do objeto e do sentido, isto é, o que pode ser discursivizado em dada situação social e no âmbito de uma ideia visada pelo autor.
Intenção ou vontade discursiva do falante	“É o que determina o todo do enunciado, o seu volume e as suas fronteiras. Imaginamos o que o falante quer dizer, e com essa ideia verbalizada, essa vontade verbalizada [...] é que medimos a conclusibilidade do enunciado.” (BAKHTIN, 2003[1979], p. 281).
As formas estáveis de gênero do enunciado	“Formas relativamente estáveis e típicas da <i>construção do todo</i> .” (BAKHTIN, 2003[1979], p. 282, grifos do autor).

Fonte: Bakhtin (2003 [1979]).

Como podemos perceber, a exauribilidade semântico-objetal diz respeito ao que está sendo discursivizado no enunciado em dada situação de interação, ou seja, o objeto a ser tematizado, seguindo a vontade discursiva do falante. Esta, por sua vez, corresponde ao projeto de discurso do sujeito, sua intenção, seu querer-dizer. Desse querer-dizer não apenas ascende *o que* se pode dizer, como, por conseguinte, *o como* se pode dizer, a forma típica do enunciado, seu gênero de discurso (questão a ser abordada

a seguir). Por exemplo, ao ler um *trabalho de conclusão de curso* (TCC) ou uma *tese de doutorado*, antes de tudo atentamos para o objeto a ser tratado nesses textos-enunciados, nos perguntando, geralmente, sobre do que se trata; o que o pesquisador investigou; sobre como a pesquisa foi realizada. Dadas as circunstâncias de um TCC ou de uma *tese*, o objeto é tratado de forma diferente, seja em torno da extensão, do volume, do estilo, seja em volta da composição e da própria situação de interação que se estabelece.

Compreendemos, assim, que todo enunciado atinge relativo grau de conclusibilidade, permitindo suscitar respostas. Esse trabalho é determinado, portanto, pelos três elementos ligados ao todo orgânico do enunciado, conferindo-lhe sentido e conclusividade: o tratamento exaurível do objeto e do sentido; o projeto de discurso do sujeito-autor e as formas estilístico-composicionais do gênero do enunciado.

Em relação à expressividade, Bakhtin (2003[1979]) explica-nos que corresponde à relação do enunciado com o próprio sujeito-autor e com os demais interlocutores da situação social, ou seja, “a relação subjetiva emocionalmente valorativa do falante com o conteúdo do objeto e do sentido do enunciado.” (p. 289). A expressividade, além de corresponder à projeção axiológica do enunciado e, portanto, ao valor que o sujeito-autor imprime à situação, diz respeito, em adição, à escolha dos recursos linguístico-gramaticais e textuais que o sujeito-autor agencia em seu enunciado para tal.

Para o Círculo, “as palavras não são de ninguém, em si mesmas nada valorizam, mas podem abastecer qualquer falante e os juízos de valor mais diversos e diametralmente opostos dos falantes” (BAKHTIN, 2003[1979]) p. 290). A expressividade, com isso, é o que impossibilita o enunciado de ser neutro, pois é o contato da língua com a realidade que gera a centelha da expressão. “Portanto, a emoção, o juízo de valor, a expressão são estranhos à palavra da língua e surgem unicamente no processo de seu emprego vivo em um enunciado concreto.” (BAKHTIN, 2003[1979], p. 292).

Quando assistimos a uma *palestra*, o palestrante pode imprimir em seu discurso determinados tons expressivos. Pode se posicionar contrário a um determinado campo científico, desqualificando-o, como, por outro lado, pode colocar-se numa posição de “moderador”, dialogando com dois horizontes epistemológicos divergentes. Nos dois casos, sua *palestra*, enquanto texto-enunciado, se construirá em uma dada projeção expressiva, valorativa, agenciando determinados recursos linguísticos (gramaticais, textuais, multissemióticos) para ratificar essa projeção.

Em um *ensaio acadêmico*, podemos discutir um conceito sob o horizonte apreciativo de uma dada teoria X ou Y, isto é, o *ensaio* será construído a partir do ponto de vista expressivo que imprimirmos sob dado objeto. Assim, nossos enunciados recebem o matiz da expressão valorativa determinada pelo projeto discursivo do sujeito-autor, que não apenas recorta o objeto tematizado de forma singular como agencia recursos linguísticos a favor desse matiz. Para Bakhtin (2003[1979], p. 298-299, (grifo nosso), “a expressão do enunciado, em maior ou menor grau, responde, isto é, exprime a relação do falante com os enunciados do outro, [...] é pleno de *tonalidades dialógicas*.” Sob a perspectiva da *palestra*, ao nos posicionarmos contrários a determinado campo científico, procurando apresentar subsídios ao outro dessa discordância, reenunciamos dizeres de outrem, que possam, na situação social dada, convergir com nosso dizer.

Então, tudo sobre o que falamos nunca é a primeira vez dizível à situação, mas sempre está envolto nos dizeres outros sobre ele. Em outras palavras, “o enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva e não pode ser separado dos elos precedentes que o determinam tanto de fora quanto de dentro, gerando nele atitudes responsivas diretas e ressonâncias dialógicas.” (BAKHTIN, 2003[1979], p. 300).

Ao entrar em relação dialógica com o enunciado do outro, imprimindo a expressividade intencional na dada situação, todo sujeito-autor tem em vista seu interlocutor. Cada enunciado tem um interlocutor e o sujeito-autor constrói seu enunciado tendo em vista este (seja em torno do que se fala, seja da expressão valorativa que se imprime). Assim, se estamos em uma *palestra* para alunos de graduação, a apresentação poderá estar diferente de uma *palestra* para professores doutores pesquisadores da área que se aborda. Com isso, Bakhtin explica que, como todo enunciado, e suas formas típicas – os gêneros –, têm uma concepção de autor e de destinatário; ao enunciar, todo sujeito-autor leva sempre em consideração seu público em potencial, seu fundo aperceptivo (até que ponto o outro conseguirá compreendê-lo?). Não poderíamos apresentar um determinado estudo com alto grau de complexidade para um público que não compartilha conosco de conhecimentos prévios sobre dado tema, por exemplo.

A partir disso, a terceira peculiaridade do enunciado corrobora a aceção de que todo enunciado é valorativo, expressivo, axiológico. E esse valor que colore todo enunciado sempre é correlacionado ao matiz da situação social, seja da posição que assume o sujeito-autor, seja do fundo aperceptivo de seu interlocutor.

Dada a discussão em volta das peculiaridades dos enunciados e visto que todo enunciado relativamente estável apresenta formas típicas – os gêneros –, direcionemos nossa discussão para o conceito de *gêneros do discurso*. Embora não tenhamos delineado até este momento questões específicas em torno do gênero, suas particularidades estão imbricadas às particularidades do enunciado. Além disso, a todo momento, nesta discussão, as exemplificações giraram em torno de gêneros do discurso da esfera acadêmica, como podemos visualizar na retomada dos gêneros no quadro a seguir:

Quadro 2 – Alguns gêneros da esfera acadêmica

Palestra
Artigo
Resenha
Resumo

Fonte: Discussão dos autores.

Para o Círculo, nós nos utilizamos da língua na forma de enunciados. E os enunciados, quando tipificados nas diversas situações de interação, relativamente se estabilizam na forma de gêneros do discurso. Portanto, são os gêneros que orientam o

sujeito-autor no processo de comunicação e o interlocutor no relativo acabamento do enunciado. Assim, para Bakhtin (2003[1979]), por mais diferentes que sejam os enunciados, estes, como unidades da comunicação discursiva, possuem características comuns e lhes dão acabamento, como vimos, dentre essas, as formas típicas de gênero.

Como explicam Acosta-Pereira (2012) e Rodrigues (2005), os gêneros do discurso podem, em relação ao sujeito-autor (falante), ser considerados como modelos relativamente estáveis para a construção do todo do enunciado; por outro lado, em relação ao interlocutor (o ouvinte), os gêneros do discurso se apresentam como certos “horizontes de expectativas”, sinalizando ao outro sua extensão, sua composição, sua posição expressiva, possibilitando, por exemplo, a alternância na comunicação. Quando lemos uma *resenha*, por exemplo, sabemos que, geralmente, a recomendação ou não da obra apresenta-se ao final, após a avaliação. A análise dos dados e a conclusão em um *artigo científico* são partes finais desse gênero. Ao ler uma *resenha* ou um *artigo científico*, como nos exemplos acima, o ouvinte (o leitor), desde o início, infere o gênero no qual o enunciado se encontra moldado e, dessa forma, as feições do gênero em questão já se constituem como elementos indispensáveis à compreensão (interpretação) desses enunciados.

[...] a enunciação é produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados [...]. *A palavra dirige-se a um interlocutor* [...]. Na realidade, toda a palavra comporta *duas faces*. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede *de* alguém, como pelo fato de que se dirige *para* alguém. Ela constitui justamente *o produto da interação do locutor e do ouvinte*. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. [...] A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela apoia em mim numa extremidade, na outra se apoia sobre o meu interlocutor. A palavra é um território comum do locutor e do interlocutor. (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2006[1929], p. 117, grifo dos autores).

Podemos, assim, compreender que qualquer que seja o enunciado, ele é determinado pelas condições reais da situação de comunicação em questão, como vimos no início deste ensaio. A situação social imediata e o meio social mais amplo, em seus matizes históricos, culturais, ideológicos e valorativos determinam o gênero. Os gêneros não são criados pelos seus falantes, mas lhes são dados historicamente, e o uso de um determinado gênero e outro está consociado a sua esfera de atividade humana, historicamente definida (BAKHTIN, 2003[1979]).

Bakhtin (2003[1979]) propõe as esferas sociais como princípio organizador dos gêneros. As esferas tipificam situações de interação, estabilizando relativamente os enunciados que nelas circulam, originando gêneros do discurso particulares dessas esferas. Na universidade, nossas práticas de uso da língua (escrita, oral, multissemiótica) são relativamente estabilizadas pelo campo no qual os enunciados são produzidos e circulam, a própria esfera acadêmica. Determinados gêneros são particulares desse campo, não mediando situações de interação em esferas outras. Como explica Medviédev (2012[1928], p. 198), “se abordarmos o gênero do ponto de vista da sua relação interna e temática com a realidade e sua formação, então, podemos dizer que cada gênero possui seus próprios meios de visão e de compreensão da realidade, que são acessíveis somente a ele.” A partir disso, escrever *resumo indicativo* ou *relatório de um projeto de pesquisa* parece ser práticas típicas e relativamente estáveis de uso da língua

na esfera acadêmica. E os gêneros, que medeiam essas práticas, servem para orientar e discursivizar certos aspectos da realidade acessíveis a eles: realizar uma inscrição em um evento científico e relatar as ações de um projeto de iniciação científica, por exemplo. Desse modo, “cada gênero é capaz de dominar somente determinados aspectos da realidade, ele possui certos princípios de seleção, determinadas formas de visão e de compreensão dessa realidade [...]” (MEDVIÉDEV, 2012[1928], p. 196). Cada gênero, em síntese, é um complexo arranjo de meio de acabamento do real.

Além disso, cada esfera conhece e aplica os seus próprios gêneros (RODRIGUES, 2005), posto que as características particulares da constituição e do funcionamento dos gêneros estão vinculadas às especificidades das esferas nas quais estes funcionam, circulam e significam (ACOSTA-PEREIRA, 2012). Cada esfera, portanto, organiza suas formas típicas de comunicação social, e um exemplo, por assim dizer, pode ser as várias formas de resenhar e de resumir nas diversas esferas. Os gêneros se constituem a partir de situações da vida social relativamente estáveis, ou seja, imersos nas esferas sociais que, por sua vez, comportam diversos intercâmbios comunicativos.

Desse modo, a realidade do gênero e a realidade que o gênero pode alcançar estão organicamente ligadas. Porém, vimos que a realidade do gênero é a realidade social de sua realização no processo de comunicação social. Dessa forma, o gênero é um conjunto de meios de orientação coletiva na realidade, dirigido para seu acabamento. Essa orientação é capaz de compreender novos aspectos da realidade. A compreensão da realidade desenvolve-se e origina-se no processo de comunicação social ideológica. (MEDVIÉDEV, 2012[1928], p. 200).

Como podemos compreender na voz de Medviédev (2012[1928]), em função da complexidade de cada esfera e da pluralidade de orientações para o real, a diversidade e a fluidez dos gêneros são infinitas. Conforme Bakhtin (2003[1979]) explica, são inesgotáveis as possibilidades das ações humanas, e como cada esfera dessas atividades se organiza originando gêneros particulares, há sempre a possibilidade do surgimento de novos gêneros. Ademais, como os gêneros são fluidos e dinâmicos, podem se modificar com o tempo e em função das situações de interação que se modificam. Um *fichamento* de um livro em cartões, hoje, em pleno século XXI, parece não ser mais usual, dados os múltiplos recursos tecnológicos para produzir um *fichamento* em ambiente virtual, por exemplo.

Os gêneros refletem as tendências mais perenes da evolução histórica (BAKHTIN, 2008[1963]). Entretanto, todo gênero, mesmo no processo de atualização e de renovação, conserva as particularidades características de tempos anteriores: mesmo sendo um *fichamento* em ambiente virtual, certas feições estilístico-composicionais (as mais “peculiares”) do gênero *fichamento* em cartões se mantêm, por exemplo. Para Bakhtin (2008[1963], p. 121),

O gênero conserva sempre os elementos imorredouros da *archaica*. É verdade que nele essa *archaica* só se conserva graças a sua permanente *renovação*, vale dizer graças a sua atualização. O gênero sempre é e não é ao mesmo, sempre é novo e velho ao mesmo tempo. O gênero renasce e se renova em cada etapa do desenvolvimento [...] em cada obra individual de um dado gênero. Nisto consiste a vida do gênero. Por isso, não é morta nem a

archaica que se conserva no gênero; ela é eternamente viva, ou seja, é uma *archaica* com capacidade de renovar-se. O gênero vive do presente, mas sempre *recorda* o seu passado, o seu começo. (BAKHTIN, 2008[1963], p. 121, grifos do autor).

Todo gênero do discurso possui uma lógica concreta orgânica (como já dito, no início do ensaio) determinada criativamente a partir de protótipos ou fragmentos do gênero. Assim, cada variedade do gênero, ou cada novo gênero, sempre generaliza essa lógica, contribuindo para sua renovação. Além disso, podemos entender que novos gêneros nascem como resultado de mudanças sociais, a partir do advento de novas práticas sociais e, por conseguinte, de novas práticas de uso da linguagem. Atualmente, por exemplo, tornou-se habitual, em diversos eventos científicos, a inscrição mediante um *resumo expandido*, diferentemente do *resumo indicativo* de até 250 ou 300 palavras. Um outro exemplo seria o caderno de *handouts*, recurso utilizado na comunicação oral como suporte para registro das ideias explicitadas somente na oralidade e que tem se tornado recorrente em diversos eventos. Utilizar-se de um *resumo* mais longo e detalhado de dada pesquisa para inscrição em um evento e reunir *handouts* das apresentações caracterizam novas práticas sociais de uso da linguagem, agenciando gêneros para tanto.

Sob essa perspectiva, podemos compreender que as formas de interação verbal, sensíveis a todas as transformações sociais, acham-se estreitamente vinculadas às condições da situação de interlocução dada e reagem sensivelmente a todas as flutuações da atmosfera social. Novos usos da linguagem em situações sociais potencializam o uso de novas formas de uso da língua, novos gêneros do discurso. Assim, todo gênero não apenas responde às necessidades sociais e às experiências intersubjetivas, como também, por conseguinte, traz em si uma apreciação da realidade social (MEDVIÉDEV, 2012[1928]).

Outra questão importante é entender que os gêneros do discurso são formas de organização de nosso discurso, permitindo a comunicação social inteligível. Imaginemos se, ao escrever uma *dissertação de mestrado*, cada um seguisse um modo específico de escrita à luz da criatividade subjetiva. Mesmo sendo plásticos e fluidos, os gêneros são enunciados estáveis, organizando nosso discurso, refletindo as condições específicas e as finalidades de cada esfera social por meio da relativa estabilidade (regularidade) do objeto temático, como também do estilo e da orquestração composicional. As instâncias estão indissolúvelmente ligadas no todo do enunciado e são igualmente determinadas pela especificidade da esfera. Para fins didáticos, vejamos no quadro 3, a seguir, as instâncias constitutivas dos gêneros do discurso, com base na pesquisa de Acosta-Pereira (2012).

Com efeito, em todo gênero agenciam-se conteúdo temático, estilo e composição, que, num trabalho conjunto, imprimem relativa estabilidade a este. Como os gêneros orientam-se na e para a vida, refletindo e refratando determinados aspectos da realidade, as instâncias constitutivas trabalham nesses dois planos. Em suma, podemos entender que todo enunciado típico se materializa em um gênero e este, por sua vez, agencia conteúdo temático, estilo e composição conforme as especificidades da esfera e das condições sociais da situação de interação que medeia. Os gêneros podem ser considerados formas sociais de ver e interpretar aspectos particulares do mundo, pois, enquanto sujeitos sociais, experenciamos o mundo por meio de gêneros do discurso.

Quadro 3 – Instâncias constitutivas dos gêneros do discurso

Conteúdo temático	Todo gênero tem um conteúdo temático, seu objeto de discurso, sua unidade de sentido e uma orientação ideológica específica. Não é o assunto específico do gênero, mas o domínio de sentido de que se ocupa o gênero. Desse modo, podemos compreender que o conteúdo temático diz respeito à maneira como o gênero seleciona elementos da realidade e como os trata na constituição de seu objeto de discurso.
Estilo	Seleção típica de recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua. Diz respeito às possibilidades de utilização de recursos linguísticos agenciados por um gênero.
Orquestração composicional	Procedimentos de disposição, orquestração e acabamento do enunciado, e leva em consideração a mobilização dos participantes da comunicação. É responsável pela organização material do enunciado. É uma forma padrão relativamente estável.

Fonte: Bakhtin (2003 [1979]).

Em nossa discussão em torno do enunciado e do gênero do discurso, procuramos delinear caminhos conceituais e exemplificatórios para compreender por que, em nossas situações de interação específicas na esfera acadêmica, lemos e escrevemos textos-enunciados. Após essa discussão inicial, voltamo-nos às posições dos *Estudos de Letramento*, pois entendemos que ler textos-enunciados é uma prática social, histórica e cultural e, portanto, engendrada em eventos e práticas de letramento.

3 LER TEXTOS-ENUNCIADOS: UM EVENTO SÓCIO-HISTÓRICO-CULTURAL E IDEOLÓGICO

Situamo-nos, neste momento, em uma posição que considera a linguagem em uso em situações sociointeracionais e, portanto, responsável por instituir relações intersubjetivas. Conseqüentemente, nossa discussão em torno de ler e escrever textos-enunciados na universidade adquire uma dimensão antropológica, política e social. A partir disso, evocamos os postulados dos *Estudos de Letramento* (BARTON; HAMILTON, 1998, 2000; GEE, 1996, 2000; HEATH, 1983; LANKSHEAR; KNOBEL, 2007, 2011; LEA; STREET, 2006).

Primeiramente, conforme esses postulados, entendemos que *letramento* corresponde a modos sociais de se utilizar a língua escrita em situações particulares de uso. O letramento em uma perspectiva social, histórica e cultural que encontra lugar nos *Novos Estudos de Letramento* concebe que a leitura e a escrita são sempre situados em práticas sociais específicas, instituindo relações sociais com valores singulares (GEE, 2000). Assim, ao interagir com o outro por meio da língua escrita, situamo-nos, ambos,

em relações axiologicamente marcadas, possibilitando assumir ou não papéis sociais nas situações que se estabelecem. Pode-se avaliar um *artigo* a ser publicado em uma revista, assumindo-se o papel de parecerista. Ainda, pode-se assumir o papel de avaliador de uma *tese*, para conferir ou não o grau de doutor a um acadêmico, como, em outra ocasião, pode-se ser o acadêmico que, após a escrita da *tese*, espera a consequente (procedente) avaliação. Na universidade, como na vida social em geral, ao usar a língua, nas diferentes e múltiplas situações sociais, axiologicamente assume-se diferentes papéis.

Concordamos com Rodrigues e Cerutti-Rizzatti (2011), para quem o letramento diz respeito ao amplo fenômeno social de uso da escrita em diferentes espaços sociais, a fim de alcançar diferentes objetivos e instituindo diferentes relações intersubjetivas. Como reiteram as autoras, por *letramento* podemos compreender as práticas sociais que cada indivíduo assume em relação ao uso da língua escrita situada no contexto em que esse sujeito interage com outrem. Assim, ao escrever na universidade, estamos, dentre outras ações, instituindo relações sociais e nos posicionando em papéis específicos: aluno, acadêmico, pesquisador, profissional em formação, etc., que não apenas legitimam nossos textos-enunciados em situações particulares, como, por outro lado, os consubstanciam de sentido: por exemplo, a entrega de um *relatório de estágio* ao final do período do curso é requisito (parcial ou final) para o término da graduação e a obtenção do grau de graduado.

Dessa forma, ao endereçarmos nossa discussão nos Estudos de Letramento, estamos à procura de entender o que os homens fazem com a língua escrita nos espaços em que interagem (neste caso específico, nos espaços em que interagem na universidade) e que valores e relações de poder se legitimam nesses e por esses usos (BARTON; HAMILTON, 2000; GEE, 2000). Para tanto, inicialmente, retomamos as discussões em torno dos conceitos de modelos – autônomo e ideológico – aliados às concepções de eventos e práticas de letramento. Em segundo momento, revisitamos as pesquisas atuais em torno do Letramento Acadêmico e as considerações resultantes destes em torno da língua escrita na universidade. Acreditamos que, ao traçar esse caminho, estaremos não apenas vislumbrando ideias acerca da leitura e da escrita em contexto acadêmico, como, por conseguinte, arregimentando construtos sobre o que é ler e escrever em contextos múltiplos de uso da linguagem.

Por modelo autônomo de letramento, com base em Street (1984; 2003), entendemos a escrita desvinculada de seus contextos sociais de uso, caracterizada pela imanência e pela valorização de competências lógicas. Conforme explica Street (2003, p. 4), “o modelo [autônomo] disfarça as suposições culturais e ideológicas sobre as quais se baseia, que podem então ser apresentadas como se fossem neutras e universais [...]”. Kleiman (1995, p. 22) explica que “a característica da autonomia refere-se ao fato de que a escrita seria, nesse modelo, um produto completo em si mesmo, que não estaria preso ao contexto de sua produção para ser interpretado [...]”.

Assim, podemos entender que o modelo de letramento autônomo não apenas legitima uma concepção de língua escrita como habilidade lógica e tecnológica (STREET, 1984), como, em função disso, desvincula qualquer ancoragem social, histórica, cultural e ideológica do uso da linguagem. Rodrigues e Cerutti-Rizzatti (2011,

p. 132) explicam que, sob a ótica desse modelo, a língua escrita seria considerada como uma “técnica”, tendo como implicação habilitar indivíduos em domínios de uso da escrita, o que parece ser, segundo as autoras, o modelo que ancora muitas de nossas escolas (e, acrescentaríamos, universidades). Parece-nos que a discussão em torno do “déficit de letramento” que tem avançado no contexto universitário (e que vamos discutir a seguir) tem se pautado no modelo autônomo de letramento.

Em contrapartida ao modelo autônomo, Street (1984) propõe o conceito de modelo ideológico de letramento, que, dentre outras características, concebe o uso da língua escrita como uma prática sociocultural consociada a conjecturas de ordem ideológica e valorativa. Como explicam Rodrigues e Cerutti-Rizzatti (2011), esse modelo transcende a postura de entender a escrita como “técnica” e a entende como um fenômeno social, procurando compreender as formas plurais de como os indivíduos, em suas diversas situações de interação, se utilizam da língua escrita, não apenas instituindo-se enquanto sujeitos, como, por conseguinte, assumindo posições e legitimando relações intersubjetivas de ordem heterogênea (hierarquizada, ou não, por exemplo). O modelo ideológico, como o próprio conceito já pressupõe, vincula letramento aos usos socioideológicos da língua escrita em espaços contextuais pluridiversificados.

Conforme explica Street (2003, p. 4), “o modelo ideológico [...] oferece uma visão com maior sensibilidade cultural das práticas de letramento, na medida em que elas variam de um contexto para outro.” E ainda reitera, “esse modelo parte de premissas diferentes adotadas pelo modelo autônomo – propondo por outro lado que o letramento é uma prática de cunho social [...]” (p. 4). Assim, o modelo ideológico nos situa em uma rota que procura entender que, ao usar a língua escrita no contexto da universidade, estamos, dentre outras questões, nos situando em práticas sociais de uso da escrita particulares, coconstruindo, em trabalho intersubjetivo com o outro, sentidos particulares, engendrados em projeções ideológicas (e valorativas) singulares e posições sociais identitárias consociadas a essa situação interativa particular. Compreendemos, portanto, que participar de espaços interacionais de uso da língua escrita na universidade é assumir papéis sociais dos quais e a partir dos quais coconstruímos sentidos para esse uso. Além disso, como lembram Rodrigues e Cerutti-Rizzatti (2011), os dois modelos não instituem uma polarização, mas, há, conforme explica Street (2003), uma imbricação entre eles. Segundo o autor,

[...] os modelos jamais foram propostos como opostos polares: em vez disso, o *modelo ideológico* de letramento envolve o *modelo autônomo*. A apresentação do letramento como sendo “autônomo” é apenas uma das estratégias ideológicas empregadas em associação ao trabalho no campo do letramento, que em realidade disfarça a maneira em que a abordagem supostamente neutra efetivamente privilegia as práticas de letramento de grupos específicos de pessoas. Nesse sentido, o modelo *autônomo* mostra-se profundamente *ideológico*. Ao mesmo tempo, o *modelo ideológico* consegue perceber as habilidades técnicas envolvidas, por exemplo, na decodificação, no reconhecimento das relações entre fonemas e grafemas e no engajamento nas estratégias aos níveis de palavras, sentenças e textos [...]. Entretanto, o *modelo ideológico* reconhece que essas habilidades técnicas estão sempre sendo empregadas em um contexto social e ideológico, que dá significado às próprias palavras, sentenças e textos com os quais o aprendiz se vê envolvido. (STREET, 2003, p. 9, grifos do autor).

Assim, o modelo autônomo de letramento diz respeito a uma visão ainda descontextualizada do uso da língua escrita, ao passo que, o modelo ideológico, por outro lado, corresponde a entender a língua escrita em entornos sócio-histórico-culturais de uso.

Dada nossa compreensão dos modelos, tomamos os conceitos de eventos e práticas de letramento, o que nos parece ser também essencial para nosso entendimento em torno do que seja ler e escrever na universidade. Se, como já dito, concebemos a leitura e a escrita como práticas sociais, compreendemos também que ler e escrever se imbricam em eventos e práticas de letramento.

Eventos de letramento, segundo estudos de Heath (1983), correspondem a qualquer situação interativa em que a língua escrita faça parte da natureza dessa interação e, por conseguinte, da construção de sentido. Assim, ler um *artigo científico* na universidade, ou escrever um *resumo informativo* para a aula de uma determinada disciplina, como tarefa extracurricular, são exemplos de eventos de letramento na esfera acadêmica. Em nossa vida diária, não apenas na universidade, coparticipamos de diferentes eventos de letramento, tais como ler um jornal em busca de estágio extracurricular ou para saber o horário de um filme no cinema; ir ao caixa eletrônico realizar uma transferência bancária; ou ainda escrever um *e-mail* a um colega solicitando informações sobre a aula que se perdeu. Os exemplos caracterizam-se por estarmos em situações particulares de interação, nos utilizando de gêneros do discurso escritos diversos para atingir fins determinados. Assim, toda vez que interagimos em situações mediadas pela língua escrita, nós coparticipamos de eventos de letramento. E na universidade são vários e multiformes os eventos de letramento e os gêneros do discurso que medeiam esses eventos, como:

Quadro 4 – Eventos de letramento e gêneros do discurso

Evento de letramento	Gênero do discurso
Sintetizar as ideias de um livro de uma disciplina para a realização de uma prova.	Resumo informativo
Sintetizar as informações teórico-metodológicas de um projeto de pesquisa para realizar a inscrição em um evento acadêmico.	Resumo indicativo
Descrever, analisar, avaliar e (não) recomendar uma obra recém-publicada na área.	Resenha
Esboçar as principais ideias de uma apresentação oral com base na pesquisa em desenvolvimento.	<i>Handout</i>

Fonte: Discussão dos autores

Com base no quadro acima, podemos entender que todos os eventos de letramento são sempre mediados por gêneros do discurso, pois estes não apenas significam nossas situações interativas, como também, por meio deles, instituímos relações interpessoais, como vimos na seção anterior. Outra questão pertinente é que os eventos de letramento

sempre se realizam para determinados fins, isto é, sujeitos se utilizam da escrita para alcançar determinados objetivos, como vimos no quadro acima: escrevemos um *resumo indicativo*, por exemplo, porque estamos propondo uma *comunicação oral* em um evento; escrevemos uma *resenha* porque estamos avaliando uma obra em nossa área. A partir disso, podemos conceber eventos de letramento como situações de interação, mediadas por gêneros do discurso específicos da esfera da qual as situações se engendram, nas quais os sujeitos se utilizam da língua escrita para determinados fins.

Para explicar questões de ordem subjacente aos eventos de letramento, Street (2003, p. 8) postula o conceito de práticas de letramento, que, segundo o autor, “[...] referem-se a esse conceito cultural mais amplo das formas específicas de pensar e de fazer a leitura e a escrita dentro de contextos culturais.” Dessa forma, as práticas correspondem aos construtos sociais, culturais, históricos, ideológicos e valorativos que se imbricam nos eventos de letramento.

Se pensarmos nos eventos de letramento citados em nosso quadro acima, as práticas seriam as conjecturas sobre as quais realizamos o uso da língua dados como exemplos: se participar de eventos acadêmicos parece ser importante na formação acadêmico-profissional de um estudante de graduação, é porque determinadas conjecturas de ordem histórico-cultural e ideológico-valorativas instituem essa importância no contexto universitário. Se publicar *resenhas* parece ser importante na área de Letras, em que se sedimenta uma cultura de publicação de livros como formas de socialização do conhecimento, na área de Física tal prática de letramento pode não se realizar, como vimos no início deste ensaio. Com isso, as práticas de letramento se configuram como conjecturas sociais, históricas, culturais, ideológicas e valorativas que se imbricam e, em confluência, consociam-se aos eventos de letramento, significando-os e legitimando-os em situações de interação particulares de uso da língua escrita.

Enquanto os eventos são fotografáveis, as práticas são apenas apreendidas a partir da análise dos eventos. É nas práticas que se assentam as bases dos eventos de letramento (BARTON; HAMILTON, 2000). Conscientizar-se, portanto, sobre modelos, eventos e práticas de letramento e associá-las ao entendimento de que, nas diferentes situações sociais, interagimos por meio de gêneros do discurso, nos conduz a, nessa parte final do ensaio, nos situarmos contrários aos dizeres em torno do *déficit de letramento* que têm se instaurado nos mais diversos contextos universitários. Os discursos inflamados acerca do não saber ler e escrever parecem ter tomado conta das explicações (superficiais) sobre a leitura e a escrita de universitários, ainda mais em tempos de diversas políticas públicas de acesso ao ensino superior.

“Os alunos, em plena universidade, não sabem ler nem escrever!” Quem ainda não ouviu essa exclamação logo participará de alguma discussão na qual seja esse o argumento explicativo. A voz (sedimentada e, por vezes, legitimada por diferentes instituições, dentre muitas, a própria universidade) do *déficit de letramento*, que rotula os acadêmicos ingressantes (ou não) na universidade como incompetentes para ler e escrever, parece estar ecoando de forma ressonante. Cotidianamente, na voz de diversos docentes universitários, a posição axiológica da *crise* faz-se presente. Como afirma Fischer (2007, p. 16),

[Os] professores alegam a restrita ou difícil participação dos alunos em atividades que exigem leitura, produção escrita e oral de textos. Este dado impossibilitava o avanço do conteúdo proposto a ser trabalhado nos semestres letivos dos cursos de graduação. Os alunos, por sua vez, indicavam o quanto era difícil e árduo o trabalho proposto pelos professores, por não terem conhecimento suficiente dos assuntos, dos gêneros discursivos solicitados para leitura, escrita, etc. Ficava instaurada uma situação de antagonismos, em que professores e alunos não interagiam satisfatoriamente para a construção de conhecimentos, envolvendo a leitura e a produção de textos.

Como percebemos, na voz de Fischer (2007), as afirmativas de professores e alunos indicam que há conflitos que se instauram em torno do que se espera dos alunos no ensino superior: não apenas um conflito de identidade (GEE, 1999), como um conflito de abordagem. Um conflito de identidade porque na universidade parece haver um consenso (falso) de que o acadêmico, após anos de Educação Básica, ingressa no Ensino Superior proficiente em leitura e escrita e, portanto, desde o primeiro dia de aula, *insider* (GEE, 2001) da esfera acadêmica; um conflito de abordagem, porque os professores, em sua maioria, sedimentam e legitimam esse consenso, e a aula não passa de um “acontecimento encenado”: encena-se que se lê e encena-se que se escreve⁵, ao final, tudo termina com um belo final (in)feliz.

Sob essa perspectiva, o que procuramos, ao final de nosso ensaio, é ratificar o compromisso da ausculta, enquanto professores, das considerações teórico-epistemológicas trazidas dos escritos do Círculo de Bakhtin e dos *Estudos de Letramento* para, em um *diálogo enquanto ação* (PONZIO, 2012), arregimentarmos considerações que ressignifiquem o ensino da leitura e da escrita na universidade, evitando o enraizamento de consensos falsos, desleixados e cênicos, para ações concretas, comprometidas e empoderadas (FREIRE, 1972). A fim de que possamos (re)pensar e modificar nossas ações e que nossa atuação em sala se transforme em um fazer sócio-histórico, cultural, ideológico e compromissado. Acreditamos nesse caminho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ensaio chamamos a atenção para a importância do estudo dos gêneros do discurso no sentido de perceber como se dão as práticas engendradas em eventos de letramento na esfera acadêmica, tanto no que diz respeito ao reconhecimento dos gêneros que circulam nesse campo, quanto às situações de uso, uma vez que os gêneros tomados como unidades discursivas regulam, organizam e se constituem em formas (relativamente estáveis) de interação humana. Assim, como pontuam Bakhtin [Volochínov] (2006 [1929], p 127),

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas, nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua.

⁵ À luz de Werneck (1992).

Além disso, ao longo do presente ensaio, discutimos a produção escrita e a leitura, no contexto da universidade, numa perspectiva do letramento, na medida em que compreendemos que, enquanto unidades discursivas, os gêneros medeiam eventos de letramento. Desse modo, parece-nos profícuo relacionar esses eventos ao contexto de sua emergência, em que vozes se sobrepõem e se opõem em processos de coconstrução e circulação de conhecimento.

Compreendemos o termo ‘letramento’ como um fenômeno sempre socialmente situado e condicionado por aspectos socioeconômicos, históricos, culturais, políticos e educacionais. O letramento acadêmico diz respeito ao uso de linguagens especializadas nesse contexto. E faz referência aos papéis sociais desejáveis de alunos e professores no que diz respeito às relações estabelecidas com o conhecimento e com o saber. Todos esses aspectos inter-relacionam-se inevitavelmente, pois o letramento, compreendido como um fenômeno sócio-histórico-cultural, envolve (GEE, 1999, 2001) formas de ser, falar, ouvir, escrever, ler, agir, interagir, acreditar, valorizar, sentir, usar recursos, ferramentas, tecnologias, aspectos que devem ser considerados pelo professor na universidade.

Assim, considerando que o letramento constitui-se como modos sociais e culturais de uso da língua escrita, implica estudar a sala de aula como um lugar social e cultural em que práticas particulares de ler e escrever podem servir na ação de questionar quais textos, formas de falar, ler, escrever e comportar-se são privilegiados e por quê.

REFERÊNCIAS

ACOSTA-PEREIRA, R. *O gênero carta de conselhos em revistas online: na fronteira entre o entretenimento e a autoajuda*. 2012. 259f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

_____. *O gênero jornalístico notícia: dialogismo e valoração*. 2008. 229f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

ADAM, J. M. *Eléments de linguistique textuelle*. Liège: Madarga, 1990.

_____. *Les textes: types et prototypes*. Paris: Nathan, 1992.

BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*. Tradução do russo por Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1979].

_____; [VOLOCHÍNOV, V. N]. *Marxismo e filosofia da linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução do francês por Michel Lahud e Yara F. Vieira. 12ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006 [1929].

_____. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução do russo, notas e prefácio de Paulo Bezerra. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008 [1963].

BARTON, D. *Literacy: an introduction to the ecology of written language*. Cambridge, USA: Brackwell, 2004.

BARTON, D.; HAMILTON, M. Literacy practices. In: BARTON, D.; HAMILTON, M.; IVANIC, R. (Eds.). *Situated Literacies: Reading and writing in context*. London: Routledge, 2000, p. 7 – 15.

_____. *Local literacies: Reading and writing in one community*. London: Routledge, 1998.

BENVENISTE, E. *Problèmes de linguistique générale I*. Paris: Gallimard, 1966.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

- GEE, J.P. Reading as situated language: a sociocognitive perspective. *Journal of adolescent & adult literacy*, v. 8, n. 44, p. 714-725, 2001.
- _____. The New Literacy Studies: from "socially situated" to the work of the social. In: BARTON, D; HAMILTON, M.; IVANIC, R. (Eds.). *Situated literacies: Reading and writing in context*. London: Routledge, 2000a. p. 180-196.
- _____. *Social linguistics and literacies*. Ideology in Discourses. 2.ed. London/Philadelphia: The Farmer Press, 1999.
- _____. *Social linguistics and literacies: ideology in discourses*. London: Farmer, 1996.
- FISCHER, A. *A construção de letramentos na esfera acadêmica*. 2007. 340f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
- FREIRE, P. *Pedagogy of the Oppressed*, Harmondsworth: Penguin, 1972.
- HEATH, S. B. *Ways with words: Language, life, and work in communities and classrooms*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- KLEIMAN, A. *Os significados do letramento*. Campinas: Mercado das Letras, 1995.
- LANKSHEAR, C.; KNOBEL, M. *New literacies*. New York: Open University Press, 2011.
- _____. (Org.). *A new literacy sampler*. New York, Peter Lang, 2007. 252 p.
- LEA, M.R.; STREET, B.V. *The "Academic Literacies" Model: theory and Application*. *Theory into Practice*, v. 45, n. 4, p. 368-377, 2006.
- _____. Student writing in higher education: an academic literacies approach. *Studies in Higher Education*. London, v. 23, n. 2, p. 157-172, June 1998.
- MEDVEDEV, P. N. *O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica*. Tradução do russo por Ekaterina Américo e Sheila Grillo. São Paulo: Contexto, 2012 [1928].
- MOTTA-ROTH; D; HENDGES, G. H. *Produção textual na universidade*. São Paulo: Párbola, 2010.
- PONZIO, A. *Dialogando sobre diálogo na perspectiva bakhtiniana*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012.
- RODRIGUES. R. H. Os Gêneros do Discurso na Perspectiva Dialógica da Linguagem: A Abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L; BONINI, A; MOTTA-ROTH, D. *Gêneros: teorias, métodos e debates*. São Paulo: Parábola, 2005. p. 152-183.
- RODRIGUES; R. H; CERUTTI-RIZZATTI, M. *Linguística Aplicada: ensino de língua materna*. Florianópolis: LLV-CCE-UFSC, 2011.
- STREET, B.V. What's new in New Literacy Studies? Critical approaches to literacy in theory and practice. *Current Issues in Comparative Education*, New York, v. 5, n. 2, p. 77-91, 2003.
- _____. *Literacy in theory and practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- WERNECK, H. *Se você finge que ensina, eu finjo que aprendo*. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 1992.

Recebido em: 16/10/14. Aprovado em: 20/04/15.

Title: *Reading and learning in the University: a social, historical and cultural practice*

Authors: *Rodrigo Acosta Pereira; Sandro Braga*

Abstract: *The present essay aims at delineating a theoretical and methodological discussion about the reading and writing teaching and learning practices in academic sphere based on social and historical epistemological considerations. To do so, we review Bakhtin's Circle and New Literacies studies in order to construct a debate concerning the use of written language in the university. We believe that this essay is relevant not only because it seeks to contribute with the Applied Linguistics current discussions about reading and learning in the academic sphere as well as it corroborates the contributions of bakhtinian studies and the researches of academic literacy to the reframing of pedagogical practices around the reading and writing teaching at the university.*

Keywords: *Reading. Writing. Academic sphere. Discourse genre. Literacy(ies).*

Título: *Leer y escribir en la universidad: un hacer socio-histórico-cultural*

Autores: *Rodrigo Acosta Pereira; Sandro Braga*

Resumen: *El presente artículo tiene por objetivo delinear una discusión teórico-metodológica acerca de las prácticas de enseñanza y de aprendizaje de lectura y escrita en la esfera académica, bajo la luz de las consideraciones epistemológicas de naturaleza socio-histórica. Para ello, revisitamos escritos del Círculo de Bajtín, también las postulaciones de los Nuevos Estudios de Alfabetismo para construir inteligibilidades alrededor de las prácticas de uso de la lengua escrita en la universidad. Creemos que el trabajo se presenta relevante no solo porque, bajo nuestra mirada, procura contribuir con las discusiones actuales de la Lingüística Aplicada sobre las prácticas de escrita y lectura en la academia, también porque corrobora las contribuciones de los estudios de Bajtín y las investigaciones sobre alfabetismo académico para una nueva significación del hacer pedagógico alrededor de la enseñanza y de la aprendizaje de la lectura y de la escrita en la universidad.*

Palabras-clave: *Lectura. Escrita. Esfera académica. Género del discurso. Alfabetismo(s).*

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-150207-1215>

DIALOGISMO E ANÁLISE DO DISCURSO – ALGUNS EFEITOS DO PENSAMENTO BAKHTINIANO NOS ESTUDOS DO DISCURSO

Nelson Barros da Costa*
Universidade Federal do Ceará
Centro de Humanidades
Departamento de Letras Vernáculas
Fortaleza, CE, Brasil

***Resumo:** Este ensaio discute efeitos do dialogismo nos modernos estudos do discurso. Procura mostrar que ele repercute desestabilizando conceitos que habitavam a linguística de modo naturalizado. Inicia com a questão da autoria, argumentando que o dialogismo põe em xeque noções como originalidade, genialidade e criação, estreitamente ligadas ao autor. Procura demonstrar que também a noção de texto sofre forte descentramento. O princípio dialógico apaga as fronteiras do texto como totalidade fechada, problematizando sua visão esquemática. Sendo elo na cadeia comunicativa, o objeto texto é, no fundo, uma abstração, recorte do real. Postula-se ainda que a noção bakhtiniana de gênero opera uma revolução copernicana nos estudos discursivos relativizando hipóteses sobre os enunciados, mesmo sobre sua constituição gramatical, retirando-os de um horizonte tópico e único. Finalmente, mostra que do dialogismo deriva uma diversidade de conceitos que se tornaram lugares comuns (heterogeneidade, intertextualidade, polifonia, etc.) e transformaram o panorama dos estudos da discursividade.*

***Palavras-chave:** Dialogismo. Estudos do discurso. Gênero. Polifonia.*

1 INTRODUÇÃO

Este ensaio¹, como indica o título, discorre sobre alguns efeitos do pensamento bakhtiniano sobre os estudos do discurso e toma, para efeito de recorte, os conceitos de gênero, polifonia e dialogismo. Com exceção de polifonia, não explicitaremos senão indiretamente a definição de tais conceitos, tomando-os como já conhecidos e remetendo o leitor não apenas para as obras-fonte (BAKHTIN, 1993a, 1993b, 1997a, 1997b; e BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1988), como também para os glossários e obras de especialistas e biógrafos do autor russo, como Brait (1997, 2005, 2006), Faraco (et alii, 1996; 2003), Emerson (2003) e Brandist (2012).

* Professor Associado IV – Programa de Pós-Graduação em Linguística. Doutor em Linguística Aplicada – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Email: costanels@gmail.com / nelson@ufc.br.

¹ Agradecemos a colaboração técnica do músico Nélio Costa.

2 DIALOGISMO E A COMUNICAÇÃO DE E COM AS MASSAS

Em primeiro lugar, é importante lembrar que a ideia do princípio dialógico surge num momento histórico em que a comunicação, no sentido estrito, começa a se acirrar em proporções nunca vistas na humanidade, qual seja, o da primeira metade do século XX. Sabe-se que 1920² é tido como o início da radiodifusão comercial, com a fundação, pela Westinghouse Corporation, da estação de rádio KDKA, em Pittsburgh, Pensilvânia. O inventor da televisão foi Vladimir Zworykin, aliás um russo que estudou Engenharia Eletrotécnica em 1912, no Instituto de Tecnologia de São Petersburgo, onde teve a possibilidade de trabalhar nos estudos de projeção de imagens à distância e que depois migrou para os Estados Unidos onde trabalhou na mesma referida empresa norte-americana (CAMPOS, 2015). É, portanto, o momento do desenvolvimento dos sistemas eletrônicos de telecomunicação que vão dar origem, em boa parte do mundo, aos meios de comunicação de massa e que desembocarão na extrema comunicabilidade dos dias de hoje, com a Internet, seus chats, *sites*, aplicativos e redes sociais.

Mas cabe lembrar também o contexto do embate político que se trava na juventude de Mikhail Bakhtin e seus colegas de círculo: os revolucionários que derrubaram o poder czarista russo puseram fim ao regime semifeudal vigente e fundaram a primeira tentativa de implantação de um regime socialista de inspiração marxista no planeta. Esses revolucionários travavam intensa polêmica entre si e tinham uma consciência clara da importância da comunicação com as massas tanto no fomento da atividade revolucionária como para a implantação e consolidação do regime. O próprio Vladimir Lenin, principal líder da revolução soviética, era um grande polemista e teorizou sobre o que chamou de “retórica revolucionária”³, propondo uma espécie de dimensão verbal da ação revolucionária (COSTA, 1991). Ele distingue dois atos nesse processo de comunicação com as massas: a *agitação* e a *propaganda*. A agitação, para ele, é um processo que visa, através de uma rápida análise de um determinado fato ou questão, agir sobre o lado emocional do ouvinte. Como estratégia discursiva revolucionária, ela teria como objetivo fundamental impressionar o ouvinte a fim de revoltá-lo contra a ordem constituída. Ao contrário, a propaganda visaria agir sobre o racional. De caráter mais informativo e argumentativo, o seu objetivo seria propagar as ideias revolucionárias junto às massas, tornar evidentes todas as manifestações do capitalismo, o seu conteúdo de classe, a necessidade de derrubá-lo, etc. (LENIN, 1986).

Assim, do mesmo modo que, conforme Maingueneau (1995), o formalismo linguístico seria impensável sem a apreensão de totalidade textual que o advento da escrita tornou possível, podemos arriscar que o dialogismo talvez não tivesse lugar em uma sociedade que não fosse a contemporânea, marcada que é por uma cada vez mais intensa quantidade de trocas verbais que se tornam mais rápidas e acessíveis a cada vez mais gente no planeta, seja no oriente seja no ocidente. Não que esse aumento na quantidade da comunicação tenha melhorado sua qualidade e que seja inédito, mas que tornou nítido e ao alcance da consciência científica e filosófica um fenômeno que, na verdade, tem natureza sublunar.

² Bakhtin e seu círculo começam a se reunir em 1918 e prosseguem até o ano de 1929 (BRANDIST, 2015).

³ A ideia de definir as tarefas retóricas dos revolucionários aparece pela primeira vez em Plekhanov, conforme Lenin (1986). Sobre a retórica revolucionária leninista, cf. COSTA, 1991, p. 37-44.

Paradoxalmente, a concepção da linguagem como um diálogo universal, um fluxo generalizado e inacabado de trocas verbais, como composta de signos marcados irredutivelmente pela orientação axiológica dos usuários, que respondem sempre a outros signos assim como são produzidos na expectativa de uma resposta (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1989; BAKHTIN, 1997), essa concepção surge num contexto de ruptura radical do *diálogo* entre dois mundos que se orientaram politicamente para modelos antagônicos de sociedade. Desse modo, as ideias do Círculo são praticamente produzidas sem a polêmica aberta que cerca a produção das grandes ideias: ou seja, não aconteceu o debate presencial ou mesmo sincrônico de Bakhtin e outros membros do Círculo com os grandes expoentes do estruturalismo mundial como Bloomfield, Jakobson, Chomsky, e outros seus contemporâneos. Essa polêmica acabou acontecendo na forma de diálogo internalizado, uma vez que os autores do Círculo usam quase como um método a minuciosa resenha das teses adversárias em todos os textos de exposição de suas posições teóricas, aplicando a si mesmos sua concepção de dialogismo. De qualquer maneira, essa carência de intercâmbio com o pensamento mundial acabou por fazer com que a imagem dos adversários que aparece nos textos polêmicos do Círculo tenha se tornado uma imagem fotográfica. E essa fotografia foi a do estruturalismo proposto pelo livro *Curso de Linguística Geral* (SAUSSURE, 2000), livro que, como se sabe, é uma compilação de notas de aula publicadas não por Saussure mas por seus alunos, portanto, sem revisão ou autorização do autor. O mundo não pôde ver ou ler o que os dialogistas russos teriam a dizer sobre os desenvolvimentos posteriores do estruturalismo como o funcionalismo, o gerativismo, a sociolinguística e a semiótica greimasiana, dentre outros⁴.

No entanto, sabemos que as grandes ideias têm um efeito de retorno sobre o mundo que as tornou possível. O fato é que as ideias do círculo, mesmo só sendo traduzidas para as línguas mais importantes do mundo ocidental na década de 60, provocam uma verdadeira revolução não apenas nos meios científicos (incluindo aí não somente os estudos da linguagem mas a literatura e as demais ciências humanas), mas nos meios culturais do mundo inteiro. Indicaremos aqui três ideias desestabilizadas pelo dialogismo.

3 O DIALOGISMO E A CRISE DA AUTORIA

Podemos dizer que uma das fundações da modernidade burguesa, que projeta sobre o campo da produção cultural o ideário do direito à propriedade, é a noção de **autor**. Não que não houvesse a atribuição autoral nos tempos pré-capitalistas, mas é sob a égide do sistema produtivo capitalista que a autoria vai se tornar um regime, adquirindo regulamentação e fundamentação jurídica nas diversas práticas discursivas institucionalizadas no mundo ocidental. Foucault (2001, 2009) já apontara a relatividade dessa noção, seu caráter histórico e sua relação com o poder. A ideia bakhtiniana de que

⁴ É o que leva Jean Peytard (1995) a afirmar que o discurso bakhtiniano pertence a uma categoria nova: a dos “discursos adiados” (“différé”), isto é, um discurso marcado pela enorme decalagem entre seu momento de enunciação e seu momento de recepção.

as palavras são sempre já de “segunda-mão”, sempre já habitadas pelas marcas que os outros usuários nelas imprimiram, de que toda enunciação não passa, no fundo, de um rearranjo singular de palavras alheias, e também a concepção de que jamais se enuncia sozinho, que a enunciação é um processo coletivo em que no mínimo duas pessoas estão envolvidas, tratando-se sempre de uma co-enunciação, essas ideias põem em xeque noções como originalidade, genialidade e criação, estreitamente ligadas à noção de autor. Não é por acaso que, nesse momento histórico em que a sociedade avança mais e mais no processo intercomunicativo, conectando entre si mais e mais todos os indivíduos, acentua-se a crise da autoria. O fato de ser frequente nas redes sociais da Internet o aparecimento de textos literários ou não com autoria falsa (sem que isso suscite a menor desconfiança ou inquietação de milhares de internautas) pode ser um indício dessa crise, assim também como os cada vez mais frequentes casos de plágio, sejam os grandes (científicos e literários), sejam os pequenos (cópias de tarefas acadêmicas baixadas da Internet). O dialogismo bakhtiniano e sua contestação ao subjetivismo idealista que legitima a noção de autoria talvez possa ser considerado ao mesmo tempo fruto e inseminador teórico dessa crise.

É interessante observar que no próprio Círculo a autoria é um problema. Nas últimas décadas, uma grande polêmica se instaurou sobre a real autoria de algumas obras atribuídas a Bakhtin. Há sérias dúvidas sobre se livros como *Marxismo e Filosofia da Linguagem* e *O Freudismo*, dentre outros trabalhos, teriam realmente sido escritos por Bakhtin ou por outros membros do Círculo, como Volochínov e Medvedev.

A questão toda se pôs a partir de 1970.

Depois de trinta anos de silêncio, trabalhos de Bakhtin tinham sido novamente publicados na Rússia em 1963 e 1965, fazendo seu nome voltar a circular nos meios acadêmicos de sua terra natal. Nessa conjuntura, o linguista Viatcheslav V. Ivanov, sem apresentar argumentos efetivos, afirmou que o livro *Marxismo e filosofia da linguagem* tinha sido escrito por Bakhtin e não por Volochínov, atribuição de autoria que se estendeu, em seguida, a outros textos [...] e a alguns artigos também publicados sob a assinatura de Volochínov e Medvedev.

Esse fato trouxe para os estudos bakhtinianos uma generalizada confusão quanto à autoria desses textos. Até hoje, nenhum argumento convincente conseguiu resolver essa dúvida criada, ao que tudo indica, artificialmente por Ivanov. (FARACO, 2003, p. 13)

Toda essa interminável discussão gerou uma verdadeira filologia do texto bakhtiniano que vai dar suporte seja à glorificação de Bakhtin seja a sua execração (BRONKART; BOTA, 2012).

4 A NOÇÃO DE TEXTO

Outro conceito desestabilizado pelo princípio dialógico é a noção de texto. Essa noção pressupunha um espaço estabilizado e acabado da enunciação, sobre o qual se poderia debruçar e enxergar, dependendo do interesse do analista, seja o estilo individual (geralmente artístico quando se tratava de texto literário), seja as intenções do autor, os mecanismos de concatenação dos argumentos, etc. Pressupunha também um interior e um exterior, um intratextual e um extratextual, que permitia a classificação de certos mecanismos em *exofóricos* e *endofóricos*.

Nos idos da década de 70 e 80, a Linguística acreditava estar superando as limitações postas por Saussure e Chomsky, que fincavam as balizas da frase como limites do sistematizável quando se tratava de pensar a língua. A expansão desses limites parecia resolver uma série de problemas ligados à comunicação e à cognição que não se explicavam pela sintaxe frasal. A criação de uma linguística textual propõe o texto como a verdadeira unidade comunicativa e se incumbe de analisar suas propriedades (textualidade) bem como a estrutura textual e sua relação com o processamento cognitivo. Por essa perspectiva, as relações alteritárias, a chamada intertextualidade, seriam apenas um dos fatores da construção da textualidade, de natureza fortuita, acessória e a ser classificada.

O princípio dialógico, no entanto, apaga essas fronteiras confortáveis, problematiza essa visão esquemática, na medida em que postula que o supostamente externo é intrínseco ao interior. Na visão de Bakhtin/Volochínov (1988), por exemplo, um enunciado não passa de um elo da cadeia da enunciação. Sendo mesmo o enunciado produzido na situação mais aparentemente monológica (uma inscrição num monumento, ou um diário íntimo trancado a sete chaves, por exemplo) sempre um elo na cadeia dos atos de fala, o objeto texto é, no fundo, uma abstração, um recorte do real.

Aqui também há coincidência com as reflexões de Michel Foucault, que já propunha, do seu ponto de vista, a problematização dessas unidades, segundo as suas palavras, “tradicionalmente reconhecidas” e que são “as que menos facilmente são contestadas” (FOUCAULT, 1995), como *sujeito, obra, autor, disciplina*, etc. Embora não conste que o autor francês tenha lido Bakhtin ou qualquer um dos autores do Círculo, *l'air du temps* do século XX, fortemente influenciado pelas ideias bakhtinianas, certamente contribuiu para que, em sua complexa definição de enunciado, Foucault saliente como um de seus traços não ser simplesmente resultado da

utilização, por um sujeito falante, de um certo número de elementos e de regras linguísticas. De início, desde sua raiz, ele se delinea em um campo enunciativo onde tem lugar e status, que lhe apresenta relações possíveis com o passado e que lhe abre um futuro eventual. Qualquer enunciado se encontra assim especificado: não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja. [...] Não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências, efeitos de série e de sucessão, de uma distribuição de funções e de papéis... (FOUCAULT, 1995, p. 113-114)

Tomando um autor contemporâneo, Dominique Maingueneau, vemos essa questão da dissipação das fronteiras do texto ou enunciado ser radicalizada:

... não há, de um lado, um “texto” e, do outro, distribuído ao seu redor, um “contexto”. [...] Não se pode conceber a obra como uma organização de “conteúdos” que permitiria “exprimir” de maneira mais ou menos enviesada ideologias ou mentalidades. O “conteúdo” da obra é na verdade atravessado pela remissão a suas condições de enunciação. O contexto não é colocado no exterior da obra, numa série de camadas sucessivas; o texto é na verdade a própria gestão do seu contexto. (MAINGUENEAU, 2006, p. 44)

Mesmo se referindo ao texto literário, pensamos que o raciocínio pode ser perfeitamente aplicado aos textos em geral. É o entendimento da unidade textual a partir da metáfora do quadro, em que o contexto é uma moldura do texto, que está sendo radicalmente contestado.

5 DIALOGISMO E GÊNERO DO DISCURSO

No dialogismo, a ideia de gênero é também desconcertante. Trata-se, dentre as noções do conceituário bakhtiniano, da que mais foi deslocada do campo teórico dialógico, recebendo tratamento formalista em diversas searas acadêmicas, especialmente a americana. O conceito de gênero no dialogismo funciona como conceito-âncora que impede de pensar a linguagem como separada das atividades sociais humanas. Sem o conceito de gênero, o pensamento bakhtiniano correria o risco do *logocentrismo*, abordando a linguagem como uma esfera superestrutural separada das práticas sociais não verbais. Ao mesmo tempo em que constitui um liame entre as mais diversas formas de enunciação, a noção de gênero contribui para relativizar quaisquer análises acerca seja da produção, da circulação ou da recepção dos enunciados, seja de sua constituição gramatical ou estilística. Em termos mais simples, qualquer questionamento de qualquer fenômeno verbal (e arriscaríamos a dizer também não verbal) deve suceder ou ser simultânea à pergunta sobre em qual gênero ele está investido. Assim, a noção de gênero descentra o fenômeno comunicativo, retira-o de um horizonte tópico estável e único mas, ao mesmo tempo, lhe dá materialidade e consistência.

Para dar um exemplo extremo desse poder de relativização da noção de gênero, lembremos a famosa frase de Chomsky: “Ideias verdes incolores dormem furiosamente” (CHOMSKY, 1980, p. 14). Segundo ele, embora a frase seja possível, pois obedece às regras de gramaticalidade e lexicalidade, isto é, as palavras existem na língua e foram unidas seguindo suas regras, ela seria agramatical pois fere princípios semânticos da língua, já que as duas qualidades das “ideias” são incompatíveis entre si e com o próprio lexema “ideias”, ao mesmo tempo em que este é incompatível com o verbo “dormir” que, por sua vez, não se compatibiliza com o advérbio “furiosamente”. Porém, esse raciocínio só faz sentido se abstrairmos a realidade dos gêneros. Nos gêneros lúdicos, por exemplo, a noção de agramaticalidade não funciona, pois neles os enunciadores têm licença para operar em um registro que Maingueneau (1995) denomina “hipolinguístico”.

Nos inícios da Análise do Discurso, a noção de gênero já havia sido intuída por Pêcheux quando define formação discursiva como

aquilo que, em uma formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e o que deve ser dito* (**articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.**) (1988, p. 160; negrito nosso, itálico do autor)

No entanto, a vertente que segue as ideias de Pêcheux, até onde pudemos acompanhar, não levou o conceito às últimas consequências, quando não o ignora.

Porém, muitas outras a adotaram, promovendo revisões drásticas em seus modelos teóricos, especialmente aquelas tendências que dão ênfase à pragmática, como as de Maingueneau, Charaudeau (Semiolinguística), a escola de Genebra (Moeschler, Roulet, Auchlin), os interacionistas sociodiscursivos (Bronkard, Schneuwly, Dolz), etc. O interesse aí pela noção de gênero se dá também porque, ao mesmo tempo em que ele supõe regras que determinam a organização textual e funções discursivas, em determinados tipos de discursos seu agenciamento indica a marcação de uma posição ideológica ou estética. Por outro lado, o gênero pode ser encarado como uma ferramenta cognitiva capaz de proporcionar uma economia de esforço inestimável na interação discursiva, daí seu interesse para as perspectivas voltadas para o estudo discursivo da cognição e do ensino-aprendizagem (Cf. SCHNEUWLY, 2001).

Tomando a perspectiva de Dominique Maingueneau, percebe-se que o gênero entra de três formas⁵...

- na própria natureza do discurso:

Disciplina que, em vez de proceder a uma análise linguística do texto em si ou a uma análise sociológica ou psicológica de seu 'contexto', visa a articular sua enunciação sobre um certo lugar social. Ela está, portanto, em relação com os gêneros de discurso trabalhados nos setores do espaço social (um café, uma escola, uma loja...) ou nos campos discursivos (político, científico...) (MAINGUENEAU, 2000, p. 13-14, grifos do autor).

- no conceito de cenário da enunciação: o autor concebe o gênero discursivo como constituindo uma das cenas que todo enunciado pressupõe. Se qualquer enunciado supõe a encenação de uma fala instituindo posições de fala (eu – tu) em um tempo e espaço, enunciar em um gênero supõe uma cena correspondente e simultânea a que o autor denomina “cena genérica”: “Cada gênero do discurso define seus próprios papéis: num panfleto de campanha eleitoral, trata-se de um “candidato”; numa aula, trata-se de um professor dirigindo-se a alunos etc.” (MAINGUENEAU, 2001, p. 86)

- na ideia de investimento genérico: nem sempre o gênero se impõe como modelo de enunciação atrelado a fins pragmáticos. Em discursos como o literário, o uso de um gênero define não o cumprimento de uma rotina, mas uma tomada de posição no campo discursivo: “Se o gênero não é um contexto contingente, mas um componente completo da obra, deve-se levar em conta a maneira como esse **investimento** se efetua, restabelecer a força que une um certo “conteúdo” a um certo “contexto” genérico”. (MAINGUENEAU, 1995, p. 75, grifo do autor)

⁵ Para uma análise mais detalhada deste e outros conceitos bakhtinianos na obra do autor francês, cf. Cavalcanti, 2013; Grillo e Veloso, 2007; e Costa, 2012.

6 O DIALOGISMO, POLIFONIA E CONCEITOS DERIVADOS

O dialogismo vai se traduzir em diversos conceitos dentro da Análise do Discurso. Jacqueline Authier-Revuz, por exemplo, irá propor a ideia de “heterogeneidade constitutiva” (1995), para nos falar da presença irreduzível da exterioridade do discurso no próprio discurso. Trata-se de uma heterogeneidade radical, intrínseca ao processo mesmo da discursividade e, enquanto tal, não localizável nem representável na superfície do discurso. A esta heterogeneidade **do** discurso se opõe a heterogeneidade mostrada, a representação, **no** discurso, das diferenciações, disjunções, fronteiras, através das quais o Eu do discurso se distancia dessa pluralidade, de outros aos quais ele atribui uma exterioridade, na tentativa de fazer emergir sua singularidade e unidade.

Na perspectiva teórica de Maingueneau (2008), o dialogismo vai se traduzir na sua hipótese do **primado do interdiscurso sobre o discurso**. Segundo ele, essa hipótese pode ter duas interpretações, uma fraca, outra forte. A fraca, consensual já há algum tempo na AD, indica que o estudo da especificidade de um discurso supõe analisá-lo em sua relação com outros. A hipótese forte postula, além disso, a impossibilidade de a identidade discursiva se constituir sem a alteridade, o que implica que não se deve pensar os discursos se constituindo independentemente para depois relacioná-los, mas que é a relação interdiscursiva que **estrutura** a identidade mesma de um discurso. Por esse ponto de vista, conforme o autor francês, a relação interdiscursiva tem primado sobre a relação do discurso consigo mesmo, sobre sua identidade, sendo o interdiscurso o verdadeiro objeto da Análise do Discurso.

É possível vislumbrar, portanto, na abordagem de Maingueneau, a influência da dialogicidade universal que é o ponto nodal da abordagem bakhtiniana, ainda que, conforme salientam Grillo e Veloso,

Enquanto a obra de Maingueneau visa atravessar a superfície textual para chegar ao plano do discurso ou das formações discursivas, que se constitui pela alteridade interna, ou seja, o outro já está contido no mesmo, a obra do Círculo se propõe a estudar o diálogo entre enunciados e as relações semânticas entre eles (de reflexo, de desacordo, de filiação etc.). Essas relações são, em última instância, entre indivíduos integrais. Por trás dos textos-enunciados estão sujeitos concretos, integrais, responsivos, inconclusos e inacabados, os quais só podem ser compreendidos por meio do diálogo e não explicados como na relação pessoa e objeto. (2007, p. 236-237)

Falemos agora sobre o conceito de polifonia. Nos escritos de Bakhtin (1997b), a polifonia denomina a pluralidade de vozes em equilíbrio presente na obra de alguns autores, notadamente Dostoiévski, romancista russo que viveu no século XIX. Trata-se de uma metáfora cunhada da teoria musical⁶. Em música, polifonia se opõe à organização **homofônica** das vozes melódicas.

É mais fácil entender a polifonia na música analisando o seu oposto: a homofonia musical. Vejamos a célebre canção de autoria de Saint Preux, “Concerto pour une voix” (“Concerto para uma voz”) que o leitor pode acessar no *link*

⁶ Alguns membros do Círculo, como Sollertinski e Volochínov, eram músicos.

<<https://www.youtube.com/watch?v=k8aUx3s2has>>, na voz de Mirusia Louwerse e regência de André Rieu. Na execução desta canção, a cantora desenvolve uma melodia e os demais instrumentistas da orquestra, cada um a sua. Porém, a melodia da vocalista (pensemo-la como um instrumentista como os outros) tem um estatuto principal em relação às demais melodias, que existem apenas para servir de contexto, de pano de fundo para essa melodia principal: é o que se chama de *acompanhamento* ou *base*. Nesse caso, não se trata de uma relação polifônica a que existe entre tais melodias, pois há como que uma hierarquia entre tais fios melódicos. Tomando-se um excerto da partitura original (Figura 1), isto fica claro:

Figura 1 – Excerto da partitura de “Concerto pour une voix”, de Saint Preux.

Concerto Pour Une Voix

Saint-Preux

Christian Langlade

França (1950)

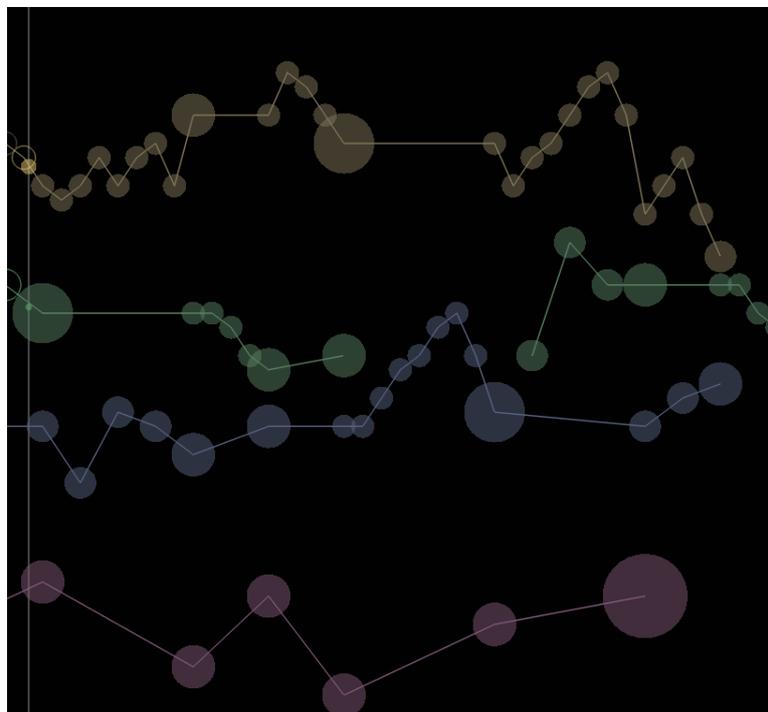
The image shows a musical score for 'Concerto Pour Une Voix'. It consists of three staves: 'Voz' (voice), 'Cordas 1' (strings I), and 'Cordas 2' (strings II). The key signature has three flats (B-flat, E-flat, A-flat) and the time signature is 3/4. The voice part is a melodic line starting with a first measure rest. The string parts provide harmonic accompaniment with block chords. A vertical bar line is present at the end of the first measure of the string parts. A video player interface shows a timestamp of 19:45.

As “vozes” das cordas (“Cordas” 1 e 2, nos dois últimos pentagramas) compõem o pano de fundo sonoro para a Voz principal (“Voz”, no primeiro pentagrama). Observe-se que elas formam dois grupos, um grupo com dois perfis melódicos mais graves (“Cordas II”, no terceiro pentagrama) e outro com três perfis mais agudos (“Cordas I”, no segundo pentagrama), caminhando juntos, formando acordes que acompanham harmonicamente a Voz principal. Embora os perfis melódicos de cada grupo não sejam idênticos (não são *uníssonos*), cada um deles se subordina ao padrão harmônico estabelecido pelo subgrupo, pelo grupo e, por sua vez, pela melodia principal: deslocam-se em bloco, com a mesma duração e na mesma direção. Essa subordinação é marcada graficamente pela barra vertical à esquerda (mais espessa) que liga os dois pentagramas inferiores. Conforme indica o título da composição, elas concertam para (em função de) a Voz principal, constituindo o cenário musical para esta despontar. A cenografia visual da execução de Rieu e Mirusia (acessível no *link* referido acima) representa perfeitamente essa cenografia musical, com a cantora Mirusia, que

executa a Voz principal, vestida de branco e portando asas de anjo, pairando por sobre a orquestra que a acompanha mergulhada na obscuridade.

O contrário disso é a **polifonia** musical. Ela se dá quando cada instrumento melódico executa uma melodia diferente ao mesmo tempo e em consonância com o todo. Trata-se de uma invenção da Renascença, passou por várias fases e teve em Johan Sebastian Bach o seu grande mestre. Vejamos o caso da “Little fugue in G minor”, composta entre 1703 e 1707, cujo trecho reproduzimos na Figura 2, não mais em partitura, mas em *print* colorido da animação eletrônica das vozes, obtida através do aplicativo MAM Player⁷:

Figura 2 – *Print* colorido da animação eletrônica das vozes de “Little fugue in G minor”, de Johan Sebastian Bach.



Observe-se aí a ausência de hierarquia entre as quatro vozes. Dentro do quadro harmônico, cada uma goza de autonomia (de direção, de sinuosidade, de extensão, e mesmo de atuação – em um certo momento, a voz em verde – segunda voz de cima para baixo – se cala⁸), de modo que nenhuma serve de contexto para a outra, ou melhor, cada uma serve de contexto uma para as outras.

Assim como na música temos a *fuga*, um gênero de natureza essencialmente polifônica, na linguagem verbal, sob a visão bakhtiniana (BAKHTIN, 1997b), temos o romance como esse gênero. E assim como Bach foi o mestre da polifonia musical, Dostoiévski foi o mestre da polifonia verbal. Diferentemente de outros autores, que organizam na obra literária todos os pontos de vista nela expressos sob a ótica do

⁷ Esse aplicativo pode ser baixado livremente do site <<http://www.musanim.com/player/>>.

⁸ O mesmo ocorrendo com a voz em rosa, a última de cima para baixo.

narrador ou do herói, aquele autor russo distribui os diversos pontos de vista sobre o tema do romance de forma equipolente entre os personagens, não colocando o herói ou o narrador como monopolizador ou detentor do ângulo privilegiado a partir do qual é avaliado o ponto de vista dos demais personagens. No romance polifônico, os personagens se constroem não a partir da visão acabada que deles têm o autor, mas do campo de visão de seus outros; o herói não é um objeto do autor mas um sujeito, uma autoconsciência, uma alteridade que não necessariamente representa o ponto de vista do autor, mas pode também até ter uma ideia totalmente contrária à do autor. Cada personagem do romance polifônico tem a sua verdade.

Examinando tal noção em conjunto com o conceito de dialogismo, o efeito teórico que julgamos fundamental na AD está na questão da dissociação entre o mostrado e o constitutivo, distinção que mais tarde será aprofundada e ressignificada por Jacqueline Authier-Revuz (1995), cuja perspectiva já foi comentada acima. Sabe-se que ao declínio do estruturalismo, a partir da década de 1970, seguiu-se um grande esforço intelectual de reatar as disjunções operadas por essa corrente de pensamento, tais como sujeito e objeto, história e sistema, abstrato e concreto, forma e conteúdo, etc. Como vimos, o pensamento ocidental descobriu tardiamente nessa mesma década, com entusiasmo, que esse esforço já começara, desde o início do século XX, com os trabalhos do Círculo de Bakhtin, mais precisamente com o livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (1988). O “princípio dialógico” efetua justamente esse acerto de contas com as dicotomias que excluíram sujeito, história e contexto social do estudo da linguagem. Inspirados pelo materialismo histórico, que postula que a abstração do real não deve passar de um momento no movimento de pensamento da apreensão desse real, os membros do Círculo vão propor que a linguagem em sua realidade empírica é constitutivamente dialógica, logo, que as disjunções operadas por Saussure (2000), por exemplo, a pretexto metodológico, são inaceitáveis.

No entanto, a grande queixa dos estudiosos, especialmente os linguistas analistas do discurso, com relação ao princípio dialógico é sua dificuldade de operacionalização analítica. Ainda que, como observa Faraco (2003), o pensamento do Círculo de Bakhtin não corresponda a uma ciência tradicional, é razoável que os cientistas reivindiquem que um sistema de pensamento tão auspicioso como o bakhtiniano contribua para resolver problemas que os paradigmas científicos não conseguem mais dar conta. E, nesse sentido, o limite principal da ideia de dialogismo é que se todo discurso e mesmo toda palavra é dialógica, o conceito perde, do ponto de vista científico, sua operacionalidade e sua eficácia. O diálogo onipresente é intangível. Resulta inútil sua identificação e classificação, uma vez que ele está em toda parte e em nenhum lugar. A ideia de polifonia, que é aparentemente uma solução para esse problema, é deslocada para um lugar de raridade, seja como arte, seja como utopia social. Como bem assinala Faraco,

Assim, a polifonia (no sentido bakhtiniano do termo) – categoria tão maltratada pelo mundo afora – é muito mais do que apenas “uma simples metáfora” (*Problemas da poética de Dostoiévski*, p. 22) que permite a Bakhtin dar visibilidade ao modo como Dostoiévski cria um “novo modelo artístico do mundo” (p. 3). No fundo, a polifonia, além de ilustrativa da filosofia do ato de Bakhtin [...], **pode ser vista também como metáfora que recobre sua**

utopia e que ele viu materializada no projeto artístico de Dostoiévski – um mundo de vozes plenivalentes em relações dialógicas infindas. Talvez, por tudo isso, **fosse mais prudente mesmo retirar o termo *polifonia* do vocabulário crítico de Bakhtin e transferi-lo para seu vocabulário utópico. Pelo menos, poderíamos destrivializar seu uso e aprender com mais nitidez as coordenadas que o sustentam.** (2003, p. 76, negrito nosso, itálico do autor)

Se Faraco está certo ao fazer coro com aqueles que pretendem uma certa ortodoxia (no sentido etimológico da palavra – “opinião correta”) e resgatar e explicitar o real sentido que o termo tem no seio da teoria bakhtiniana, não vemos problema na atitude dos linguistas analistas do discurso de adotarem um uso ampliado e neutro (e, portanto, transgressivo) do conceito de polifonia, uma vez que no âmbito do enunciado funcionam inúmeros mecanismos de circunscrição da alteridade, de uma relação complexa com alteridade que denuncia uma relação do enunciadador com a própria palavra e com a língua. O conceito de polifonia contribui ao oferecer à Análise do Discurso instrumentos para a compreensão não especulativa da discursividade. O(s) próprio(s) Bakhtin (Volochínov) (1988), embora não fale(m) em polifonia, aponta(m) para essa distinção quando, após a quase platoniana exposição de sua posição interacionista sobre a linguagem, no capítulo 9, intitulado “O discurso de outrem”, enuncia(m) que

o problema do diálogo começa a chamar cada vez mais a atenção dos linguistas e, algumas vezes, torna-se mesmo o centro das preocupações em linguística. Isso é perfeitamente compreensível, pois, como sabemos, a unidade real da língua que é realizada na fala [...] não é a enunciação monológica individual e isolada, mas a interação de pelo menos duas enunciações, isto é, o diálogo. O estudo fecundo do diálogo pressupõe, entretanto, **uma investigação mais profunda das formas usadas na citação do discurso**, uma vez que essas formas refletem tendências básicas e constantes *da recepção ativa do discurso de outrem*, e é essa recepção, afinal, que é fundamental também para o diálogo. (1988, p. 145-146; negrito nosso, itálico do autor)

Embora Bakhtin/Volochínov mencione(m) especialmente o discurso citado, não há motivo para que suas considerações não se apliquem a outras realidades da presença no discurso do discurso alheio. Conjugada com a noção de gênero, essa questão coloca desafios importantes para o analista. É interessantíssimo observar como se comportam os mecanismos de gerência da palavra alheia, através de sua diversidade de mecanismos, em gêneros diferentes situados ou não no mesmo campo discursivo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio procurou mostrar que o pensamento dialógico repercute no sentido de desestabilizar, deslocalizar e descentrar conceitos forjados pela jovem tradição científica de estudos sobre o discurso, tidos como evidentes talvez devido à própria tradição do pensamento linguístico dentro do qual ela nasceu.

Iniciamos com a questão da autoria, tentando mostrar sucintamente que as ideias bakhtinianas põem em xeque conceitos ligados à noção de autor como originalidade,

genialidade e criação. Além disso, esperamos ter logrado demonstrar que também a noção de texto sofreu um forte descentramento quando as ideias do círculo bakhtiniano foram sendo disseminadas na Europa. Conceito-chave pós-estruturalista, para o qual foi destinada uma disciplina própria (Linguística Textual), essa noção pressupunha um produto verbal estabilizado e acabado, sobre o qual se poderia debruçar e enxergar o estilo individual, as intenções do autor, os mecanismos articulatórios dos argumentos, uma tessitura de microtextos concatenados por elementos linguísticos a serem catalogados e descritos. Pressupunha também um interior e um exterior conforme, por exemplo, os conceitos de anáfora exofórica e anáfora endofórica permitem inferir. O princípio dialógico apaga essas fronteiras confortáveis, problematiza essa visão esquemática, já que postula a interioridade do que é supostamente externo. Se todo enunciado, mesmo aquele produzido na situação mais aparentemente monológica, é sempre um momento do fluxo ininterrupto da linguagem, o objeto texto é, na verdade, uma abstração, uma imagem congelada do real.

Procuramos mostrar também que a noção bakhtiniana de gênero opera igualmente uma revolução copernicana nos estudos do discurso. Ela contribui para relativizar qualquer consideração sobre os enunciados, qualquer que seja o aspecto, pragmático, semântico, gramatical ou estilístico. A partir dessa noção, qualquer questionamento sobre a realidade linguística não pode se dissociar da pergunta sobre em qual gênero ela aparece. Por fim, mostramos que o dialogismo deriva uma diversidade de conceitos e pressupostos no campo dos estudos discursivos que praticamente se tornaram lugares comuns: heterogeneidade, intertextualidade, interdiscursividade, polifonia, etc., conceitos que vão muitas vezes se redefinir e, em se redefinindo, transformaram o panorama dos estudos da discursividade. Especialmente este último, provindo da teoria musical, tem recebido desde reformulações teóricas consistentes, como é o caso das promovidas por Ducrot (1987) e Amorim (2001), até simplificações vazias que o assimilam meramente à diversidade de pontos de vista ou vozes de personagens presentes em um texto. Defendemos que, embora louvável, é desvantajoso e talvez inútil defender uma ortodoxia do conceito, uma vez que ele se apresenta em Bakhtin dentro de um quadro utópico e valorativo. Acreditamos que, apesar do risco de vulgarização do conceito, ele é de extrema importância para dar conta de uma série de fenômenos discursivos, e propor sua blindagem é pensar de modo não bakhtiniano.

Subjaz à pretensões deste ensaio o pressuposto de que a disseminação e a influência dos conceitos abordados sobre os estudos discursivos contemporâneos estão diretamente relacionadas a nosso tempo histórico e participam ativamente desse mesmo tempo na medida em que atravessam e remodelam o pensamento não apenas das ciências da linguagem, mas também de outras ciências humanas e da filosofia.

Por uma necessidade de recorte, outros conceitos bakhtinianos, como cronotopo, carnavalização e responsividade não foram abordados aqui. Além disso, outras abordagens de Análise do Discurso poderiam ter sido levadas em consideração. Essas duas tarefas, deixamos como sugestão para trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, M. *O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas*. São Paulo: Musa, 2001.
- AUTHIER-REVUZ, J. *Ces mots qui ne vont pas de soi (boucles réflexives et non-coïncidences du dire)*. Paris: Larousse, 1995. Tome I.
- BAKHTIN, M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC, 1993a.
- _____. *Questões de literatura e estética (a teoria do romance)*. São Paulo: Hucitec/Ed. da UNESP, 1993b.
- _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997a.
- _____. *Problemas da poética de Dostoiévski*. São Paulo: Forense Universitária, 1997b.
- BAKHTIN, M. (VOLOCHÍNOV). *Marxismo e filosofia da linguagem (problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem)*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- _____. *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.
- _____. *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006.
- BRANDIST, C. *Repensando o Círculo de Bakhtin: novas perspectivas na história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2012.
- _____. The Bakhtin Circle. *Internet Encyclopaedia of Philosophy*. Disponível on line em <http://www.iep.utm.edu/bakhtin/>. Acesso em: 28 jan. 2015.
- BRONCKART, J.-P.; BOTA, C. *Bakhtin desmascarado: história de um mentiroso, de uma fraude, de um delírio coletivo*. São Paulo: Parábola, 2012.
- CAVALCANTI, J. R. A presença do conceito gêneros de discurso nas reflexões de Maingueneau. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 13, n. 2, p. 429-448, maio/ago. 2013.
- CAMPOS, S. Cronologia das Telecomunicações. Disponível on line em <http://www.sarmento.eng.br/Telecomunicacoes.htm>. Acesso em: 28 jan. 2015.
- COSTA, N. B. da. *A produção do discurso operário*. 1991. 134f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1991.
- _____. *Música popular, linguagem e sociedade – análise do discurso literomusical brasileiro*. Curitiba: Appris, 2012.
- CHOMSKY, N. *Estruturas sintáticas*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- DUCROT, O. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: _____. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- EMERSON, C. *Os 100 primeiros anos de Mikhail Bakhtin*. Rio de Janeiro: Difel, 2003.
- FARACO, C. A. *Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas de Bakhtin*. Curitiba: Criar, 2003.
- FARACO, C. A. et alii (Org.). *Diálogos com Bakhtin*. Curitiba: Ed. UFPR, 1996.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- _____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2001.
- _____. O que é um autor? (1969) In: *Ditos e escritos III – Estética: literatura e pintura; música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- GRILLO, S. V. de C.; VELOSO, S. R. de A. Diálogos entre Maingueneau e o Círculo de Bakhtin. *Filologia e lingüística portuguesa*, São Paulo, n. 9, p. 229-251, 2007[2008].
- LENIN, V. I. Que Fazer. In *Lenin - Obras Completas I*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.
- MAINGUENEAU, D. *O contexto da obra literária*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- _____. *Termos-chave da Análise de Discurso*. UFMG. Belo Horizonte, 2000.
- _____. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. *Discurso literário*. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola, 2008.

- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: EDUNICAMP, 1988.
- PEYTARD, J. *Mikhail Bakhtine: dialogisme et analyse du discours*. Paris: Bertrand-Lacoste, 1995.
- SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2000.
- SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: considerações psicológicas e ontogenéticas. In: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. *Gêneros orais e escritos na escola*. São Paulo: Mercado das Letras, 2004.

Recebido em: 11/05/15. Aprovado em: 28/07/15.

Title: *Dialogism and Discourse Analysis - some effects of bakhtinian thought in the discourse studies*

Author: *Nelson Barros da Costa*

Abstract: *This essay discusses effects of dialogism in modern discourse studies. It intends to show that it affects destabilizing concepts that inhabited linguistic on naturalized mode. It begins with the question of authorship, arguing that the dialogism questions notions as originality, genius and creation, are closely linked to the author. It seeks to demonstrate that also the notion of text suffers a strong decentralization. The dialogic principle erases the boundaries of the text as closed totality, questioning its schematic view. As a communicative link in the communicative chain, the text object is basically an abstraction, a cutout of reality. It's also postulated that the Bakhtin's notion of genre operates a Copernican revolution in discourse studies relativizing assumptions about the statements, even on their grammatical constitution, removing them from a topic and single horizon. Finally, it shows that from dialogism derives a diversity of concepts that have become commonplace (heterogeneity, intertextuality, polyphony, etc.) and they transformed the landscape of discourse studies.*

Keywords: *Dialogism. Discourse studies. Genre. Polyphony.*

Título: *Dialogismo y análisis des discurso – algunos efectos del pensamiento de Bajtin en los estudios del discurso*

Autor: *Nelson Barros da Costa*

Resumen: *Este ensayo discute efectos del dialogismo en los modernos estudios del discurso. Procura mostrar que él repercute, desestabilizando conceptos que habitaban la lingüística de modo naturalizado. Inicia con la cuestión de la autoría, argumentando que el dialogismo pone en jeque nociones cómo originalidad, genialidad y creación, estrechamente ligadas al autor. Procura demostrar que también la noción de texto sufre fuerte descentramiento. El principio dialógico borra las fronteras de texto cómo totalidad cerrada, problematizando su mirada esquemática. Siendo enlace en la cadena comunicativa, el objeto texto es, al fin y al cabo, una abstracción, /recorte del real. Todavía se postula que la noción de Bajtin para género opera una revolución copernicana en los estudios discursivos, relativizando hipótesis sobre los enunciados, hasta mismo sobre su constitución gramatical, retirándolos de un horizonte tópico y único. Finalmente, muestra que del dialogismo deriva una diversidad de conceptos que se cambiaran lugares comunes (heterogeneidad, intertextualidad, polifonía, etc.) y transformaran el panorama de los estudios del discurso.*

Palabras-clave: *Dialogismo. Estudios del discurso. Género. Polifonía.*